



II Seminário
MARX HOJE

pesquisa e transformação social

**06-08
Abril
2016
UFRN
Natal**

ANAIS DO EVENTO

www.marxhoje.com.br

REALIZAÇÃO



Grupo de Pesquisas
Marxismo & Educação

APOIO



SintestRN
Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior



NUPEDIA

Núcleo de Pesquisas e
Estudos sobre o Desenvolvimento
da Infância e Adolescência



GEDIC



**Anais do II Seminário Marx Hoje:
Pesquisa e Transformação Social**

Organização:

**Ana Ludmila F. Costa
Tatiana Minchoni**

Natal – RN, 06 a 08 de abril de 2016

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Seminário Marx Hoje : pesquisa e transformação social 2.
: 2016 : Natal.
Anais do II Seminário Marx Hoje : pesquisa e transformação social /
Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação ; organização: Ana Ludmila F.
Costa, Tatiana Minchoni. - Natal, 2017.
176f.: il.

Evento realizado no período de 06 a 08 de abril de 2016.

1. Marxismo. 2. Pesquisa Científica. 3. Transformação Social. I. Grupo
de Pesquisas Marxismo & Educação. II. Departamento de Psicologia. III.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 141.82

Coordenação Geral do Evento

Ilana Lemos de Paiva
Isabel Maria Fernandes de Oliveira

Comissão Científica

Daniele Nunes Henrique Silva
Ivo Tonet
Pablo de Sousa Seixas
Raquel Souza Lobo Guzzo
Ricardo Prestes Pazello
Ruth Maria de Paula Gonçalves
Silvana Mara de Moraes dos Santos

Joyce Pereira da Costa

Juliano Beck Scott

Kadja Karen da Silva Silveira

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim
Lisandra Chaves de Aquino Moraes
Luana Isabelle Cabral dos Santos

Luana Sobreira Lopes

Maria Izabel Dantas Marinho

Mariana Fonseca Cavalcanti

Melanie Moura Medina Gurgel
Mocilayr Gunnar Alves da Silva

Mônica Rafaela de Almeida

Nara Fernandes Lúcio

Nathalia Leopoldo Souza Leão

Fernandes Pereira

Nathalia Potiguara de Moraes Lima

Raquel Farias Diniz

Rebecka Wanderley Tannuss

Roberio Nunes Maia

Roberta Trindade de Albuquerque

Sarah Ruth Ferreira Fernandes

Talitha Lousada Teixeira

Tatiana Minchoni

Projeto Gráfico e Diagramação

Fellipe Coelho-Lima

Contatos

marxhoje@gmail.com

gpme.ufrn@gmail.com

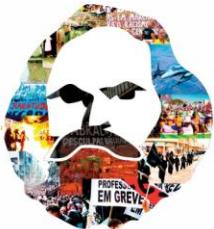
marxhoje.com.br

fb.com/marxhoje

youtube.com/user/ma

Comissão Organizadora

Aléxia Thamy Gomes de Oliveira
Allana de Carvalho Araújo
Ana Caroline de Lima Silva Ferreira
Ana Ludmila Freire Costa
Andressa Maia de Oliveira
Anna Carolina Vidal Matos
Avrairan Alves Caetano Solon
Barbara Ynayê Cordeiro de Medeiros
Burnier Sales de Sousa
Daniela Bezerra Rodrigues
Elvira Gomes Santos
Esequiel Pagnussat
Fábio Henrique Almeida Dantas
Fellipe Coelho-Lima
Fernanda Cavalcanti de Medeiros
Gabriel Miranda Brito
Isabel Lopes dos Santos Keppler
João Maria Moraes da Costa
Joyce Kelly do Nascimento

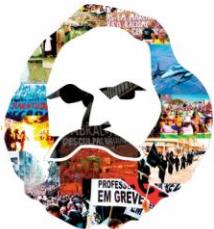


Sumário

Apresentação.....	11
Programação	14
Encontros de Grupos de Pesquisa	16
TRABALHOS APRESENTADOS	17
Eixo: América Latina em debate	17
Neodesenvolvimentismo e Combate à Pobreza no Brasil Contemporâneo.....	17
TRABALHOS APRESENTADOS	18
Eixo: América Latina em debate	18
Marxismo e colonialidade em uma perspectiva latino-americana.....	18
TRABALHOS APRESENTADOS	19
Eixo: América Latina em debate	19
O enigma da redução do desemprego no período neodesenvolvimentista brasileiro	19
TRABALHOS APRESENTADOS	20
Eixo: América Latina em debate	20
A construção do Sistema de Proteção Social no Chile: da ditadura militar aos dias atuais	20
TRABALHOS APRESENTADOS	22
Eixo: América Latina em debate	22
O papel da burguesia brasileira na Ditadura militar: uma análise materialista dos trabalhos da CNV.....	22
TRABALHOS APRESENTADOS	23
Eixo: América Latina em debate	23
Formação Social Brasileira e Capitalismo no Brasil Colônia	23
TRABALHOS APRESENTADOS	24
Eixo: América Latina em debate	24
Região Sudeste e sua Integração Econômica: um fenômeno de concentração e desigualdades	24
TRABALHOS APRESENTADOS	25
Eixo: América Latina em debate	25
Grupo Eduardo Galeano de Estudos e Pesquisas Latino-Americanas em Comunicação Social	25
TRABALHOS APRESENTADOS	27
Eixo: América Latina em debate	27
A particularidade brasileira em Ruy Mauro Marini: a retomada do conceito de subimperialismo.	27



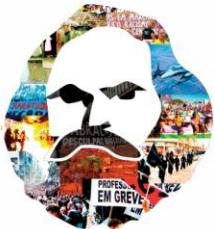
TRABALHOS APRESENTADOS	28
Eixo: América Latina em debate	28
Para uma crítica da Economia Política do Estado “neodesenvolvimentista” no Brasil.....	28
TRABALHOS APRESENTADOS	29
Eixo: América Latina em debate	29
A controvérsia da revolução brasileira e suas contribuições ao desenvolvimento da Escola da Dependência Brasileira.....	29
TRABALHOS APRESENTADOS	31
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	31
Tecnologia como (re) produção do capital: uma visão a partir da perspectiva de Karl Marx..	31
TRABALHOS APRESENTADOS	32
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	32
O rótulo de inimigo no contexto político contemporâneo	32
TRABALHOS APRESENTADOS	33
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	33
Revolução Passiva: dominação e subalternidade	33
TRABALHOS APRESENTADOS	34
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	34
A questão do método em Marx: uma construção histórica.....	34
TRABALHOS APRESENTADOS	35
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	35
A categoria "progresso" no último Lukács	35
TRABALHOS APRESENTADOS	36
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	36
Uma crítica marxista ao conceito de comunidade de Bauman	36
TRABALHOS APRESENTADOS	37
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	37
A importância da categoria da historicidade em György Lukács para um autêntico conhecimento do ser social.....	37
TRABALHOS APRESENTADOS	38
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	38
Da imediaticidade para além da imediaticidade: Caminhos para o conhecimento ontológico do ser em György Lukács.....	38
TRABALHOS APRESENTADOS	39



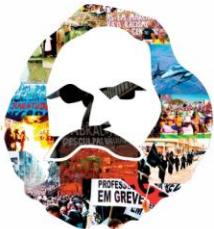
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	39
De Marx a Lênin: o conceito de estado na tradição marxista.....	39
TRABALHOS APRESENTADOS	40
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	40
Imperialismo e acumulação do capital em Rosa Luxemburg	40
TRABALHOS APRESENTADOS	41
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	41
A subsunção do trabalho ao capital no contexto da Revolução Informacional	41
TRABALHOS APRESENTADOS	42
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	42
O fetichismo da mercadoria e a sociedade burguesa constituída.....	42
TRABALHOS APRESENTADOS	44
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	44
Do «espectro da autodeterminação», último capítulo dos argumentos no interior do marxismo inglês.....	44
TRABALHOS APRESENTADOS	45
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	45
Crise do capitalismo e as inflexões nas políticas sociais	45
TRABALHOS APRESENTADOS	46
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	46
A validade científica do método crítico-dialético no contexto da reificação do efêmero.....	46
TRABALHOS APRESENTADOS	47
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	47
A categoria da historicidade no onto-método marxiano.....	47
TRABALHOS APRESENTADOS	49
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	49
Trabalho e educação: um estudo categorial fundado na ontologia do ser social	49
TRABALHOS APRESENTADOS	50
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	50
Reflexões em torno do texto de Marx a respeito da Acumulação Primitiva	50
TRABALHOS APRESENTADOS	51
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	51
Stálin contra a burocracia: novas leituras sobre a experiência soviética	51
TRABALHOS APRESENTADOS	52



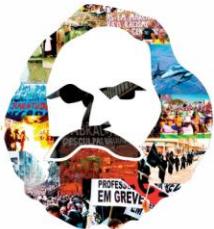
Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista.....	52
Aproximações ao método dialético em Marx	52
TRABALHOS APRESENTADOS	53
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Arte, cultura e lazer	53
Entre letras e cores: um estudo sobre saraus periféricos à luz da Psicologia Sócio-Histórica .	53
TRABALHOS APRESENTADOS	54
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Arte, cultura e lazer	54
A cultura como campo de disputa: análise das ações de produtores culturais serratalhadenses	54
TRABALHOS APRESENTADOS	55
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social.....	55
Um estudo sobre o processo de assistencialização da seguridade social brasileira.....	55
TRABALHOS APRESENTADOS	56
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social.....	56
TEC RUA: articulando tecnologia, política e população em situação de rua.....	56
TRABALHOS APRESENTADOS	58
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social.....	58
Oligarquias e assistência social em pequenos municípios do sertão da Paraíba.....	58
TRABALHOS APRESENTADOS	59
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social.....	59
O pensamento neoliberal na Reforma do Estado Brasileiro: desconstrução da Seguridade Social	59
TRABALHOS APRESENTADOS	60
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos.....	60
A dignidade para além das amarras do capital: uma análise das compreensões dos direitos humanos.....	60
TRABALHOS APRESENTADOS	61
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos.....	61
A dominação dos direitos humanos: uma análise dos limites do conteúdo jurídico a partir da aplicação	61
TRABALHOS APRESENTADOS	62
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos.....	62
Limites e possibilidades dos direitos humanos frente à desigualdade socioeconômica do capitalismo	62
TRABALHOS APRESENTADOS	63
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos.....	63



A contribuição do pensamento marxista na afirmação histórica dos direitos humanos	63
TRABALHOS APRESENTADOS	64
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos.....	64
Sobre a questão judaica, emancipação humana e a luta por direitos	64
TRABALHOS APRESENTADOS	65
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos.....	65
Movimentos Sociais e Consciência de Classe na contemporaneidade: um debate necessário. 65	
TRABALHOS APRESENTADOS	66
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	66
Projeto Educativo do MST: elementos políticos (contra) hegemônicos na proposta educativo-formativa?.....	66
TRABALHOS APRESENTADOS	67
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	67
Movimentos Sociais do Campo e a luta pela educação: a experiência da turma de Serviço Social “da Terra” na UECE	67
TRABALHOS APRESENTADOS	69
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	69
O fetiche da educação como superadora das desigualdades.....	69
TRABALHOS APRESENTADOS	70
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	70
Diálogos entre Marx e Freire na perspectiva da educação popular na Comunidade Quilombola de Paratibe – João Pessoa/PB	70
TRABALHOS APRESENTADOS	71
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	71
Pátria educadora e crise estrutural do capital: breves considerações.....	71
TRABALHOS APRESENTADOS	73
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	73
Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e a problemática do ensino superior brasileiro73	
TRABALHOS APRESENTADOS	74
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	74
Escolas ocupadas e luta anticapitalista	74
TRABALHOS APRESENTADOS	75
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação	75
Os complexos da educação e da escola: uma análise onto-marxista	75



TRABALHOS APRESENTADOS	77
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade	77
Crítica aos direitos humanos a partir da resistência das mulheres da chapada do Apodi ao perímetro irrigado Santa Cruz	77
TRABALHOS APRESENTADOS	78
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade	78
Precarização do trabalho e gênero: um estudo com operárias da indústria têxtil	78
TRABALHOS APRESENTADOS	79
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade	79
Serviço social e diversidade sexual e de gênero: reflexões e aproximações com o Levante Popular da Juventude.....	79
TRABALHOS APRESENTADOS	80
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade	80
A participação da esquerda na luta pela aprovação de leis em defesa da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero	80
TRABALHOS APRESENTADOS	81
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade	81
Tendências do Controle Democrático da Política de Direitos da Cidadania LGBTT no Brasil	81
TRABALHOS APRESENTADOS	83
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude	83
Pobreza e criminalidade para jovens da comunidade de São José/Alto do Rodrigues	83
TRABALHOS APRESENTADOS	85
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude	85
Relato de experiência: a extensão universitária no âmbito da justiça juvenil.....	85
TRABALHOS APRESENTADOS	87
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude	87
As relações de trabalho infantil no Cariri Cearense na segunda metade do Século XIX	87
TRABALHOS APRESENTADOS	88
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude	88
Histórias de vidas em movimento: adolescentes e suas representações sociais	88
TRABALHOS APRESENTADOS	89
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude	89
Violência contra crianças e adolescentes e a atuação dos órgãos de proteção de Natal	89
TRABALHOS APRESENTADOS	90



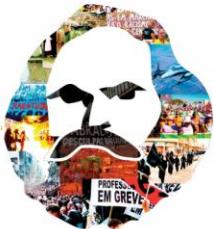
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho	90
Relações de trabalho no Cariri Cearense: formas de controle social (1855-1872).....	90
TRABALHOS APRESENTADOS	91
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho	91
O capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre a mulher trabalhadora.....	91
TRABALHOS APRESENTADOS	92
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho	92
O progresso pelo trabalho: o discurso sobre o trabalho no jornal a voz da religião no Cariri (1868-1870)	92
TRABALHOS APRESENTADOS	93
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho	93
A organização dos trabalhadores/as por meio de sindicatos profissionais: um olhar a luz da obra Gramsciana.....	93
TRABALHOS APRESENTADOS	94
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	94
Análise do Programa Minha Casa Minha Vida à luz do direito à moradia: o caso de Macaíba (Região Metropolitana de Natal)	94
TRABALHOS APRESENTADOS	95
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	95
Processos de Inserção urbana e de Acesso à moradia vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida em Natal/RN.....	95
TRABALHOS APRESENTADOS	96
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	96
Portos “espetacularizados”: a nova apropriação da renda fundiária e da mais valia.	96
TRABALHOS APRESENTADOS	97
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	97
O processo político de reorganização dos Akwẽ –Xerente Pós- Constituição de 1988	97
TRABALHOS APRESENTADOS	98
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	98
Educação Ambiental Emancipatória: caminho para transformação social.....	98
TRABALHOS APRESENTADOS	99
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	99
Desafios do ensino de história no Agreste Paraibano: relato de pesquisa	99
TRABALHOS APRESENTADOS	100
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	100



Visões sobre a justiça: processos sobre a questão agrária na Paraíba	100
TRABALHOS APRESENTADOS	101
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	101
Desafios para efetivação da Educação Ambiental transformadora na gestão ambiental pública no Estaleiro Promar S.A	101
TRABALHOS APRESENTADOS	102
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	102
Movimento popular e Lulismo: o PMCMV como administração da luta de classes.....	102
TRABALHOS APRESENTADOS	103
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural	103
Orçamento Participativo e participação popular na busca do direito a cidade	103
TRABALHOS APRESENTADOS	104
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Raça e etnia	104
Crise hegemônica e movimentos sociais no Brasil: para um projeto político-ideológico dos movimentos negros.....	104
TRABALHOS APRESENTADOS	105
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde	105
Dos manicômios às ruas: reflexões sobre as políticas de combate ao crack no Brasil.....	105
TRABALHOS APRESENTADOS	106
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde	106
Política de Saúde na Contemporaneidade: desafios a efetivação do Sistema Único de Saúde	106
TRABALHOS APRESENTADOS	107
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde	107
A história da loucura numa perspectiva marxista.....	107
TRABALHOS APRESENTADOS	108
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde	108
A centralidade da família na política de saúde mental brasileira	108
TRABALHOS APRESENTADOS	109
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde	109
Política Nacional de Saúde Mental: estratégias e contradições	109
TRABALHOS APRESENTADOS	110
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde	110
Neoliberalismo: condição de trabalhador assalariado e desafios ao exercício profissional do assistente social	110



TRABALHOS APRESENTADOS	111
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública	111
Criminalidade e sistema penitenciário: questão moral ou expressão do Estado burguês?	111
TRABALHOS APRESENTADOS	112
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública	112
Violência institucional: uma manifestação da violência para além das ações humanas.....	112
TRABALHOS APRESENTADOS	113
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública	113
Foucalt e o Marxismo na trincheira da Política Criminal Expansionista: reflexões sobre a Criminologia Crítica	113
TRABALHOS APRESENTADOS	114
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública	114
Monitoramento Eletrônico de Pessoas no Estado do Ceará: a restrição da liberdade ou aniquilação da dignidade?	114
TRABALHOS APRESENTADOS	115
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	115
Desvirtuando o ensino: a conformação ao sistema hegemônico na escola pública.....	115
TRABALHOS APRESENTADOS	116
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	116
A reestruturação produtiva e a formação de técnicos de nível médio: o empreendedorismo na educação profissional do IFPE	116
TRABALHOS APRESENTADOS	117
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	117
Capitalismo, Estado e avaliação da aprendizagem na perspectiva da ontologia do ser social	117
TRABALHOS APRESENTADOS	119
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	119
A coletivização do trabalho pedagógico como estratégia formativa de novos docentes	119
TRABALHOS APRESENTADOS	120
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	120
Os desafios do ensino de conceitos marxistas na escola sob a ótica da História.....	120
TRABALHOS APRESENTADOS	121
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	121
Formação docente continuada numa abordagem marxista: Ação Escola da Terra - Caucaia/CE121	
TRABALHOS APRESENTADOS	123



Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	123
Utilização das categorias literárias de Lukács na práxis do professor de literatura.....	123
TRABALHOS APRESENTADOS	124
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	124
Alfabetização e Letramento à luz da ontologia marxiana-lukacsiana	124
TRABALHOS APRESENTADOS	125
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	125
O método histórico-dialético como prática pedagógica na compreensão das transformações sociais em curso.....	125
TRABALHOS APRESENTADOS	127
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente	127
Relato de experiência de ginastica no PIBID: a luz das teorias críticas	127
TRABALHOS APRESENTADOS	128
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia	128
As estratégias do capital: a formação de psicólogos para uma economia de mercado.....	128
TRABALHOS APRESENTADOS	129
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia	129
A crise da Psicologia na década de 1920 por Vigotski e Politzer: uma análise comparativa .	129
TRABALHOS APRESENTADOS	130
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia	130
Classes sociais, psicologia de classe e consciência: diálogos marxistas na Psicologia da Libertaçao	130
TRABALHOS APRESENTADOS	131
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia	131
Em defesa de um “materialismo vigotskiano”: um estudo histórico-conceitual da psicologia soviética.....	131
TRABALHOS APRESENTADOS	132
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia.....	132
A Política de Assistência Social e a atuação do psicólogo à luz da Psicologia Crítica	132
TRABALHOS APRESENTADOS	133
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	133
A expansão do curso de Serviço Social no sertão paraibano: determinantes e contradições .	133
TRABALHOS APRESENTADOS	134
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	134



Práxis e Serviço social: reflexões a partir do estágio supervisionado	134
TRABALHOS APRESENTADOS	135
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	135
A categoria pobreza na formulação das políticas sociais no contexto latino americano	135
TRABALHOS APRESENTADOS	136
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	136
Serviço Social e Teoria Marxista: a relevância da categoria trabalho para a profissão, da ruptura à contemporaneidade.....	136
TRABALHOS APRESENTADOS	138
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	138
Uma visão crítica acerca da produção acadêmica entre: educação popular e serviço social..	138
TRABALHOS APRESENTADOS	139
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	139
Um estudo sobre educação popular, movimentos sociais e serviço social	139
TRABALHOS APRESENTADOS	141
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	141
Estado e a Política de Saúde no contexto de crise estrutural: inflexões para atuação do (a) Assistente Social.....	141
TRABALHOS APRESENTADOS	142
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	142
Crise Contemporânea e Valores Culturais: desafios para formação profissional em serviço social.....	142
TRABALHOS APRESENTADOS	143
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social	143
Na defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social tempos de investidas neoliberais.....	143

Apresentação

O Seminário Marx Hoje é um evento realizado pelo Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E), vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Sua primeira edição foi realizada nos dias 02, 03 e 04 de abril de 2014, quando contou com a



participação de mais de 400 pessoas, ultrapassando as estimativas segundo as quais o evento foi preparado.

Como mencionado nos Anais do I Marx Hoje, ao final do evento restou constatada não só a importância, mas a necessidade de um evento que congregue a crítica marxista sobre a realidade atual com vistas a sua transformação. Por isto, o GPM&E assumindo parte desta responsabilidade, propôs a segunda edição do referido Seminário Marx, realizado no ano de 2016, mais uma vez gratuito e nas dependências da UFRN. Com isto, dá-se início à tradição de edições bianuais a fim de aprofundar a difusão e o aprofundamento de pressupostos teóricos marxianos e tradição marxista voltados à pesquisa e à transformação social, reiterando-se o papel da academia na promoção de uma formação crítica e revolucionária.

Nesta edição, foram realizadas conferências, mesas-redondas e minicursos, com convidadas/os nacionais e nossa primeira palestrante internacional, a Profa. Dra. Raquel Varela, da Universidade Nova de Lisboa. A programação também buscou promover a participação de convidadas/os da própria UFRN e de outras instituições acadêmicas, além de representantes dos movimentos sociais, dos quais destacamos a vinda de Guilherme Boulos, em um momento em que o mesmo sofria duros golpes por sua atuação junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Também há de se destacar a mesa-redonda dedicada ao debate específico da Psicologia, como forma de provocar a reflexão sobre seu lugar na crítica e proposição de iniciativas transformadoras da realidade.

No que se refere à apresentação de trabalhos, todos foram incluídos na modalidade de comunicação oral. Em termos quantitativos, tivemos mais de 240 trabalhos inscritos, os quais foram submetidos à avaliação por pareceristas ad hoc, sendo 161 destes aprovados e 111 apresentados durante o evento. Para lidar com este montante, foram mobilizadas/os 28 avaliadoras/es, entre doutoras/es ou doutorandas/os, vinculados a 13 Instituições de Ensino Superior distintas. Os trabalhos apresentados foram organizados nos seguintes eixos temáticos: América Latina em debate; Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista; Debates teóricos e políticos sobre (a) Arte, Cultura e Lazer, (b) Educação, (c) Assistência social e Saúde, (d) Direitos Humanos, Raça/Etnia e Gênero e Sexualidade, (e) Infância, Adolescência e Juventude, (f) Segurança Pública; (g) Mundo do trabalho, (h) Questões ambiental, urbana e rural; e Desafios da formação, pesquisa e atuação em diversos campos profissionais (Prática docente, Comunicação social; Psicologia e Serviço social).

A quantidade expressiva de trabalhos apresentados reflete também a diversidade das propostas, seja em termos de conteúdo, seja em termo de formato dos trabalhos, conforme apresentado nestes Anais.

Uma novidade desta edição foi a parceria com o Departamento de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), por meio de sua revista *Dialektiké*. Nela, foram publicados, em versão integral, 8 trabalhos contemplados no I Prêmio Marx Hoje, os quais foram selecionados pela comissão científica do evento, após indicação das/os pareceristas.

Passando estas informações em revista, fica a constatação de que o Seminário Marx Hoje tem sido efetivo em sua missão de configurar como espaço para intercâmbio de ideias e produção de conhecimento crítico e comprometido com a transformação social. Isso se mostra extremamente necessário em um contexto de crise mundial do capitalismo e em uma conjuntura de crescente ataques



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

às trabalhadoras/es de todo o mundo. A satisfação com a realização deste evento torna-se o motor para as próximas edições.

As Organizadoras.



Programação

06 de abril de 2016 (quarta-feira)

14h - Credenciamento

Local: Hall da Reitoria

18h - Novas inscrições (vagas limitadas)

Local: Hall da Reitoria

18h - Apresentação cultural

Macaxeira Jazz

14h-18h - Encontro de grupo de pesquisas e extensão marxistas/marxianos

Local: Auditório B (CCHLA)

19h - Conferência de abertura: A crise do capital e a classe trabalhadora

Conferencista: Profa. Dra. Raquel Varela (Universidade Nova de Lisboa)

Coordenador: Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto (UFRN)

Local: Auditório da Reitoria

07 de abril de 2016 (quinta-feira)

09h – Mesa-redonda: O sujeito revolucionário

Guilherme Boulos (coordenador nacional do MTST)

Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP/Marília)

Coordenador: Prof. Dr. Pablo de Sousa Seixas (UFRN)

Local: Auditório da Reitoria

14h – Minicurso 1: Pesquisa no Mundo do Trabalho

Prof. Dr. Giovanni Alves (UNESP-Marília)

Local: Auditório B (CCHLA)

14h – Minicurso 2: Direito à cidade

Guilherme Boulos (coordenador nacional do MTST)

Local: Auditório da Reitoria

14h – Minicurso 3: História das revoluções

Profa. Dra. Raquel Varela (Universidade Nova de Lisboa)

Local: Auditório Centro de Educação

14h - Minicurso 4: Ideologia do terceiro setor

Prof. Dr. Gabriel Vitullo (UFRN)

Local: Auditório D (CCHLA)



14h - Minicurso 5: Cinema e Marxismo (1^a parte)

Prof. Dr. Romero Venâncio (UFS)

Local: Auditório C (CCHLA)

18h – Apresentação de trabalhos

Local: Auditórios do CCHLA, salas do Setor II e Laboratório de Psicologia

08 de abril de 2016 (sexta-feira)

09h - Mesa-redonda: Indivíduo, Psicologia e Marxismo

Profa. Dra. Suzana Jiménez (UFC)

Profa. Dra. Marilda Facci (UEM)

Profa. Dra. Isabel Fernandes de Oliveira (UFRN)

Coordenadora: Profa. Dra. Ilana Lemos de Paiva (UFRN)

Local: Auditório da Reitoria

14h – Minicurso 5: Cinema e Marxismo (2^a parte)

Prof. Dr. Romero Venâncio (UFS)

Local: Auditório C (CCHLA)

14h – Minicurso 6: Crítica às políticas educacionais brasileiras contemporâneas

Prof. Dr. Antônio Cabral Neto (UFRN)

Local: Auditório da Reitoria

14h – Minicurso 7: A infância e adolescência em uma visada contemporânea marxista

Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira (UFPB)

Local: Auditório D (CCHLA)

14h – Minicurso 8: Direitos Humanos e marxismo

Prof. Me. Daniel Valença (UFERSA) e Profa. Dra. Ilana Lemos de Paiva (UFRN)

Local: Auditório Centro de Educação

14h – Minicurso 9: Crítica ao pós-modernismo

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista (UFRN)

Local: Auditório B (CCHLA)

18h – Conferência de encerramento: O Brasil em transe: uma análise a partir do marxismo

Conferencista: Prof. Dr. Romero Venâncio (UFS)

Coordenadora: Profa. Dra. Isabel Fernandes de Oliveira (UFRN)

Local: Auditório da Reitoria



Encontros de Grupos de Pesquisa

Assim como no I Seminário Marx Hoje, em 2016 realizou-se o encontro de grupos de pesquisa. Coordenado por membros do GPM&E (UFRN), o objetivo do encontro foi fomentar o debate e promover articulações entre grupos de pesquisa de todo o país que utilizam a teoria marxiana ou de inspiração marxista como fundamento teórico-metodológico em seus trabalhos. Nesta edição, participaram os seguintes coletivos:

Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (*CETROS/UECE*)

Coletivo de Reflexão/Ação em Educação/Educação Física (CoRE/UFPE)

Escola da Terra (UFC)

Estado, Governos e Luta de Classe na América Latina (Práxis/UFCG)

Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Gestão Educacional e Estado (GEPPGE/UFC)

Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET/UFPB)

Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci (GGRAMSCI/UFC e IGS-Brasil - *International Gramsci Society*)

Grupo de Estudos e Pesquisas Marxista (GEPMARX/UFPE)

Grupo Eduardo Galeano de Estudos e Pesquisas Latino-Americanas em Comunicação Social (UFRN)

Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE/USP)

Marxismo e Psicologia (UFMS)

Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA/UFPB)

Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED/IFRN)

Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social (LOCUSS/UNB)

Contato:

A lista de discussão está aberta à participação de outros grupos de pesquisa que atuem à luz da teoria social marxiana/tradição marxista.

E-mail: gruposmarxhoje@googlegroups.com



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

Neodesenvolvimentismo e Combate à Pobreza no Brasil Contemporâneo

Ana Karoline Nogueira de Souza (karolns10@hotmail.com)

Ana Manoela da Silva Lima

Cláudia Maria Costa Gomes

Este trabalho apresenta os resultados e as discussões do projeto de pesquisa “Um Balanço Crítico das Teses Centrais do Novo-Desenvolvimentismo no Brasil”, realizadas em torno do objeto de estudo: as estratégias neodesenvolvimentistas no combate a pobreza no Brasil, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A relevância desta pesquisa está justificada à produção de conhecimento científico buscando novos elementos e expressões de análise da realidade concreta e da conjuntura brasileira na contemporaneidade, oferecendo ainda aportes para realizações de estudos subsequentes. Assim, tem como objetivo analisar os principais elementos de composição do capitalismo e do Estado brasileiro em seu processo de contra reformas na contemporaneidade, com vistas a conhecer os programas de transferência de renda implantados no Brasil: Bolsa Família e Brasil sem Miséria. Considerando que a pesquisa possui um caráter teórico de abordagem qualitativa, utilizamos para nossos fins as pesquisas dos tipos bibliográfica e documental. Esse processo tem como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético e a crítica da economia política elaborada por Marx, uma vez que busca a análise da totalidade social e suas diversas manifestações e elementos contraditórios. No decorrer dos estudos, chegamos a compreender que o avanço neoliberal na América Latina e no Brasil surge como uma alternativa de desenvolvimento que se concretiza pela contrarreforma do Estado, devido ao caráter regressivo para o âmbito social. Com a decadência deste modelo proposto, surgem novas alternativas no debate sobre o desenvolvimento econômico para a agenda dos governos Latino-americanos. Nesse contexto, o neodesenvolvimentismo surge como proposta de um novo modelo de desenvolvimento, distinto dos que já haviam sido implantados nesses países, buscando a hegemonia ideológica e política. Mas, seu desenvolver revela que este se apresenta como um modelo híbrido de outros que já vigoraram no país, como o nacional desenvolvimentismo e neoliberalismo. No Brasil, o neodesenvolvimentismo foi implementado durante o governo do presidente Lula e perpassa o governo da presidente Dilma Rousseff, tendo como objetivo conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social por meio de um aprimoramento nos padrões de distribuição de renda. Neste sentido, evidencia-se na pesquisa que apesar dos benefícios dos programas de transferência de renda e dos significativos avanços em termos de inserção das famílias brasileiras de baixa renda na esfera do consumo, nos últimos anos não houve mudanças importantes e significativas no âmbito da superação da extrema pobreza no país. No quadro geral, o que os dados revelam é que a questão social e o correlato problema da desigualdade estrutural estão longe de ser superados.

Palavras-chave: Estado, Economia política, Capitalismo brasileiro.

Financiamento/Apoio: Universidade Federal da Paraíba e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

Marxismo e colonialidade em uma perspectiva latino-americana

Jórissa Danilla Nascimento Aguiar (jdanillaaguiar@hotmail.com)

Há algumas décadas, na América Latina, um conjunto heterogêneo de forças políticas se apresentou como alternativa ao neoliberalismo com um destacado protagonismo de movimentos sociais – a exemplo do levantamento zapatista em Chiapas, no México, o movimento indígena equatoriano e o movimento cocalero e indígena boliviano – retomando as lutas pela autonomia das etnias, pela libertação nacional, pelo socialismo e pela democracia junto a uma demanda por descolonização. São mudanças políticas que trazem à baila novas questões teóricas para se pensar a América Latina contemporânea, recobrando o tema da identidade, da multiculturalidade, ao passo que se trava uma aproximação entre a história latino-americana, a formação dos Estados-nação e o questionamento da herança colonial dentro dos atuais padrões de poder. Na esteira dessa reflexão, parte da teoria social e da teoria política latino-americana e seus representantes vêm reivindicando contemporaneamente um “giro decolonial”, um rompimento com o ocidental-centrismo e seus reflexos no saber, uma demanda que surge pela expansão do argumento pós-colonialidade e o estudo do “sujeito subalterno”, tendo como base a heterogeneidade e que num sentido gramisciano do termo, se estenderia aos conceitos de “proletariado” e “campesinato”, insuficientes para se “compreender em toda sua natureza e diversidade as lutas de classe na Itália” da época, conforme acontece hoje na América Latina (GALASTRI: 2014, p. 3). Sabe-se que o pensador italiano parte do estudo das classes subalternas desde uma visão revolucionária, explicitando sua condição social e pensando a disputa pela hegemonia por essas classes, numa aproximação com o pensamento de Lenin quanto à não exclusividade da classe operária como força revolucionária, ponto de partida pertinente para se estudar a situação latino-americana. Marcos Del Roio indica, ainda, outra afinidade de Gramsci com o pensamento leninista: a primordialidade de se formar uma frente única de classes, incluindo as classes subalternas. Gramsci estaria, ao tratar dos subalternos, “ampliando seu raio de visão, perscrutando, a partir da questão meridional italiana, uma questão meridional planetária, composta por imersa e diversificada zona colonial” (DEL ROIO, 2007, p. 77). O argumento decolonial toma espaço no subcontinente na década de 1990, sendo marcante o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-racionalidad*, do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Neste trabalho, como parte de nossa pesquisa de doutoramento, fundamentalmente a reflexão da colonialidade é recuperada em uma dimensão crítica e política, sem ocultar a permanência do processo de divisão do trabalho que polariza o mundo dentro de uma lógica capitalista. Sabemos que a nova colonialidade precisa ser estudada e revista como forma de ser vencida sob os moldes neoliberais. Apoiamo-nos na teoria marxista, entendendo a necessidade de se findar com a exploração através da luta política entre classes, retomando as ideias do também peruano José Carlos Mariátegui, referência primeira para a compreensão dos processos históricos e políticos do subcontinente, que nos apresenta em suas obras o papel a ser desenvolvido pelos povos autóctones em busca da emancipação social, levando em consideração as especificidades latino-americanas.

Palavras-chave: Colonialidade, Sujeito subalterno, Eurocentrismo, Marxismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

O enigma da redução do desemprego no período neodesenvolvimentista brasileiro

Fernanda Alves Ribeiro Paz (fernandaarpaz@hotmail.com)

O presente resumo tem por objetivo discutir a redução do desemprego no governo neodesenvolvimentista, avaliando as condições de inserção no mercado de trabalho nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, analisada à luz do método crítico-dialético. Na década de 1980, o fordismo brasileiro começou a ceder espaço para a entrada do modelo toyotista, que trouxe consigo inúmeras inovações tecnológicas e um novo modelo de gestão e consumo da força de trabalho. Mas foi nos anos de 1990 que a reestruturação produtiva se aprofundou no país, acrescido de um intenso processo de reorganização do sistema político e ideológico, através da política macroeconômica neoliberal, com a redução da atuação do Estado através de privatizações e da redução dos direitos do trabalho. Os anos de 1990 foram marcados por um processo de desestruturação do emprego no Brasil, assim como a introdução de mecanismos que tornaram precárias as formas de inserção no mercado de trabalho e flexibilizaram as leis trabalhistas, através da adoção de contratos por tempo determinado, por prestação de serviços, etc. Já o neodesenvolvimentismo, enquanto novo padrão de acumulação capitalista no Brasil, que promove o processo de expansão e reorganização do capitalismo no país do decurso da década de 2000, provocou significativos impactos ao mercado de trabalho, suscitando uma nova precariedade salarial. A redução da taxa de desemprego e o crescimento da formalização no mercado de trabalho demonstra uma grande diferença entre o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo, pois este foi marcado pelas altas taxas de desemprego e aumento da informalidade. Outro dado relevante é o aumento da remuneração dos trabalhadores que também cresceu no período neodesenvolvimentista quando comparado aos anos de 1990 (POCHAMAN, 2012). No entanto, o neodesenvolvimentismo não conseguiu superar a precarização do trabalho, carregando traços históricos da flexibilidade estrutural do trabalho no país, somado a nova precariedade salarial que se constitui como característica no trabalho na era do capitalismo flexível. Ao analisar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período de 1999 a 2009, dados do DIEESE revelam que desde 2003 houve um crescimento da inserção no mercado de trabalho, sendo significativa a formalização dos vínculos que garante maior proteção social ao trabalhador. Mas também cresceu a taxa de rotatividade do trabalho, ou seja, trabalhadores admitidos e demitidos, que vai de 3,30% em 2002 a 4,20% em 2011, o que demonstra a flexibilidade da força de trabalho, sendo a Construção Civil o setor que mais empregou nesse período com taxa de formalização de 153,1%, e que também apresentou maior rotatividade, mais de 80% da sua força de trabalho (ALVES, 2014). Analisando o mercado de trabalho formal na primeira década nos anos 2000, dados do DIEESE apontam que os trabalhadores têm permanecido pouco tempo nos seus postos de trabalho. Em 2009, 63,6% dos trabalhadores desligados tinham menos de um ano no último emprego. Portanto, a ampliação dos postos de trabalho no Brasil por mais que se apresente a princípio como um dado positivo, esconde um crescente processo de flexibilização e desregulamentação do trabalho no país, enquanto fenômeno da atual fase do capitalismo flexível.

Palavras-chave: Estado, Economia Política, Mercado de Trabalho.



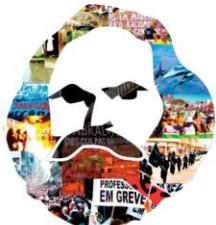
TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

A construção do Sistema de Proteção Social no Chile: da ditadura militar aos dias atuais

Raquel de Brito Sousa (britoquel@hotmail.com)
Jaldes Reis de Meneses
Fernanda Alves Ribeiro Paz

Este trabalho propõe elucidar a proteção social no Chile, a fim de conhecer a realidade do País, tendo como foco as políticas sociais de saúde, previdência e assistência social. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa sobre a temática. A proteção social na América Latina se desenvolve de forma tardia e com diferenças aos modelos dos países centrais, como nos ilustram Sposati (2002) e Mota (2012). O Chile foi um dos países pioneiros a implementar as primeiras formas de proteção social na América Latina, que surge vinculada às políticas trabalhistas. Entre os anos de 1958 e 1973 tem-se um processo de reformas, que consistiam em avanços no desenvolvimento das políticas sociais, com um caráter mais universal e menos fragmentadas. Destacamos, o governo socialista de Allende (1970-73), por propor e implementar reformas que atacavam a burguesia chilena e o imperialismo norte-americano, como consequência sofre um boicote econômico pelos Estados Unidos (EUA). Em seguida instaura-se uma guerra civil, financiada também pelos EUA, que finda na instauração de uma ditadura militar, em 1973, sob o comando de Pinochet. Isso interrompe o desenvolvimento das políticas sociais, uma vez que se implementou a primeira experiência neoliberal do mundo, iniciando um processo de repressão dos movimentos sociais, privatizações, desregulação, desemprego e redistribuição de renda em favor da burguesia (ANDERSON, 1995). Com isso, as políticas sociais chilenas passaram a ser operadas numa lógica de mercado, com um cunho restritivo e subordinada as metas de crescimento e estabilização da economia, focando suas ações na população em situação de extrema pobreza. Adiante trataremos das três políticas supracitadas no período anterior e após a ditadura militar. A previdência social, entre os anos de 1958 e 1973, havia passado por tentativas de universalização, em que se evitava a retirada de direitos, e era administrada por um órgão estatal – Instituto de Normalización Provisional –. Em sua contrarreforma, processou-se uma privatização dos fundos de pensões dos trabalhadores, justificado por um déficit previdenciário. Com isso, foi implementado um regime único de previdência social, baseado na capitalização individual de caráter obrigatório apenas aos trabalhadores, e passou a ser administrado por sociedades anônimas de direito privado – Administradoras de Fundo de Pensões –, ao contrário do que prometido, essas medidas trouxerem o aumento do déficit previdenciário. A política de saúde é contributiva para os trabalhadores, não contribuem os segmentos mais pobres da população. Seu acesso até o fim dos anos de 1970 se dava através do sistema de saúde pública, que capitaliza os recursos oriundos de todos os trabalhadores e era único a receber o financiamento estatais. A partir de então, são reduzidos os investimentos no sistema público, ocasionando a precarização e sucateamento, assim seus serviços ficariam destinados a população pobre, que não poderia acessar o sistema privado. E se incentivou a criação de empresas privadas, que não tinham seus serviços fiscalizados ou regulamentados. Na assistência social, política pouco estruturada no período, seguiu-se o caminho da focalização, reduziu-se os gastos públicos (de 25% do PIB em 1970 para 15% em 1980) em um período de altos índices de desemprego, privatizações e aumento da pobreza. Para responder a tal situação são criados programas de transferências de renda. (PUC, et. al., 2014; ALVIM, 2011). Em 1990, com o fim da ditadura militar, as orientações neoliberais continuam a serem seguidas, não ocorrendo mudanças estruturais. Nas três políticas sociais aqui



tratadas há um ligeiro aumento de verbas, uma tentativa tímida de interligação dos projetos bastante focalistas e a criação de órgãos de fiscalização das entidades privadas prestadoras de serviços das políticas de saúde e previdência. Ao analisarmos o panorama dos governos pós-redemocratização, é notável o desenvolvimento de uma política caracterizada como social-liberalista ou “neodesenvolvimentista” (MOTA, 2012; CASTELO, 2010; 2013;). O Chile passa por um amplo processo de mobilização social e manifestação populares por políticas públicas, esses fatos contribuem para evidenciar o limite da política “neodesenvolvimentista”.

Palavras-chave: Proteção Social, Chile, Saúde, Previdência, Assistência Social.

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

O papel da burguesia brasileira na Ditadura militar: uma análise materialista dos trabalhos da CNV

Modesto Cornélio Batista Neto (modesto.neto@hotmail.com)

Em 1964, o Brasil viveu um impasse, dividido entre dois projetos: o democrático-popular-nacionalista e o anticomunista, este levado a cabo pelos militares, sob o beneplácito e o esteio dos EUA e da burguesia brasileira. Os setores conservadores da burguesia e do parlamento não tinham confiança no projeto político representado pelo então presidente da República João Goulart, que, após o esgotamento da política de conciliação de classes e com o crescimento da efervescência política, afinara-se com as bandeiras da esquerda, propondo um conjunto de reformas nacionais, as quais levaram a insígnia de Reformas de Base. Tais propostas atingiam os setores conservadores, que responderam com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, culminando em uma ditadura que perdurou por 21 anos, caracterizada pela perseguição, desaparecimento forçado, assassinato e tortura de centenas de pessoas, suprimindo direitos e garantias constitucionais e desrespeitando toda uma legislação internacional de direitos humanos. O ano de 2014 marcou meio século do início do concernido golpe. Diante do percurso histórico brasileiro marcado pela violação aos direitos humanos, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.528, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), para apurar e esclarecer esse período da recente história brasileira. Neste sentido, tendo como diapasão teórico-metodológico a ótica do materialismo histórico dialético expresso por teóricos como Karl Marx, Engels, Henri Lefebvre, Walter Benjamin, Ellen Wood, dentre outros, dissertamos sobre o papel da burguesia brasileira na Ditadura militar (1964-1985) e suas implicações no processo de redemocratização do Brasil. Nossa análise se fundamente em uma bibliografia específica e na análise dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade, em especial seu relatório de um ano de atividades, buscando, como propõe Walter Benjamin, “escovar a contrapelo” a história produzida pela CNV para encontrar seus limites, e, apontar os silêncios e contradições produzidas pela comissão sobre temas imprescindíveis a um resgate integral da história recente brasileira, tais como: o papel da burguesia e dos EUA na Ditadura e o desenrolar das lutas de resistência fora do eixo Rio-São Paulo. O resultado deste trabalho aponta os limites, contradições e silêncios da CNV que se materializam em um trabalho inquestionavelmente importante, embora frágisamente incompleto para uma história que vise conciliar a relação entre o povo brasileiro e seu passado.

Palavras-chave: Comissão Nacional da Verdade, Burguesia, Ditadura.



TRABALHOS APRESENTADOS

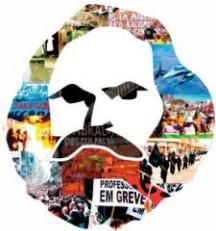
Eixo: América Latina em debate

Formação Social Brasileira e Capitalismo no Brasil Colônia

Nivalter Aires dos Santos (aires.nivalter@gmail.com)

A formação social brasileira foi alvo de acalorado debate, em meados da década de 1960, que dividiu o marxismo brasileiro em pelo menos dois lados. De um deles se encontravam os pensadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que defendiam a tese na qual o Brasil vinha de uma tradição feudal e por isso se fazia necessário superar esses "restos"; do outro lado, de forma crítica a essa perspectiva, encontrava-se Caio Prado Jr. com a tese de que o Brasil, desde a colonização, era capitalista. O intuito desse trabalho é de se colocar no debate buscando a compreensão dos argumentos, inclusive mobilizando diferentes obras de Marx, e de outros pensadores brasileiros. A metodologia consiste basicamente na leitura crítica das perspectivas, tentando pensar dialeticamente o movimento das ideias. Essa análise, aparentemente isolada, faz parte de um estudo mais amplo que pretende analisar a questão regional brasileira, com foco no Nordeste, tornando imprescindível a clareza sobre a formação social brasileira e seu modo produtivo para a compreensão da natureza dos problemas enfrentados pela região e as limitações encontradas na tentativa de dirimir esses problemas. A principal referência é Caio Prado Jr., que desenvolve suas ideias a partir do conceito "sentido da colonização" que significa, em termos simplificados, produzir mercadorias objetivando atender o mercado externo e criar as condições mínimas no mercado interno, para manter a "máquina" funcionando; caracterização que, em sua análise, corresponde ao capitalismo. Karl Marx, em "Teorias de Mais Valia" editado por Karl Kautsky, em determinado momento do livro, apresenta uma clara distinção entre dois tipos de colônias: as verdadeiras como Estados Unidos e Austrália que abrigam colonos campões, e as do tipo "plantation" que são capitalistas devido a sua orientação para o mercado mesmo que não de maneira formal, visto o desenvolvimento do trabalho escravo ao invés do assalariado, como aconteceu no Brasil. Outra perspectiva para a formação social brasileira é a do PCB, defendida, entre outros, por Nelson Werneck Sodré e exposta em sua "Formação Histórica do Brasil", para quem o país descendia de um passado colonial marcado pela política mercantilista europeia cheia de instituições jurídico-políticas feudais, e precisava então superar esses "restos", inclusive se aliando a burguesia industrial. Aceitar um desses posicionamentos gera consequências teóricas e políticas em qualquer análise subsequente sobre a realidade brasileira, a ideia que prevaleceu no debate foi a de Caio Prado, a partir da qual se pode inferir que os problemas brasileiros, de qualquer natureza que se pretenda estudar, não são gerados por falta de capitalismo. É ilustrativo para esse debate a estratégia de modernização da agricultura do semiárido levada a cabo pela SUDENE no Nordeste, na segunda metade do século XX, como forma de superar os "restos" feudais deixados pelo processo de colonização, os resultados, como se sabe, é que as relações sociais muito pouco mudaram com essa "modernização".

Palavras-chave: Formação Social Brasileira, Capitalismo, Feudalismo, Pré-capitalismo, Marxismo brasileiro.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

Região Sudeste e sua Integração Econômica: um fenômeno de concentração e desigualdades

Cristóvão Ferreira de Lima Júnior (cristovaoljr@gmail.com)

Lucas Costa Rodrigues

Maria Luiza de Oliveira Terto

Taisa dos Santos Sodré

O presente trabalho visa analisar a integração econômica da região Sudeste para com os outros espaços do território nacional, examinando os efeitos negativos, dessas relações, como a produção de uma concentração econômica e o aprofundamento de desigualdades para com as demais regiões. Para isso, foram utilizadas referências bibliográficas acerca do tema, dados, mapas e análises que auxiliam na compreensão da realidade estudada. Observa-se, primeiramente, que a integração econômica só ocorre diante da incidência de repercussões de determinada atividade econômica da região em questão para com as demais, como explícita Milton Almeida dos Santos na obra *O Espaço Dividido* (1979). Essa integração permeia a totalidade do território usado, o qual é o próprio espaço geográfico, conforme afirma Maria Laura Silveira no artigo *Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade* (2011), discussão que surge como questão central na busca por um estudo mais abrangente das relações de uso de recursos e elementos do território nacional. Ver-se que as atividades produtivas dos estados da região Sudeste passam a exigir insumos ambientais e humanos de diferentes lugares do espaço geográfico nacional, visando a acumulação de capital, fato estudado nesse trabalho através de Rosa Luxemburg com o livro *A Acumulação do Capital* (1985), cuja obra se configura como uma profunda crítica e explicação acerca do funcionamento da acumulação capitalista, permitindo atentar-se para a perspectiva de acumulação no Sudeste, fato que ocasiona múltiplas consequências negativas a realidade socioeconômica de demais regiões, lembrando que o Sul do Brasil possui algumas condições socioeconômicas similares ao Sudeste. Esse artigo expõe e analisa o tema utilizando-se de mapas e dados, que tem como base informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fontes que revelam a concretização de uma realidade de diferenciações regionais, em um contexto de efeitos negativos das dinâmicas capitalistas evidenciadas no país. O conjunto de condições sociais precárias, constatadas nos espaços brasileiros, se configura como uma situação provocada e aprofundada pelos agentes econômicos, na medida em que a acumulação de capital é o centro das atenções econômicas. Sendo assim, esse trabalho auxilia no entendimento da formação das desigualdades no território nacional e o agravamento dessa situação, diante da integração econômica e concentração de múltiplos aspectos no Sudeste, como: infraestruturas, técnicas, produtividades, recursos monetários, em oposição a conjuntura de outros subespaços do Brasil.

Palavras-chave: Sudeste, Integração Econômica, Território, Concentração, Desigualdades.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

Grupo Eduardo Galeano de Estudos e Pesquisas Latino-Americanas em Comunicação Social

Adriano Medeiros Costa (adrianomcosta@gmail.com)

Antonino Condorelli

Elizângela Justino de Oliveira

João Tadeu Weck

Letícia Beatriz Gambetta Abella

Tiago Tavares e Silva

Desde 1991, o Brasil é membro fundador do Mercosul e de outras organizações latino-americanas. Mas foram nos últimos 12 anos os avanços mais significativos em nosso país que implicaram na direção de uma maior integração latino-americana de vários pontos de vista: comercial, cultural, política, econômica, social. No entanto, do ponto de vista da Comunicação Social há a necessidade de uma maior integração. No Brasil ainda preferimos acompanhar em maiores detalhes o noticiário proveniente dos EUA, Europa ou até mesmo no Oriente Médio, embora os demais países do Mercosul sejam nossos principais parceiros comerciais. As escassas notícias provenientes dos demais países da América Latina quando não são vistas de forma manipulada ou distorcida (sobretudo no caso de países como Cuba, Bolívia ou Venezuela), são vistas sob uma perspectiva estereotipada ou até mesmo preconceituosa. Reproduzindo um ponto de vista não estranhamente solidário com a visão os grandes meios de informação europeus e americanos têm dos países hispano-falantes. Sendo assim, nos propomos a criação de um grupo de pesquisa que pretende pensar a Comunicação Social de um ponto de vista latino-americano e concomitantemente assumindo uma postura política visando a democracia e à emancipação de nosso continente, sobretudo dos socialmente oprimidos, enquanto expectativa futura. Nesse sentido, o artigo tem como objetivo relatar o processo de criação e consolidação do Grupo Eduardo Galeano de Estudos e Pesquisas Latino-Americanas em Comunicação Social (UFRN). O nome deste grupo homenageia, por afinidades ideológicas e de princípios, o escritor e jornalista uruguai Eduardo Galeano (1940 – 2015). O qual, não só recebeu (2008) o primeiro título de cidadão ilustre do Mercosul, como também é reconhecido mundialmente por suas obras que unem jornalismo, ficção literária, análise política e reflexão histórica em favor da integração regional. Para atingir nossos objetivos buscamos o intercâmbio acadêmico, a multidisciplinaridade, a cooperação solidária e o respeito mútuo. Dessa forma, busca-se responder a seguinte questão: como desenvolver enquanto campo de pesquisa a área de confluência entre o campo da Comunicação Social e os estudos latino-americanos (área de estudos que se dedica a estudar a América Latina a partir de diversas perspectivas) e adotando como parâmetro político o anseio pela integração latino-americana? No intuito de pensar a questão os autores referenciais para nossos trabalhos são os teóricos da tradição da Teoria Crítica da Comunicação. Portanto, adotamos o conceito sobre comunicação teorizado não em conjunto, mas de forma convergente por Paulo Freire e Jürgen Habermas, enquanto busca de entendimento mútuo, livre de dominação e coparticipava no ato de pensar com vistas à emancipação humana. Nesse sentido, nossa práxis se norteará pela sua inserção dentro da tradição do pensamento marxista. Assim em termos metodológicos estamos privilegiando a pesquisa bibliográfica, leitura e discussão de textos relacionados aos nossos objetivos e ao desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa. Conclui-se, que nossas atividades irão contribuir para que se possa evitar a tradicional fetichização dos meios tecnológicos de comunicação e informação, bem como a reificação das

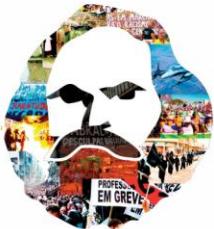


II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

relações de trabalho no campo da Comunicação Social e a reificação das relações entre os profissionais de comunicação com seu público.

Palavras-chave: Comunicação Social, América Latina, Eduardo Galeano, Pátria Grande.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

A particularidade brasileira em Ruy Mauro Marini: a retomada do conceito de *subimperialismo*.

Natan dos Santos Rodrigues Junior (natan.srj@gmail.com)
Epitácio Macário Moura

Este trabalho é resultado de uma pesquisa mais ampla ainda em andamento e financiada pelo CNPQ intitulada “Trabalho e questão social no Brasil contemporâneo: para a crítica do neodesenvolvimentismo” e discute o conceito de subimperialismo formulado pelo sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini no final dos anos 1960 e ao longo da década seguinte sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência. Marini opera importante crítica à teoria da dependência e desenvolvimentista ao deslocar o foco da análise da esfera da circulação e da teoria das trocas desiguais para o terreno da produção econômica e das contradições de classe aí incrustadas. No escopo desta análise, o importante ensaísta demonstra que na particularidade brasileira a acumulação de capital põe e repõe, continuamente, a superexploração do trabalho e a segmentação do mercado interno de modo que uma pequena camada social pode consumir bens duráveis/suntuosos enquanto a ampla massa da força de trabalho vive em condições depauperadas. A manutenção do preço da força de trabalho abaixo do seu valor (superexploração) era uma condição para o acesso dos produtos domésticos ao mercado internacional. O rebaixamento das condições econômicas da massa trabalhadora implicava, todavia, em dificuldades de realização interna de boa parte dos capitais investidos em bens duráveis/suntuosos, o que, por seu turno, explica a exportação de tais bens e dos capitais investidos para países latino-americanos de industrialização inferior à do Brasil. É esse movimento que condicionará um avanço de capitais acumulados no Brasil sobre outras nações do continente e a correlata atuação política do Estado Nacional no sentido de garantir tais relações, tornando o País uma potência subimperialista, embora dependente dos centros mais desenvolvidos do capitalismo mundial. Estes seriam os fundamentos econômicos, sociais e políticos do subimperialismo brasileiro, etapa superior em que uma economia dependente alcança o estágio monopolista e de domínio do capital financeiro, uma particularidade que faz clara referência às formulações de Lênin sobre o imperialismo. Para tanto, realizamos a pesquisa a partir de levantamento bibliográfico, feitura de fichamentos e uso do método da leitura imanente das obras que julgamos as principais do autor em relação a tal tema, quais sejam: Subdesenvolvimento e Revolução; Dialética da Dependência e La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Além das obras Imperialismo, fase superior do capitalismo, de Lênin, e de autores contemporâneos que dialogam e polemizam com Marini, como Virginia Fontes na obra Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história, e Mathias Seibel Luce na sua tese de doutoramento intitulada A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. Os resultados preliminares indicam que as novas utilizações do conceito de Marini e suas inúmeras polêmicas demonstram como suas formulações permanecem vivas e provocantes, carecendo, entretanto, de mediações que possam operacionalizar seu uso para o entendimento do Brasil atual, entendimento este necessário para a elaboração de um projeto e de uma estratégia transformadora. Portanto, não nos parece exagerado afirmar que se apenas com Marini não conseguiremos dar conta de compreender o Brasil neste início de século XXI, sem ele nossa caminhada será muito mais difícil.

Palavras-chave: Dependência, Superexploração do trabalho, Subimperialismo brasileiro.

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

Para uma crítica da Economia Política do Estado “neodesenvolvimentista” no Brasil

Janaina Freire dos Santos (janainasantos1983@hotmail.com)

A crise capitalista mundial de 2008 e seus efeitos sobre o conjunto das economias latino-americanas potencializou um conjunto de discursos de “alternativas” políticas ao modelo neoliberal, entre eles está o aprofundamento do discurso “neodesenvolvimentista” forjado pelo governo Luis Inácio Lula da Silva. Todavia, a “ilusão desenvolvimentista”, alimentada pelas concepções da economia-política do Estado brasileiro desde 2002 de que seria possível uma ruptura com a lógica dependente, mediante um “novo” desenvolvimento, oculta um conjunto de problemas não resolvidos sobre o caráter “neodesenvolvimentista” do Estado brasileiro. Para despir essa análise do véu que se configura o projeto da grande burguesia interna, é preciso proceder à crítica do discurso “neodesenvolvimentista”, que tem por base um conjunto de políticas macroeconômicas que garantiriam a estabilidade da economia, uma política social de redistribuição de renda e uma maior inserção da economia brasileira no mercado internacional e nos organismos de decisão da economia mundial. Ou seja, esse “novo” modelo de desenvolvimento não se apresentaria como uma “aparência do real” que aprisiona as análises desse processo em curso? O presente trabalho, recorrendo à revisão de autores clássicos do marxismo, aponta para a importância da compreensão desse tema, por acreditar que essa “forma aparente” do chamado neodesenvolvimentismo oculta, na verdade, uma “forma essencial” da atuação do Estado brasileiro que é a continuidade e consolidação do modelo neoliberal, porém com o diferencial da mudança no interior desse modelo a partir de um “empoderamento” da burguesia interna industrial e agrária, sem que, com isso, seja abalada a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional no interior do bloco no poder. Ou seja, o que se tem no Brasil é um desenvolvimentismo limitado, dentro das possibilidades dadas pelo capitalismo em sua fase neoliberal, onde a América Latina se transformaria em peça chave no mercado internacional, por conta da exploração dos recursos naturais do território, tais como fontes de água, de minérios, petróleo e gás, via empresas transnacionais brasileiras, e usando corredores industriais do subcontinente. O presente trabalho objetiva destacar como atual a Contribuição para a Crítica da Economia Política de Karl Marx. Isso devido ao fato de que, o núcleo central porque se explica as transformações em curso na América Latina e no Brasil, mais especificamente, parte de generalizações que não demarcam muitas diferenças em relação ao desenvolvimentismo e ao “novo” desenvolvimentismo se tratando, assim, este último de uma suposta “resposta alternativa” à crise do modelo neoliberal, ou seja, uma proposta de política econômica que se limita aos marcos do capitalismo. Parte-se da análise dos elementos essenciais do fenômeno analisado, como o fez Marx, elevando-se do concreto enquanto realidade imediatamente perceptível, ao abstrato, para retornar ao concreto, cenário pensado, para compreender o que se oculta na postura envergada pelo Brasil frente à execução do projeto “neoliberal” de criação integração por meio de criação de infra-estrutura.

Palavras-chave: Economia-política, Brasil, Neodesenvolvimentismo, Infra-estrutura, Marxismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: América Latina em debate

A controvérsia da revolução brasileira e suas contribuições ao desenvolvimento da Escola da Dependência Brasileira.

Pedro Rafael Costa Silva (pedrorafaelce@hotmail.com)

Stephanie Barros Araújo

Francisco Amistardam Soares Silva

O último grande ciclo de crise do capital, desencadeado no ano de 2008, aliado a retração que as políticas neodesenvolvimentistas tiveram em alguns países latino-americanos, vêm reacendendo o debate em torno da posição que países periféricos têm no ciclo de acumulação capitalista. Novos estudos vêm buscando atualizar os debates gestados nas décadas de 1960 e 1970 sobre a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Tal escola de pensamento buscava analisar qual era o papel de países que tiveram sua inserção no modelo de acumulação capitalista enquanto colônias. De maneira geral, as proposições desse conjunto de intelectuais afirmavam que as estruturas territoriais subjugadas aos países europeus que tiveram seu processo de industrialização acorrido de maneira precoce (o que levaram esses últimos a especializarem sua produção em mercadorias com alto valor agregado), fizeram com que países tradicionalmente associados ao cultivo de produtos da terra fossem agora sistematicamente conduzidos a essa eterna condição pelo que no estágio monopolista do capital, passou-se a denominar: imperialismo. Dessa maneira, em um mercado mundialmente integrado, a troca de produtos industrializados (produzidos nos países centrais), por produtos de base agrária (produzidos por países periféricos) ocasionaria uma “troca entre desiguais”. Essa conclusão, exposta pelas análises “furtadianas” e “prebistas”, e largamente divulgada pela Escola Desenvolvimentista nos anos 1960 através da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ocasionou o que talvez seja o período mais profícuo de contribuições teóricas e políticas na economia política brasileira. Havendo nesse debate algumas correntes. Posto isto, o paradigma a qual objetivamos percorrer na análise de nosso problema era vinculado a chamada “nova esquerda”. Nesse movimento, interessa-nos salientar as proposições dos teóricos e militantes armados vinculados ao grupo: Política Operária (Polop). Em especial, adotaremos as proposições de Ruy Mauro Marini. Tendo sido exilado no início do período ditatorial. Suas formulações teóricas como: dependência, superexploração do trabalho e divisão da esfera do consumo em alta e baixa foram obscurecidas no Brasil. No entanto esse fato não impediu que sua obra alcançasse intenso circuito em países como o México, Chile e China. No entanto, recordamos esse debate e objetivamos a partir de pesquisa bibliográfica dar enfoque a chamada: controvérsia da revolução brasileira. Essa discussão teórico-política é relativa a decisão que os partidos, coletivos e movimentos revolucionários tinham sobre qual direção a esquerda revolucionária deveria seguir para tornar efetivamente, o socialismo um projeto viável no Brasil. Como “obras principais” adotaremos as proposições de Caio Prado Jr. na obra: A Revolução Brasileira e a Revolução Burguesa no Brasil cuja a autoria é de Florestan Fernandes. Tal incursão tem por objetivo esclarecer porque em nosso país não podemos contar com uma burguesia nacionalista que tornasse uma revolução social-democrata efetiva. Porque o “entreguismo” sempre foi uma característica do desenvolvimento capitalista no Brasil e porque os grupos políticos vinculados a esse perfil sempre foram econômica e politicamente fortes em nosso país. Temos como assertiva que os debates gerados nesse “nicho” foram essenciais ao desenvolvimento da “Escola da Dependência brasileira”, e buscaremos nesse trabalho ressaltar os principais elementos que confirmam tal proposição.



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

Palavras-chave: Controvérsia da Revolução Brasileira, Dependência e Formação Histórica do Brasil.
Financiamento/Apoio: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Tecnologia como (re) produção do capital: uma visão a partir da perspectiva de Karl Marx

Margareth Nascimento de Souza Lira (mnslira@gmail.com)
Angela Luzia Miranda

Este estudo busca compreender por que a tecnologia é uma mediação necessária dentro do sistema capitalista segundo Marx. Para tanto, um retorno aos escritos de Marx, principalmente o seu primeiro volume do Capital, e seus escritos intitulados Cadernos Tecnológicos (Los Grundrisse), são de grande relevância para responder tal questionamento. Também será de grande relevância a leitura e os comentários de Dussel (1984) e Ellul (1968). Para Marx, as relações econômicas são base para explicar os fatos históricos, sociais e também culturais. Ou seja, sua teoria constitui-se da análise da realidade a partir das relações de produção, sendo o trabalho seu elemento fundante. E é neste contexto que também está inserida a tecnologia. Segundo Marx, a tecnologia moderna emergiu da aliança entre a ciência e a técnica, com a finalidade de aumentar a produção, a mais-valia e o lucro. Portanto, a dimensão econômica da tecnologia defendida por Marx aqui será compreendida a partir de três níveis (DUSSEL, 1984): como meio de produção; como modo de produção; e, por fim, como capital. Em seu primeiro nível, a tecnologia, inserida no contexto das relações de trabalho, está a serviço da produção de maneira instrumental, como máquina-ferramenta. Já em seu segundo nível, a tecnologia atua como mediação no crescimento de produtividade, com base na mais-valia relativa. Por fim, ela é vista como capital constante, aquele que se transforma em bens rentáveis. Dessa forma, conclui-se que a dimensão econômica da tecnologia defendida por Marx e inserida no âmbito das relações de produção, ocupa um papel preponderante na constituição do modelo societário que vivemos hoje.

Palavras-chave: Tecnologia, Meio de Produção, Modo de Produção, Capital.

Financiamento/Apoio: Universidade Federal do Rio Grande do Norte



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

O rótulo de inimigo no contexto político contemporâneo

Mateus Fernandes Soares (mateusfernandesontologia@gmail.com)
Philippe Anatole Gonçalves Tolentino

Definição do conceito: O conceito de inimigo nasceu no direito romano com a palavra hostis. O hostis é diferente da palavra designada para representar o inimigo privado (inimicus). O hostis representava, principalmente, o estrangeiro. Aquele com que não falava a mesma língua que o povo local, por isso não haveria possibilidade de um acordo ou de resolução do problema de modo conciliatório. Ao hostis era privado o caráter de pessoa. De sujeito com direitos de obrigações. A pessoa ou grupo de pessoas considerados inimigos são retirados direitos e garantias penais ou processual-penais e a sociedade o trata como alguém perigoso. Eles ficam a margem dos sistemas sociais de proteção e assistência. Ao longo da história vários outros grupos de indivíduos foram rotulados como inimigos. Na Idade Média, as mulheres acusadas de bruxarias e os hereges foram considerados e tratados como inimigos. Durante a época da Segunda Guerra Mundial, e por força das teorias do darwinismo social as pessoas com deficiência, os homossexuais, os comunistas e os judeus foram considerados como inimigos do Terceiro Reich de Adolf Hitler. Foram submetidos a tribunais de exceção, objetos de experiências no campo da farmácia e da medicina e foram mortos de diversas formas. Atualmente, os terroristas, manifestantes e black blocs são algumas das principais classes e grupos considerados inimigos. Devido à crescente utilização dos meios de comunicação de massa na produção do rótulo do inimigo e a imagem extremamente heterogênea do terrorista, o rótulo de inimigo passou a ser facilmente implantado tanto legal, quanto socialmente. Desse modo, há uma expansão do Estado de exceção e uma diminuição dos direitos constitucionais e internacionalmente ganhos. Justificativa: Um dos aspectos da crise estrutural do capital, é o aumento dos aparelhos de repressão estatais e a diminuição de direitos constitucionalmente assegurados. Há a formação de um crescente Estado de Polícia no local do Estado Democrático de Direito. Uma das fontes de legitimação desse estado de exceção é o conceito de inimigo aplicados a certas categorias de pessoas. Por isso, faz-se necessário o seu estudo. Procedimentos utilizados para a análise: O presente trabalho foi desenvolvido a partir de análise bibliografia. Os livros base para a análise do presente trabalho foram: O Inimigo no Direito Penal do jurista e membro da Suprema Corte Argentina, Zaffaroni e O conceito do político do jurista alemão Carl Schmitt. Como bibliografia complementar o livro Estado de Exceção do filósofo Giorgio Agamben e os livros Violência e O ano em que sonhamos perigosamente do psicanalista e filósofo Slavoj Zizek. Principais debates em torno do tema: Zaffaroni faz a discussão sobre o inimigo a partir do conceito de hostis no direito romano. Pontua que o aumento do Estado de exceção em que vivemos, é uma moda cool. Sem profundidade, um meio propagandeado pela mídia sem nenhuma base científica. Agamben parte do conceito romano de iustitium que representa uma situação de anomia gerada por uma catástrofe natural ou social que suspende o funcionamento do direito. Schmitt assevera que o político refere ao poder de definição de quem é o inimigo. E os livros de Zizek fazem uma brilhante contextualização dos atuais inimigos globais, manifestantes, terroristas e black blocs.

Palavras-chave: Inimigo, Rótulo, Estado de exceção.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Revolução Passiva: dominação e subalternidade

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira (lualiagaa@gmail.com)

Nos Quaderni del Carcere Antonio Gramsci mostrará a diferença entre aquilo que poderia ser definido como o “exercício ‘normal’ da hegemonia no terreno tornado clássico pelo regime parlamentar” e o exercício disfuncional da hegemonia, isto é, o consenso restrito no interior de um regime autoritário. O “exercício ‘normal’ da hegemonia” é definido por Gramsci como o “justo equilíbrio entre força e consenso, isto significa que a força não deve suplantar em muito o consenso, ao contrário, deve aparecer apoiada pelo consenso da maioria” (Q. 1, § 48, p. 59). Em outro lugar o autor define hegemonia como consenso “encouraçado de coerção” (Q 6, § 88, p. 763-764). De modo que o processo de construção de uma nova hegemonia inicia-se na sociedade civil, com a construção do consenso, da direção política e se completa quando a classe torna-se capaz de ser dominante, por meio da tomada do poder de Estado. Por outro lado, o “desequilíbrio” entre força e consenso é conceituado por Gramsci no interior da discussão sobre a revolução passiva na Itália, que encontra no “transformismo” seu caso histórico (Cf. GRAMSCI, Quaderni del Carcere, 2007, Q. 8, § 36, p. 962). Gramsci definirá o transformismo já no primeiro caderno, no interior da conceituação de hegemonia e da discussão sobre o Risorgimento, como “a absorção dos elementos ativos vindos das classes aliadas e também das inimigas” no seio da classe dominante. Diz ainda o autor que nestas condições a direção política torna-se um aspecto do domínio, enquanto a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas e à sua impotência (Cf. Q. 1, § 44, p. 41). O que ocorreu no Risorgimento, como observa Gramsci, foi uma inversão da fórmula de hegemonia, isto é, enquanto o “exercício normal” da hegemonia toma o consenso como elemento central no Estado, na Itália risorgimental, ao contrário, “a direção política torna-se um aspecto do domínio”. Em outros termos, não temos mais o “consenso encouraçado de coerção”, mas é a coerção que estaria agora encouraçada de consenso. Esta situação conforma um Estado autoritário na medida em que a centralização burocrática e a democracia restrita, mantidos pelos recorrentes processos de transformismo, paralisam o adversário porquanto tolhem suas lideranças e decapitam as classes subalternas, mantendo-as em sua subalternidade. Este processo de inversão da fórmula da hegemonia, que torna o Estado muito mais apoiado na força (e na fraude) do que no consenso, enfraquece politicamente as classes subalternas na medida em que impedem ou dificultam a formação de intelectuais orgânicos vindos de baixo. O Estado, deste modo, assume um papel paternalista e protetor sobre estas classes que nunca conseguem unidade suficiente para formação de uma direção consciente e autônoma, repondo reiteradamente sua subalternidade.

Palavras-chave: A. Gramsci, Hegemonia, Revolução passiva, Classes subalternas.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

A questão do método em Marx: uma construção histórica

Frederico Jorge Ferreira Costa (frederico.costa@uece.br)
Maria do Socorro Lima Costa

Este trabalho encontra-se dentro das coordenadas do Grupo de Pesquisas Ontologia do Ser, História, Educação e Emancipação Humana - GPOSSHE e do Laboratório de Estudos sobre Ontologia do Ser Social, História da Educação e Práxis Educativa - LEPRAXIS. A presente pesquisa também se encontra ligada às atividades do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE, que busca colocar o conhecimento a serviço da classe trabalhadora. Este texto reporta-se aos estudos em torno da constituição do método em Marx. A temática expressa um aspecto da obra marxiana, que em tempos de anti-intelectualismo e de reação conservadora contra o pensamento crítico, defende a racionalidade dialética do real e de sua inteligibilidade. Tratou-se de uma pesquisa de natureza teórico-bibliográfica, realizada mediante a metodologia da leitura imanente de textos selecionados de Marx de 1843 a 1858: Crítica da filosofia do direito de Hegel (1843), Sobre a questão judaica (1844), Manuscritos econômico-filosóficos (1844), A sagrada família (1845), A ideologia alemã (1845-46), A miséria da filosofia (1847), O Manifesto do Partido Comunista (1848), Grundrisse (1857-58). Como resultado levantaram-se categorias e relações categoriais importantes para compreensão do método científico no âmbito das ciências humanas. Primeiro, em Marx o método não é um a priori fixo alheio ao objeto, como construto de um sujeito ensimesmado. Segundo, devido a uma radical postura ontológica materialista, o método é uma função da práxis científica de apropriação do objeto, que rege o processo de conhecimento. Terceiro, o método em Marx é fruto da apropriação crítica da dinâmica de funcionamento da sociabilidade burguesa e do capitalismo. Quarto, a instauração de uma nova forma de fazer ciência e filosofia, com o primado da realidade sobre o conhecimento, é o que fará Marx criticar a ideologia liberal ao diferenciar emancipação política de emancipação humana em A questão judaica; indicar os limites especulativos dos jovens hegelianos em A sagrada família; orientar-se para a crítica da economia política e descobrir a centralidade do trabalho nos Manuscritos econômico-filosóficos; delimitar os contornos de uma ontologia do ser social na Ideologia alemã, e, conduzir a sua obra de maturidade, O Capital, onde reproduz a legalidade imanente que rege as origens, o surgimento, o desenvolvimento, a decadência e o potencial desaparecimento do capitalismo, e as possibilidades contidas neste ser social historicamente determinado que podem conduzir à efetiva emancipação humana, ou seja, ao comunismo.

Palavras-chave: Marx, Ontologia, Método, Ciência, Emancipação Humana.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

A categoria "progresso" no último Lukács

Vânia Noeli Ferreira de Assunção (vanianoeli@uol.com.br)

Objetiva-se entender o significado da categoria "progresso" na Ontologia do ser social e nos Prolegômenos a uma ontologia do ser social, de G. Lukács, livros que são seu "testamento filosófico". A categoria progresso foi escolhida porque é predominantemente vista de forma antidualética e, assim, tem sido duramente criticada. O método usado é a análise imanente. Segundo Lukács, o desenvolvimento da generidade sempre foi, para Marx, o critério ontológico decisivo para o desenvolvimento humano. A economia, o crescimento das forças produtivas, é o fundamento inescapável da existência humana e produz consigo, espontaneamente, as faculdades dos homens e as energias dos complexos sociais que favorecem e aceleram ou, eventualmente, freiam ou impedem sua concretização. Não há determinismos na ontologia marxiana: os processos históricos não são inexoráveis, mas tendências inscritas no real. Como há diversas possibilidades de desenvolvimento, que, de acordo com as condições dadas, podem ser mitigadas, estimuladas ou extintas, não há mecanicidade nem necessidade absoluta. Ontologicamente, progresso não se confunde com desenvolvimento linear e não é constituído só por avanços. É sempre acompanhado de dores, sacrifícios e retrocessos em esferas específicas do ser social; muitas vezes seus veículos contraditam o próprio desenvolvimento em processo, mas a tendência geral e permanente é inegável. Essa tendência progressista também não se confunde com um desenvolvimento dirigido a um fim postulado previamente ou por uma "lógica". Os fins e meios postos praticamente em ação pelo pôr teleológico permanecem processos causais e sua determinação é apenas aproximadamente controlada, existindo sempre momentos destoantes dele. A crescente socialidade das categorias, vínculos e relações humanas traça um caminho tortuoso no qual, em termos de desenvolvimento global, há não correspondências e desigualdades. Não se trata, também, de uma análise valorativa (melhor/pior), mas da constatação objetiva do desenvolvimento de um grau ontologicamente inferior a um superior. Por isso, mesmo processos terríveis como a assim chamada acumulação primitiva significaram um progresso objetivo, bem como a escravidão e a violência são seus instrumentos. A tendência à unidade efetiva da humanidade enquanto gênero consciente e orgânico, impõe intensiva e extensivamente pela irresistível e crescente integração econômica e sua correspondente superestrutura, concretizou-se apenas com o surgimento do capitalismo. Este representa, pois, um progresso, mesmo com seus inegáveis retrocessos, contradições e opressões. Ele dissolveu muitos becos sem saída e situações estagnadas. Ademais, em comparação com as sociedades anteriores, muito mais determinadas pela natureza – incluindo as possibilidades de formação da personalidade humana –, o capitalismo permite ao ser social uma liberdade inédita. Embora fundamentado na economia, o mercado mundial ultrapassa o âmbito estritamente econômico e tem profundos efeitos sociais e políticos (muitos deles extremamente problemáticos), possibilita pela vez primeira uma efetiva unidade da humanidade. O capitalismo se destaca por criar, de forma espontânea, a produção social digna deste nome (o "reino da necessidade") que, revolucionariamente, pode se tornar objeto de regulação humana consciente. Apenas sobre sua base pode-se constituir o reino da liberdade, quando o desenvolvimento das forças humanas é considerado um fim em si mesmo.

Palavras-chave: Progresso, Desenvolvimento, Ontologia do ser social, G. Lukács.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Uma crítica marxista ao conceito de comunidade de Bauman

Jo Camilo de Fernandes (polydede@gmail.com)

Este trabalho discute o conceito de comunidade, aplicando uma crítica marxista à formulação de Bauman no livro “Comunidade – a busca por segurança no mundo atual”. O que se comprehende por comunidade determina, conscientemente ou não, tanto a construção de conhecimento quanto as formas de intervenção e ação política sobre esse objeto. Pensando que a Psicologia Comunitária deve ter como um de seus objetivos a mudança social e tomando o marxismo como a linha teórico-prática que pensa essa mudança de forma científica e global, podemos concluir a importância de se formular um conceito marxista de comunidade. Esse trabalho pretende contribuir com essa construção. Procura-se, para tanto, partir do método da crítica marxista, que consiste não apenas em contrapor as ideias do autor em questão, mas examinar os seus fundamentos, explicitar suas perspectivas política e pensar suas consequências na luta de classes. O primeiro aspecto da crítica consiste em explicitar como a concepção de Bauman sobre comunidade leva a uma teorização onde não há transformação possível. Apresentando o que parece ser uma forma atualizada do romantismo característico da Sociologia clássica alemã, o autor lamenta aspectos da sociedade atual, colocando como consequência inevitável do mal estar contemporâneo a aspiração à volta à comunidade, uma configuração social pequena e segura. Mas o próprio autor reconhece que isso significa apontar para um retorno a uma realidade que não pode mais voltar. Essa perspectiva, que critica elementos da sociedade capitalista mas prescreve uma impossibilidade da mudança social pode ser vista como herdeira, no que diz respeito a seu papel na luta de classes, daqueles velhos pensamentos que Marx já havia chamado, no Manifesto Comunista, de “socialismo reacionário”. Para apoiar essa crítica política, desenvolvemos também uma crítica metodológico-conceitual. O conceito de comunidade de Bauman é sustentado pela concepção ontológica de oposição entre liberdade e segurança. A partir da ideia de desenvolvimento apresentada por Marx no manuscrito conhecido como “Introdução”, compreendemos que a liberdade e a segurança apresentados por Bauman são conceitos estáticos, que refletem apenas a realidade atual da sociedade capitalista. Ao isolarmos as determinações específicas do contexto capitalista e, assim, chegarmos a conceitos mais gerais de liberdade e de segurança, concluímos que a segurança a que se aspira contemporaneamente não está no passado, assim como a liberdade burguesa não é a única forma possível de liberdade. Portanto, sendo dissolvidas as bases teóricas sobre as quais a “comunidade” de Bauman foi construída, é necessário que compreendamos, a partir da realidade capitalista, quais as determinações e contradições características dessa categoria hoje. A comunidade realmente existente não é fadada ao imobilismo e à submissão, como preconiza Bauman. Pelo contrário, na medida em que ela, por um lado, é formada a partir de uma coação externa imposta pela classe dominante a certos grupos dominados e, por outro, está inserida em uma totalidade social onde a humanidade já pôde se libertar da submissão em relação à natureza, aparece nela uma contradição que a impulsiona ao movimento. Nesse ponto, podemos pensar como essa crítica pode contribuir para a construção de um conceito marxista de comunidade, um conceito que possa explicitar elementos contraditórios cuja compreensão pode servir à transformação social.

Palavras-chave: Comunidade, Marxismo, Bauman, Crítica.

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

A importância da categoria da historicidade em György Lukács para um autêntico conhecimento do ser social

Ana Joza de Lima (lima.ana3@gmail.com)

Erika Silva Rocha

Maria Núbia de Araújo

Raquel Pereira de Moraes

Stephanie Barros Araújo

Talita Leandro Sobrinho

O presente trabalho é fruto de reflexões e debates acerca da obra “Os prolegômenos para uma ontologia do ser social” e que vem sendo realizado com auxílio da disciplina “Tópicos especiais em educação: Introdução à Ontologia de Lukács – Revisitando os prolegômenos”, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará/UFC, linha Marxismo, educação e luta de classes, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará/UECE, linha Marxismo e formação do educador, e com o Instituto do Movimento Operário/IMO dessa mesma IES. O trabalho é o resultado de uma pesquisa teórico-bibliográfica e pretende discutir sobre a categoria da “historicidade” em György Lukács na obra Prolegômenos para uma ontologia do ser social publicada pela primeira vez em 1984. Destaca-se que para esse autor a correta colaboração entre experiências cotidianas e conquistas científicas só poderá resultar em uma autêntica ontologia do ser se mediada pela processualidade histórica de cada ser. Para Lukács (2010), qualquer conhecimento verdadeiro do ser precisa partir dos fatos da vida cotidiana, porém é preciso superar essa imediaticidade, o que só será possível por meio de uma crítica permanente à práxis imediata dos homens, cabendo às descobertas científicas esta função. Portanto, nosso autor enfatiza que “[...] só a correta colaboração de experiência cotidiana prática e conquista científica da realidade pode decorrer uma aproximação legítima da verdadeira constituição do ser” (LUKÁCS, 2010, p. 41). Contudo, ressalva que, esses dois componentes apresentam inúmeros impedimentos, podendo muitas vezes até mesmo inibir o conhecimento sobre o ser. Entre esses impedimentos, o autor destaca, primeiro, os fatos da vida cotidiana se apresentam de forma distorcidas ao homem, segundo, as descobertas científicas muitas vezes estão impregnadas de ideologias, e, terceiro, as próprias dificuldades em relação ao ser, isto é, as três esferas simultâneas da própria constituição (inorgânica, orgânica e social) e que exigem tanto um conhecimento específico quanto da interação entre si. Diante desses impedimentos ao conhecimento do ser, Lukács (2010) sinaliza o caminho mais adequado para o conhecimento ontológico do ser, aquele que parte dos fatos mais elementares da vida cotidiana, mas buscando conhecer sua essência, supera a imediaticidade. Para apreender a essência dos fenômenos imediatos, o autor enfatiza que só a compreensão da processual historicidade do ser permite seu conhecimento mais aproximado. Assim, nosso autor cita Marx para afirmar que “[...] Só a ideia da historicidade universal concreta das categorias de cada ser pode mostrar aqui o caminho para uma consideração correta, ao mesmo tempo unitária e historicamente bem diferenciada” (LUKÁCS, 2010, p. 72). Portanto, podemos concluir que, a história se apresenta como a categoria mais adequada para se compreender a realidade do ser e apreender sua essência enquanto uma processualidade.

Palavras-chave: Historicidade, Conhecimento ontológico, György Lukács.

Financiamento/Apoio: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Da imediaticidade para além da imediaticidade: Caminhos para o conhecimento ontológico do ser
em György Lukács

Ana Joza de Lima (lima.ana3@gmail.com)
Betânea Moreira de Moraes

O presente trabalho é fruto de reflexões e debates acerca da obra “Os prolegômenos para uma ontologia do ser social” e que vem sendo realizados com o auxílio da disciplina “Tópicos especiais em educação: Introdução à Ontologia de Lukács – Revisitando os prolegómenos” no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará/UFC, linha Marxismo, educação e luta de classes, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará/UECE, linha Marxismo e formação do educador, e com o Instituto do Movimento Operário/IMO dessa mesma IES. O trabalho apresenta de forma resumida uma reflexão acerca da relação entre vida cotidiana e conhecimento científico desenvolvida por György Lukács. Procura-se discutir sobre a importância da imediaticidade, a qual é concebida pelo autor como o ponto de partida para o conhecimento ontológico do ser, mas que ao mesmo tempo, necessita ser superada para a construção desse conhecimento, ou seja, é preciso ir para além da imediaticidade a fim de se conhecer verdadeiramente o ser em-si existente, revelando sua essência. O trabalho se trata de uma pesquisa teórico-bibliográfica em torno do pensamento do filósofo marxista György Lukács (1885-1971), em especial nos “Prolegômenos para uma ontologia do ser social”, obra na qual o filósofo húngaro esclarece alguns fundamentos teóricos da sua ontologia, além de apresentar elementos novos ou pouco desenvolvidos nas obras anteriores. A partir das análises, leituras e reflexões da obra de Lukács, percebemos que, ao tentar delinear uma autêntica ontologia do ser social a partir do pensamento de Marx, nosso autor destaca, e em oposição tanto às ontologias clássicas metafísicas quanto às correntes dominantes em sua época centradas no conhecimento gnosiológico, a importância da categoria imediaticidade, é a esfera de onde emergem os fatos mais simples relacionados ao ser. Assim, o autor propõe que “[...] qualquer consideração ontológica do ser social é impossível sem procurarmos seu primeiro ponto de partida nos fatos mais simples da vida cotidiana dos homens.” (LUCKÁS, 2010, p. 37). Contudo, como bem destaca Lukács, não se trata de resumir o conhecimento do ser a sua imediaticidade, mas é preciso superá-la, pois os fatos da vida cotidiana podem se apresentar de maneira altamente distorcidos ao homem. Sendo assim, é necessário fazer uma permanente crítica à própria imediaticidade, mas uma crítica que tenha por base os fatos mais simples da práxis humana. Tal crítica deve partir dos fatos reais, buscando compreender sua processualidade histórica. Portanto, assim como em Marx, Lukács enfatiza que a verdadeira ciência é a ciência da história.

Palavras-chave: Imediaticidade, Conhecimento, György Lukács.

Financiamento/Apoio: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

De Marx a Lênin: o conceito de estado na tradição marxista

Fabio Jose Cavalcanti de Queiroz (fabiojosequeiroz@yahoo.com.br)
Nivania Menezes Amancio

"Objeto de estudo: Este trabalho se assenta numa indagação: como o Estado é acolhido na tradição marxista? Parafraseando Lênin, trata-se de responder a três problemas-chave: o que é o Estado? Qual a sua natureza? Qual o seu significado? O recorte do tema nos conduz ao estudo de duas obras, em particular: Guerra civil na França, escrita por Marx, e O Estado e a revolução, de Lênin. Justificativa: Retomar esse temário se justifica não só pela necessidade de se desmistificar noções vulgares e repetitivas, que dão conta da suposta ausência do Estado nos estudos de imposição marxista, mas de indicar como elaborações com esse enfoque oferecem a possibilidade de enriquecer a compreensão quanto ao lugar e ao caráter da máquina estatal na sociedade contemporânea. Procedimentos utilizados: Trata-se de uma investigação textual mediante a adoção da análise imanente como método de estruturação e um modo peculiar de condução da pesquisa. Os debates teóricos em torno do Estado: Quando Marx começa a abordar a questão do Estado, as ideias que dominam o seu meio correspondem ao ideário de Hegel (1976), no qual o nosso objeto aparece como "potência superior", "fato da eticidade" e "universalidade". Marx (e, posteriormente, Lênin) opera uma ruptura com essa tradição histórica, i.e., transgride as concepções dominantes sobre o aparelho estatal, visto como arauto do "bem comum" ou expressão de interesses universais. Isso não veda que autores do campo liberal, notadamente Bobbio (1987), neguem a existência de uma teoria do Estado em Marx e no marxismo. Esse elemento é crucial nos debates contemporâneos que dividem águas entre os marxistas e os seus oponentes. Resultados: O primeiro resultado, que advém da investigação, é de que, embora as noções marxianas e lenineanas acerca do Estado não sejam redutíveis umas às outras a um significado absolutamente idêntico, até em função da realidade específica na qual cada um se situa no plano histórico, isso não impede que entre eles se apresentem diversas inter-relações. O segundo resultado importante é que, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, se deu a elaboração de uma nova concepção de Estado, na qual ele se desuniversaliza e se revela em sua figuração de classe. O terceiro resultado importante, é que, em Marx e Lênin, a questão do Estado se liga a problemas-chave para o marxismo, dentre eles a luta de classes, a revolução proletária e a constituição de uma sociedade liberta do domínio do capital.

Palavras-chave: Estado, Marx, Lênin.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Imperialismo e acumulação do capital em Rosa Luxemburg

Rosa Rosa de Souza Rosa Gomes (rosarosasrg@gmail.com)

Em 1871, o imperador alemão foi coroado no Palácio de Versalhes, completando a unificação alemã. Neste mesmo ano, nasceu Rosa Luxemburg. Ambos acontecimentos marcaram o final do século XIX. O primeiro porque a partir daí a Alemanha se industrializou, entrando na concorrência mundial, fato essencial para compreender o período do imperialismo e a Primeira Guerra Mundial. O segundo porque Luxemburg foi uma das revolucionárias mais importantes do período; ativa na revolução alemã de 1918, a militante pensou as relações entre imperialismo e capitalismo, elaborando uma teoria econômica para a práxis em seu tempo. Este trabalho investiga a compreensão o imperialismo em Rosa Luxemburg, formulado na sua análise da reprodução ampliada capitalista no livro *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, publicado em 1913, e as relações entre sua teoria e as tensões políticas da social-democracia na época. Luxemburg demonstrou o papel das colônias, e contribui ainda hoje para entendermos o papel de países e regiões periféricas, na reprodução do capital. Sua teoria da necessidade de expansão para a sobrevivência do sistema capitalista foi contestada em sua época e posteriormente, sendo retomada apenas nos últimos anos por pensadores como David Harvey. No entanto, consideramos importante entender a relação entre a análise de Luxemburg do imperialismo e da reprodução ampliada no contexto do início do século XX para avaliar melhor sua crítica a Marx no debate em que estava inserida, considerando-se que desde aquele momento até hoje perdura a interpretação da autora como determinista e defensora do subconsumismo na análise das contradições do capitalismo, ambas qualificações que ponderamos, apontando elementos de sua obra e do debate existente, então, na social-democracia. A pesquisa utilizou-se das atas dos congressos do Partido Social-democrata Alemão (SPD) entre 1898 e 1912, além de artigos da autora e outros militantes do período para compreender as diferentes linhas teóricas e suas transformações. Nesta apresentação, fruto da pesquisa, contamos basicamente com a análise do livro de Rosa Luxemburg e menções ao debate do período quando necessário para entender a quais teorias Luxemburg se referia. Eduard Bernstein e outros reformistas da social-democracia estão entre os nomes, muitos deles vinculados às ideias de Tugan-Baranovsky, ainda que indiretamente. No geral, Luxemburg discuti com os reformuladores da teoria marxiana, como os dois autores citados; revisionistas da teoria do valor como instrumento de análise do capitalismo, pois, devido às transformações do final do século XIX e início do século XX, o sistema teria se modificado muito não sendo mais cabível pensar uma teoria das crises e a revolução socialista como colapso geral do sistema. Inserida neste debate desde sua entrada no partido em 1898, Luxemburg modifica sua análise da comprovação e justificativa das crises em Reforma Social ou Revolução? Para o processo de reprodução social do sistema. Segundo seu livro de 1913, as crises eram a forma como as contradições do sistema apareciam, para entender seu funcionamento era preciso analisar o movimento do sistema em sua média, sem perturbações, por isso estudar a reprodução ampliada. Seu estudo mostra, então, as origens históricas do imperialismo, intrínseco ao desenvolvimento do sistema, e o colapso como tendência objetiva das contradições do capitalismo.

Palavras-chave: Imperialismo, Acumulação do capital, Rosa Luxemburg, Social-democracia alemã
Financiamento/Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

A subsunção do trabalho ao capital no contexto da Revolução Informacional

Perci Coelho de Souza (percicoelho@gmail.com)
Maria Helena Rauta Ramos

Esta linha de reflexão vem sendo adotada pelos autores deste trabalho, há mais de duas décadas, não apenas em estudos bibliográficos e de campo, como também recebendo orientação direta do professor Jean Lojkine, em visitas à França, como na vinda deste pesquisador ao Brasil. As metamorfoses por que passa a sociedade do capital põem como exigência o aprofundamento das teses marxianas e sua atualização em face das novas requisições imposta ao trabalho. Trata-se de um estudo de natureza teórica que resgata a categoria de subsunção contida no capítulo VI inédito d' *O Capital*, procurando especialmente estabelecer um diálogo com Boccaro (1983, 1984, 2008) e Lojkine (1968, 1976 1981[1997]), a respeito da teoria da Revolução Informacional, divulgada no Brasil nos anos 1990. Num primeiro momento são retomadas as concepções de Marx, quando faz a distinção entre subsunção formal e subsunção real. Encontramos neste aspecto o essencial para nossa argumentação nos referenciando à Revolução Industrial, e o aparato criado pelo Estado no sentido de garantir condições para o desenvolvimento da sociedade capitalista em emergência. Sobre esta base formal, ergue-se o modo de produção capitalista, não apenas do ponto de vista tecnológico que transforma as condições reais do processo de trabalho, levando o trabalhador à subsunção real ao capital. Com base nesta reflexão, criamos passarelas com a obra de Boccaro e Lojkine. Para estes autores, nos termos de Marx, a perspectiva da revolução não está, a priori, descartada, muito embora, alguns autores dentro da academia repudiem o marxismo, reputando-o como “fora de moda” para explicar o processo de emancipação da classe trabalhadora. Advogamos a hipótese de que nesse momento de crise internacional do capital, forças sociais vinculadas ao trabalho, em diferentes espaços, territoriais e sociais, assumem o protagonismo da luta de classes, a partir da construção de uma crítica e proposições de superação da sociedade vigente. Neste segundo momento do texto, procura-se estabelecer algumas mediações, examinando novas determinações manifestas no metabolismo do capitalismo contemporâneo, no contexto de crise estrutural do capital, considerando o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como os processos de mundialização e financeirização. O estudo bibliográfico se apóia em diversos autores do neomarxismo francês, dentre eles François Chesnais, para sustentar, numa perspectiva crítica, a tese da Revolução Informacional. Nesse sentido são exploradas categorias de análise, tais como Produção e Reprodução do Capital, Forças Produtivas, Condições Gerais da Produção Capitalista, Lutas de Classes e Revolução. Ao final são apresentados elementos conclusivos, onde são identificados limites e possibilidades da teoria da Revolução Informacional, abstraídos desse debate.

Palavras-chave: Subsunção do trabalho ao capital, Revolução informacional, Emancipação do trabalho.

Financiamento/Apoio: Universidade de Brasília



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

O fetichismo da mercadoria e a sociedade burguesa constituída

Thiago Cruz de Araujo (tcruzaraaujo@yahoo.com.br)

Valmir Pereira

Maria Danielle Cristina Morais Sousa

Arliedson Targino dos Santos

O objetivo do presente trabalho é analisar como o fetichismo da mercadoria, esta manifestação histórico-concreta do fenômeno social da alienação, generaliza-se de modo a conformar à sua lógica, o conjunto dos aspectos da vida humana na sociedade burguesa constituída, tendo como pressuposto a existência histórica de um peculiar modo de produção – o capitalista - em que a universalização da forma mercadoria acontece a tal ponto, que esta se transforma no princípio balizador para o entendimento das formas de sociabilidade em curso. A sua elaboração teve como ensejo a constatação de haver no debate atualmente em voga nas ciências humanas e no pensamento social de maneira abrangente, uma sintomática insuficiência em oferecer instrumentos analíticos que possibilitem uma leitura suficientemente crítica ao ponto de desnudar os mecanismos mais profundos do atual estágio da sociedade capitalista. Neste sentido o que se verifica é que o debate teórico se ressente de categorias analíticas que possibilitem uma frutífera mediação entre as aparências e os fundamentos dos processos sociais. Entendemos que o pensamento social de Marx continua a demonstrar intensa vitalidade na direção de não só realizar a necessária crítica à sociedade burguesa, mas de também apresentar os vetores que tornam possível a sua superação. Em tal intento a pesquisa realiza um levantamento bibliográfico por meio da leitura e análise das obras de alguns dos principais autores que versam sobre a temática do fetichismo da mercadoria, com destaque especial para a análise fundamental desenvolvida por Karl Marx em torno da mercadoria, em sua obra magna, *O Capital*. Neste incuso serão também de inestimável contribuição: a análise desenvolvida pelo filósofo Adolfo Sanchez Vazquez, no texto *Sobre a Alienação em Marx*, no sentido de tentar posicionar a teoria da Alienação no cenário da teoria social marxiana em sua totalidade; a análise realizada pelo filósofo Gyorgy Lukács sobre o fenômeno da Reificação, em sua seminal obra *História e Consciência de classe*, onde o autor estende e enriquece o estudo do fetichismo desenvolvido por Marx; e o estudo sobre a factualidade do fetichismo da mercadoria no capitalismo tardio, realizado pelo cientista social José Paulo Netto em seu livro *Capitalismo e Reificação*. Consideramos que tal instrumental analítico é de cabal importância para uma apurada apreensão dos fenômenos sociais em curso, pois ele possibilita o desvelamento dos mecanismos alienantes próprios à sociedade burguesa, inspirados na forma do fetichismo da mercadoria, em seu fundamento de apresentar os produtos e as relações sociais sob um aspecto coisificado. Como resultado desta investigação, observa-se que a universalização da relação mercantil, como processo particular a sociedade burguesa constituída, opera concomitantemente, para a generalização por toda a existência humana, do fetiche próprio ao produto do trabalho humano quando transformado em mercadoria, o que resulta dizer que a sociedade burguesa é pródiga em encobrir os fundamentos sociais de seus processos, em aparências fetichizadas. Deste modo chega-se a conclusão, que os intercâmbios humanos, em seu conjunto, tornam-se revestidos por feições reificadas, que ao encobrirem os processos alienantes em curso na sociedade, contribuem para a manutenção do atual estado de coisas. Portanto, torna-se necessário, por meio da crítica medular destes processos, descobrirem-se meios concretos de superação social.



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

Palavras-chave: Fetichismo da mercadoria, Alienação, Reificação, Sociedade burguesa.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Do «espectro da autodeterminação», último capítulo dos argumentos no interior do marxismo inglês

Roberto Della Santa Barros (barrosroberto@yahoo.com)

O trabalho ora em tela pretende apresentar uma leitura atentiva do capítulo final do debate realizado entre Edward P. Thompson e Perry R. Anderson, qual seja, o livro – até hoje nunca traduzido em língua portuguesa – *Arguments within English Marxism* (London: New Left Books, 1980). Para além de uma contextualização efetiva ou uma história intelectual o modesto objetivo, que se coloca o presente contributo, é tão-só o de expor, o mais diligentemente, as ideias e programas contidos na derradeira resposta de Perry Anderson à publicação de *The Poverty of Theory and other essays* (London: Merlin Press, 1978). Para além da *differentia specifica* entre os mais importantes expoentes das distintas gerações da Nova Esquerda mais velha do mundo – em teoria, política e história – o que se traduz nessa obra são impostações programáticas, projetos estratégicos e, ao fim e ao cabo, concepções totais de mundo. Dar a conhecer o ponto de vista do argumento andersoniano é o passo inicial para uma revalorização histórico-político-intelectual de suas aproximações-unidade e distanciamentos-diversidade. O debate Thompson-Anderson não é algo desconhecido no país. Porém a assimetria na recepção nacional da obra do primeiro em relação ao segundo impõe alguns limites para sua fortuna crítica. Até o presente momento o seu *Arguments within English Marxism* não tem uma tradução brasileira. Como sói ocorrer para bibliófilos resolutos das áreas lusófonas, uma atenuação relativa do fato editorial foi a tradução ao idioma castelhano de *Arguments within English Marxism* (NLB/Verso, London, 1980) – de agora em diante, AWEM – sob o título, já algo adaptado, de *Teoría, Política e Historia: un debate con E.P.Thompson* (Siglo XXI, Madrid, 1985), de agora em diante, TPEH. Ainda assim poder-se-ia dizer que quiçá seja a lacuna de difusão mais importante que perdura no mundo das letras brasileiras a respeito deste tipo peculiar de marxismo inglês, da historiografia britânica e da própria New Left. É no mínimo intrigante observar que se trata justamente da zona de engajamento da polêmica Anderson-Thompson – a respeito dos centros nevrálgicos para a historiografia radical de fala inglesa –, uma área reputada do pensamento social e político e muito respeitada no ambiente político-intelectual do marxismo acadêmico e da esquerda socialista do país. Nossa intuito não é outro senão avançar nessa seara.

Palavras-chave: Autodeterminação, Historiografia Britânica, Marxismo inglês, E.P.Thompson, P.R.Anderson

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Crise do capitalismo e as inflexões nas políticas sociais

Fernanda Gomes Mattos (fernandagmattos@gmail.com)
Juliana Nunes Pereira

O presente artigo objetiva apontar algumas tendências das políticas sociais no contexto de crise do capitalismo contemporâneo. Para tanto, será utilizada a metodologia de revisão de literatura, a partir de autores que discutem as configurações da crise do capital, assim como as inflexões desta nas políticas sociais sob uma abordagem marxista. O conceito de políticas sociais apreendido neste trabalho é definido a partir de uma perspectiva contraditória, pois, ao passo que estas representam o reconhecimento dos interesses da classe trabalhadora, concomitantemente respondem de forma imediata às necessidades de acumulação do capital, bem como à legitimação do Estado. Neste sentido, as contradições nas quais a política social está inserida são expostas. Respondendo a lógicas e interesses diversos, nelas se encontram os germes tanto para controle do trabalho, quanto para processos emancipatórios. Alguns quesitos pertinentes da crise do capital, a exemplo das suas causas e respostas burguesas são quesitos que precisam ser mencionados antes de discutir as tendências das políticas sociais no contexto do capitalismo contemporâneo. Os movimentos para extração de trabalho excedente impõem contradições inerentes a dinâmica capitalista, que desembocam em crises no seu ciclo de produção e valorização. As características deste modo de organização da produção são inconsistentes e contraditórias, sendo que as manifestações de crise nos anos 30 e nos anos 70 do século XX devem ser consideradas típicas do fenômeno de superacumulação. A suscetibilidade do sistema à crises e mediante sua incapacidade de valorizar-se e expandir-se só, envolve as relações sociais em sua totalidade, implicando em alterações nas estruturas sociais. Sob o amparo do Estado, o qual é resultado e, também, sujeito destas ações de saídas da crise, transformações sociais são engendradas no sentido de retomada do lucro para o constante movimento de expansão do capital. Podemos mencionar as transformações pela qual passou o Estado quando das respostas à crise dos anos 30, transmutando-se no Estado de Bem-Estar social, mas ao mesmo tempo sendo sujeito ativo nas relações com o trabalho e no controle deste. É sob estas considerações que remetemos às estratégias burguesas de saídas nos períodos de crise, as quais seriam impossíveis de serem realizadas sem a intervenção direta estatal. Expansão ou retração das políticas sociais, ampliação ou restrição de direitos sociais, concessões ao trabalho ou legitimação das condições de exploração de trabalho excedente, regulação ou liberação econômica, para citar alguns, são processos simultâneos e contraditórios recorrentes enquanto estratégias para sobrevida do capital impensáveis sem a atuação corretiva do Estado burguês. As políticas sociais, sob o prisma neoliberal, são indicadas as tendências que são submetidas, dentre elas, focalização e privatização. A importância em discutir esta temática está em evitar a ilusão de que a resposta para a pobreza se encontra em um determinado tipo de Estado ou de política social, bem como compreender suas respectivas funções, uma vez a geração de males sociais ser inerente à reprodução do modo de produção vigente, sendo impossível ao Estado ou às políticas sociais responder à eliminação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Crise, Estado, Políticas Sociais.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

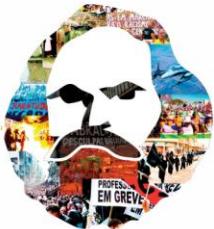
A validade científica do método crítico-dialético no contexto da reificação do efêmero

Fernanda Gomes Mattos (fernandagmattos@gmail.com)
Juliana Nunes Pereira

A partir da década de 1970, com o esgotamento do modelo taylorista/fordista, o capitalismo implementou o processo de reestruturação, havendo em sua base o aprofundamento do trabalho precário, interferindo no modo de vida da classe-que-vive-do-trabalho, onde as formas de reprodução social passam a refletir uma dinâmica diferenciada no conjunto das relações sociais, compreendidas a partir de então como efêmeras e instáveis. A apreensão fragmentada da realidade e a percepção de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade e desregulamentação das relações de trabalho. A reificação que invade todas as esferas da vida social favorece essa apreensão, pois contribui para ocultar a essência desses processos que aparecem, em sua aparência reificada, como se fossem fenômenos naturais e absolutos (NETTO, 1981, Apud BARROCO, 2011, p. 206). No âmago do capitalismo contemporâneo, o pós-modernismo exerce a função social de justificação das transformações ocorridas na vida social, onde predomínio do pensamento pós-moderno tem consequências, visto que segundo Harvey (2005) já não se poderia conceber o indivíduo alienado no sentido marxista clássico, pois

Se, como insistia Marx, o indivíduo alienado é necessário para se buscar o projeto iluminista com uma tenacidade e coerência suficientes para nos trazer algum futuro melhor, a perda do sujeito alienado pareceria impedir a construção consciente de futuros sociais alternativos (Harvey, 2005, p. 57). Segundo Barroco (2011), a perspectiva ideológica pós-moderna vislumbra uma apreensão fragmentada do real, valorizando a instabilidade e dispersão, alicerçada na compreensão de fracasso dos projetos emancipatórios, pautados em valores universais, no progresso histórico e na totalidade, havendo uma evidente predileção pelo presente e pela radicalização do individualismo. Neste contexto, se evidencia a reprodução de um discurso contra o marxismo, na tentativa de hegemonizar a compreensão de crise do marxismo e do método crítico-dialético. Corroborando com este intento, em 2014, uma polêmica envolvendo um parecer técnico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no que se refere ao método marxista crítico dialético, teve por embasamento de decisão denegatória a justificativa de que o método proposto para a pesquisa em questão não teria validade científica ou mesmo unanimidade. No contexto mais recente os movimentos neoconservadores, espraiados pelo Brasil, apresentaram entre as suas bandeiras reivindicatórias a defesa da intervenção militar, o pedido de impeachment da atual presidente e, nestes ínterim, reproduziu-se o discurso contra a “doutrinação marxista”. Com a pretensão de adensar o debate a respeito do método científico, o presente artigo objetiva discutir elementos do método crítico-dialético que ratifiquem sua viabilidade científica por possibilitar desvelamento do real em sua processualidade histórica e contraditória, através de uma revisão de literatura.

Palavras-chave: Método crítico-dialético, Teoria Marxiana, Pós-modernidade.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

A categoria da historicidade no onto-método marxiano

Raquel Pereira de Moraes (rpmeef@yahoo.com.br)

Valdemarin Coelho Gomes

Ana Joza de Lima

Stephanie Barros Araújo

Erika Silva Rocha

Talita Leandro Sobrinho

O estudo aqui proposto é parte das pesquisas realizadas na linha Marxismo, educação e luta de classes, do Programa de pós-graduação em educação, da Universidade Federal do Ceará. Apontamos como objeto a categoria da historicidade dentro do onto-método marxiano. Objetivamos expor, mesmo que em traços amplos, a centralidade que tal categoria ocupa no que diz respeito à compreensão sobre o real e as possibilidades de transformá-lo. Repousa neste elemento a importância de nosso estudo, em especial na quadra histórica contemporânea, na qual se assentam distintas propostas investigativas subjetivistas que impedem não só o desvelamento radical deste real, mas também engessam sua concreta ruptura. A base para este estudo, de caráter teórico bibliográfico, são as obras de LUKÁCS (2010); NETTO (2011); e MARX e ENGELS (2007). Lukács (2010), na esteira de Marx, entende que a apreensão da forma e conteúdo do ser pressupõe um estudo de sua historicidade, buscando sua gênese, desenvolvimento e função social (idem), o que expõe as determinações de sua existência relacionadas à totalidade e à contradição, elementos constitutivos do materialismo histórico e dialético. Advoga o autor (idem), que o processo histórico não é teleológico, mas causal, já que a consciência não determina a realidade no seu devir, pois, por mais que haja pores teleológicos na realidade, esta se torna independente da consciência e passa a se constituir por seu auto movimento, em interação com outros complexos. Em termos metodológicos, a historicidade revela a relação fenômeno-essência, e tem a ver com o caminho investigativo realizado pelo sujeito que ao se confrontar com o concreto pensado, busca superar as formas superficiais do seu entendimento. As categorias que são as determinações da existência, encontradas após o caminho de ida da pesquisa, ou seja, depois das primeiras abstrações sobre o ser, agora desdobrado em conceitos, também possuem historicidade, o que implica dizer que não são eternas, imutáveis, ao contrário, pulsam em constante mudança. Netto (2011) afirma que as categorias, tanto no plano do real quanto no da teoria são históricas e transitórias. Portanto, estas não podem ser perenizadas, postas como absolutas para se entender o ser, pois este se transmuta na relação entre sua particularidade e a totalidade na qual está imerso. O autor (idem) ainda afirma que, para Marx, o processo de investigação parte do ser e a este retorna, de forma qualitativamente distinta. Desta feita, no onto-método marxiano, o caminho de ida perpassa as representações plenas, as primeiras concepções que os sujeitos formulam do contato com o real, muitas vezes advindas do senso comum, das experiências cotidianas. Desta representação plena inicia-se o processo de abstração. Nos Prolegômenos, Lukács (2010) identifica que Marx, ao estudar a sociedade burguesa apresenta uma forma de fazer ciência social que parte da base material da existência e não de conceitos previamente estabelecidos. O diferencial deste onto-método está na consideração da realidade como totalidade histórica, permeada de contradições dinâmicas. Nestes termos, revoga a ciência meramente contemplativa. Concluímos, assim, que a categoria da historicidade apresenta aspectos para além do entendimento gnosiológico sobre o ser; este agora só



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

pode ser tomado na sua dimensão real e ontológica. Resulta, também, que a categoria da historicidade guarda em si a potência da transformação das condições de existência.

Palavras-chave: Historicidade, Totalidade, Onto-método



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Trabalho e educação: um estudo categorial fundado na ontologia do ser social

Raquel Pereira de Moraes (rpmeff@yahoo.com.br)
Valdemarin Coelho Gomes

O texto traz como objeto a categoria do trabalho e sua relação com a educação, exposta por Lukács em *Para uma ontologia do ser social* (2013), fundamentado em Marx. Por certo, na *Ontologia* Lukács não trata especificamente do complexo da educação, mas se permite aproximar desta temática, mesmo que a ela não tenha dedicado suas forças tanto quanto o fez sobre o complexo do trabalho. O estudo que realizamos apresenta-se como teórico-bibliográfico, privilegiando a citada obra de Lukács; e *O Capital: crítica da economia política* – Livro 1, volume 1, de Marx (2002). Objetivamos compreender a interação entre trabalho e educação no que se refere à reprodução social, pressupondo que exista entre eles uma dependência ontológica e uma autonomia relativa. Afirmamos, baseados em Lukács (2013), a exigência de se apreender a vida social a partir de sua essência ontológica, o trabalho. Para Marx (2002), o trabalho é o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, processo no qual o homem modifica de maneira consciente as formas naturais para atender à sua necessidade existencial. Na medida em que transforma a natureza, o próprio homem se transforma. O trabalho torna-se, assim, o fundamento do salto que desprende o homem da reprodução meramente biológica, inaugurando um conjunto de complexos que qualificam uma nova entificação: o ser social. Lukács (2013) defende que esta esfera (social) se distingue da esfera natural (inorgânica e orgânica), em especial, pela relação entre teleologia e causalidade, ou seja, parte-se agora da atividade consciente (teleologia) à natureza (esta movida por processos causais), buscando fazê-la atender àquilo que previamente foi definido pelo ser que age sobre ela. Neste sentido, no qual passa a existir a reprodução social, comparece a exigência de se fazer com que o indivíduo interaja, de forma ativa, com seu gênero, apreendendo aquilo que é (foi) posto histórica e coletivamente, processo pelo qual aquele passa a se constituir como humano. Dito de outra forma, a relação entre indivíduo e gênero, passa a ser mediada pelo conjunto de complexos postos. Entre estes complexos, o que carrega a função social da mediação entre as esferas individual e genérica é a educação. Tomamos aqui a educação na sua dimensão *latu*. O fato da educação servir à reprodução de determinado modelo de organização da vida social implica, a nosso ver, da própria relação que esta organização estabelece com o complexo do trabalho. É importante, entretanto, pontuar que entre trabalho e educação (assim como entre o trabalho e outros complexos sociais), há uma autonomia relativa, isto é, a educação (e os outros complexos) assume uma dinâmica própria no desenvolver das relações que os homens travam entre si e com a natureza. Concluímos, assim, que a reprodução social se distingue da natural pelo fato do homem passar a dar respostas à sua existência específica: humana. Tornar-se humano significa se apropriar daquilo que é posto pelo gênero. Tal função compete, primariamente, à educação, daí a importância desta, assim como do trabalho, se desvincularem de modelos de sociedade que têm como prerrogativa a desumanização do próprio homem. Quanto mais a educação cumpre sua função social, maior a possibilidade do indivíduo conectar-se a seu gênero, humanizar-se. Os polos da individualidade e da genericidade, segundo Lukács (2013) compõem a esfera do ser social, ou seja, a esfera da reprodução cuja essência se encontra na história que os próprios homens constroem.

Palavras-chave: Trabalho, Educação, Reprodução Social, Ontologia



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Reflexões em torno do texto de Marx a respeito da Acumulação Primitiva

Adeilton Dias Alves (adeilton_dias@hotmail.com)
Suiane Alves Rosa

O texto A Assim Chamada Acumulação Primitiva que integra o livro I da obra O Capital: crítica da economia política (Marx, [1867] 2013), é essencial para a compreensão de como Marx concebia as condições históricas que deram origem ao capitalismo, ou seja, o modo como a sociedade feudal sofreu intensas transformações, dando lugar a uma sociedade de classes, caracterizada pelo capitalismo industrial moderno. No referido texto Marx desenvolve um itinerário textual que demonstra como se deu a violenta criação do proletariado inteiramente livre, como a disciplina e a legislação dita sanguinária transformou o proletariado em trabalhadores assalariados livres e dependentes; como a ação do Estado, por meios policiais, e mesmo político-econômicos, elevou o grau de exploração do trabalho e com ele, a acumulação do capital. A discussão deste texto de Marx é fundamental na formação dos cientistas sociais. Neste texto estamos propondo uma aproximação ao pensamento de Marx, especificamente em relação às suas explicações sobre como a acumulação primitiva delineou a transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Considerando os limites e objetivos deste texto, tal aproximação tem caráter introdutório, funcionando mais como uma organização de reflexões, do que como uma síntese do pensamento do autor. Além de textos do próprio Marx, foram utilizados autores como Sell (2013), Montaño e Duriguetto (2011), Paulo Netto (2011) e Fernandes (2012). A organização destas reflexões ajuda no sentido de possibilitar a discussão de algumas das principais reflexões de Marx sobre a constituição do capitalismo moderno e também pode funcionar como uma motivação para um maior aprofundamento no estudo tanto da obra deste autor, quanto de seus principais comentadores. Na primeira parte do texto apresentamos algumas considerações e informações sobre as correntes teóricas com as quais Marx dialogou, e que ajudam a compreender os fundamentos de seu pensamento, sendo elas: o pensamento socialista francês, a filosofia alemã e a economia política inglesa. A segunda parte discute em linhas gerais algumas questões referentes à gênese do capitalismo, presentes no texto A Acumulação Primitiva (Marx, 2013). Nas considerações finais argumentamos que, apesar das controvérsias e refutações ao pensamento de Marx, e também de alguns equívocos na interpretação que fazem de sua obra, seu conteúdo continua atual e mantém viva a capacidade de potencializar o pensamento sociológico e a ação política, capazes de atuar na realidade e assim influenciar no curso da história. Os escritos de Marx em certo sentido também se caracterizam como uma denúncia do conjunto de atrocidades levadas a cabo na passagem do sistema feudal até o estabelecimento das bases de suporte para o capitalismo industrial; E mesmo apesar das controvérsias e algumas refutações ao seu pensamento, e também de alguns equívocos na interpretação que fazem de sua obra, seu conteúdo continua atual e mantém viva a capacidade de potencializar o pensamento sociológico e a ação política, capazes de atuar na realidade e assim influenciar no curso da história.

Palavras-chave: Marx, Acumulação Primitiva, Capitalismo



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Stálin contra a burocracia: novas leituras sobre a experiência soviética

Leon Karlos Ferreira Nunes (leonknunes@yahoo.com.br)

O papel de Josef Stálin na União Soviética é quase sempre apresentado sob uma perspectiva única: a de um líder forte que, amparado por um regime totalitário que lhe conferia plenos poderes, impôs um processo de industrialização e de coletivização da agricultura em larga escala, resolvendo com violência todos os conflitos sociais decorrentes desse modelo de desenvolvimento, além de eliminar fisicamente todos os que tentaram impôr limites a seu projeto, dentro do qual os interesses pessoais e políticos eram frequentemente confundidos. Entendendo que grande parte dessa leitura foi estereotipada durante anos pelo Ocidente capitalista e, mesmo a esquerda, na sua interminável autocritica (especialmente após os anos 1960), se negou a reconhecer as contribuições advindas do socialismo real, nosso propósito é aproveitar um momento de rediscussão de velhos temas da tradição marxista para melhor pensarmos a relação entre Stálin e o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Partimos da premissa de que a história até aqui contada ainda não foi encerrada, de modo que nos interessa manter essa discussão em evidência para compreendermos os limites que o socialismo soviético encontrou para se afirmar. Pretendemos, desse modo, iniciar nossa análise a partir da seguinte questão: estaria o PCUS a serviço dos interesses pessoais/políticos de Josef Stálin? Nossa hipótese é a de que a relação de Stálin com a burocracia do PCUS não somente não era harmoniosa, como esta parcela conseguiu, ainda nos anos 1930, se desprender da influência do líder do partido e assumiu autonomia em relação a suas propostas. Assim, nosso objetivo consiste em compreender a relação entre Stálin e a burocracia dirigente do PCUS. Para tanto, elencamos alguns objetivos específicos, como esclarecer o que entendemos por burocracia, aproveitando escritos de Lênin (1961) e Trotski (2012) sobre o assunto, e identificar os momentos em que os interesses de Stálin se confrontaram com os da burocracia soviética, desde os discursos feitos por esse líder já a partir dos anos 1920 até as consequências dessa relação tensa após a sua morte, referindo-nos especificamente a luta pelo poder no Partido nos anos 1950. Sustentamos nossa abordagem a partir de análises recentes elaboradas por estudiosos como o americano Grover Furr (2005; 2011), que examinou diversos documentos soviéticos, como atas e resoluções do PCUS da época de Stálin, e o italiano Domenico Losurdo (2011), que empreendeu um estudo histórico de bastante densidade acerca do legado do líder soviético, bem como escritos e discursos do próprio Stálin (1990), entre outros. Considerando que já nos aproximamos da terceira década após o fim da União Soviética e que a experiência construída nesse país ainda é tratada como um tabu na tradição marxista, pensamos que nosso estudo, que se encontra em andamento, oferece importantes contribuições para entendermos aquele turbulento período da História soviética e geral da primeira metade até meados do Século XX, fugindo das leituras apressadas e frequentemente amparadas em preconceitos, tanto advindas da direita como da esquerda. A figura de Josef Stálin, em que pese todos os equívocos que lhe caibam e que não nos interessa relativizar, precisa ser compreendida dentro de seu contexto histórico e político, condição necessária para que não continuemos a tratar a própria história do marxismo, já bastante golpeada por incompreensões diversas, de forma pobre e maniqueísta.

Palavras-chave: Stálin, Burocracia, Partido Comunista da União Soviética.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Aproximações ao método dialético em Marx

Adeilton Dias Alves (adeilton_dias@hotmail.com)
Suiane Alves Rosa

Em ciência, não há método neutro ou inocente. Todo método contém em si mesmo – e a um só tempo esconde e revela - uma teoria do conhecimento, uma visão filosófica de mundo, uma maneira de perceber a sociedade, sempre com alguma consequência ou implicação política. Em Marx, o método de investigação da realidade, também contribui para pensar as possibilidades de transformação da mesma, tal como suas grandes tendências históricas. Há comentadores que postulam que Marx não se dedicou à produção ou sistematização de seu método de observação e estudo da realidade. Já outros, como Paulo Netto (2011), demonstram que Marx não somente trabalhava segundo um método bastante sofisticado, mas também que este foi fruto de uma longa elaboração teórica que envolveu mais de uma década e meia de estudos, indo assumir seus contornos mais delineados no início do livro Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 2008). Neste estudo estamos propondo uma aproximação ao método de Marx, a partir de duas linhas de raciocínio: 1) proporcionar uma compreensão introdutória sobre a trajetória da composição do método de Marx, e; 2) discutir alguns aspectos que o caracterizam. Para tanto, foi necessário mobilizar autores como José Paulo Netto (2011), Florestan Fernandes (2012), Ivan Domingues (2004), entre outros, além dos próprios textos de Marx: Contribuição à Crítica da Economia Política (2008); A Ideologia Alemã (2007) e A Mercadoria (IN: O Capital, 2013). Apesar de haver muitas controvérsias a respeito da obra de Marx, é possível perceber que há consensos mais ou menos gerais a respeito de três grandes influências que contribuíram para a construção de sua extensa obra, tal como para desenvolver seu método: a filosofia alemã, com a influência de Hegel e Feuerbach; o socialismo francês, a partir do contato com intelectuais franceses e de estudos sobre as lutas operárias na França, e; a economia política, com destaque para a compreensão do trabalho como sendo uma categoria chave para o entendimento da esfera econômica. Marx estudou em profundidade especialmente os autores Adam Smith e David Ricardo, a quem também fez críticas. O método em Marx não é uma elaboração teórica estanque, aleijada da realidade, como se fosse uma construção mental próxima a um delírio ou mesmo um devaneio filosófico. Trata-se de um método que é resultado de longa elaboração teórica, num longo processo de estudo e observação da realidade, considerando suas dimensões concretas simples, a partir das quais se pode deparar-se com o concreto abstrato, analisando as diferentes formas de desenvolvimento do fenômeno em estudo, indo em seguida para a descrição do movimento real do fenômeno, naquilo que Marx chamava de concreto pensado, não somente por espelhar no plano ideal a realidade pesquisada, mas também por se tratar de uma síntese mais rica, uma totalidade rica em múltiplas determinações e interconexões. Neste sentido, é possível avançar do conhecimento da aparência dos fenômenos, ao conhecimento de sua essência. Mais do que apenas a importância de entender o que significa tese, antítese e síntese, o estudo do método em Marx guarda ainda grande relevância não somente nos meios acadêmicos, mas nos diversos campos da atividade política, como, por exemplo, nos movimentos sociais. Sua pertinência extrapola o âmbito acadêmico, constituindo-se numa possibilidade concreta de empreender esforços de compreender a sociedade, em todas as suas contradições, antagonismos e até mesmo injustiças.

Palavras-chave: Método, Dialética, Marx.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Arte, cultura e lazer

Entre letras e cores: um estudo sobre saraus periféricos à luz da Psicologia Sócio-Histórica

Tatiana Minchoni (minchoni.tatiana@gmail.com)
Katia Maheirie

Este trabalho se refere a uma pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do doutorado, a qual se propõe investigar saraus periféricos, movimento artístico das periferias que surgem nos anos 2000, na cidade de São Paulo, em que a poesia ocupa lugar central, mas congrega outras expressões artísticas como dança, teatro, música. A pesquisa objetiva compreender o que a arte produz em contexto comunitário de pobreza, a partir da investigação do saraus periférico, com ênfase na perspectiva de sujeitos da/na comunidade. Mais especificamente, a pesquisa compreende o mapeamento e a caracterização dos saraus periféricos existentes em São Paulo; a investigação das motivações e finalidades dos artistas para a produção do saraus periférico; e a identificação dos efeitos e as produções oriundas da relação da comunidade com o saraus periférico. Como procedimentos, nos inspiramos na etnografia como estratégia metodológica, com participação extensiva no campo, conhecendo o universo de sujeitos com quem são construídas as informações, visando a compreensão do contexto histórico-cultural de produção das mesmas. Ainda como procedimentos, destacamos a observação participante, produção de diários de campo, realização de entrevistas e produção de fotografias pelos participantes dos saraus para discussão coletiva posterior. A análise do corpus da pesquisa será a análise dialógica com base nas ideias do Círculo de Bakhtin, com o intuito de analisar as vozes sociais e a dinâmica que se estabelece entre elas na composição dos discursos de participantes da pesquisa e das pesquisadoras, por compreendermos que os discursos são contextuais e responsivos. É característico dos saraus periféricos os artistas serem da periferia e, em suas performances, abordam temáticas oriundas desta realidade, que se travestem na linguagem, nas práticas, nos valores, nos problemas vivenciados. Pensando a temática a partir da Psicologia Sócio-Histórica, entendemos que os sujeitos, inspirando-se e recolhendo da vida os elementos para a criação, produzem diferentes obras, o que é evidenciado nas produções artísticas encontradas nos saraus periféricos, as quais trazem elementos da vida cotidiana desses sujeitos e comunidades, indicando a organicidade da produção com a periferia. Os saraus periféricos funcionam como uma denúncia da realidade marcada pelas mazelas da “Questão Social”, vivenciada por milhares de sujeitos. Mais ainda, reafirmam a riqueza cultural existente nestes contextos, subvertendo a concepção de periferia como espaço de carência, afirmindo a identidade com a periferia como uma qualidade, cujas obras abrem possibilidades para mobilização social e política das comunidades, em busca de um projeto de transformação social. Sendo a Psicologia Sócio-Histórica o principal apporte teórico-metodológico deste trabalho, compreendemos que a relação que será estabelecida com as diferentes manifestações artísticas em saraus periféricos são inúmeras, pois a arte ganha vida no momento em que é “finalizada” por seu criador, mantendo-se aberta em uma multiplicidade de possíveis interpretações e de recriações por parte dos espectadores. Assim, a arte organiza para o futuro, possibilitando múltiplas transformações e abrindo potências na vivência da arte e, nos saraus periféricos, há essa insistência na potência da periferia, produzindo resistência por meio de formas criativas de se expressar e reivindicar sendo, portanto, um espaço privilegiado para compreensão da arte em contexto de pobreza.

Palavras-chave: Arte, Periferia, Poesia, Sarau periférico

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Arte, cultura e lazer

A cultura como campo de disputa: análise das ações de produtores culturais serratalhadenses

José Ferreira Júnior (ferreirajunior.jose@yahoo.com.br)
Janaina Freire dos Santos

Os dias contemporâneos apresentam o campo cultural como espaço de disputa. Percebe-se a existência de tensões envolvendo produtores culturais que, em nome da defesa da “preservação” da cultura local, protagonizam discursos, cuja tônica principal é a preocupação com a continuidade, em um determinado espaço, de expressões culturais. Objetiva-se problematizar o uso da cultura na contemporaneidade, enquanto elemento possibilitador de “melhoria” sociopolítica e econômica. Pondera-se sobre o esvaziamento humano da cultura, bem como a sua apropriação pelo Estado brasileiro, apartir do início da década de 1970, enquanto estratégia inviabilizadora da insatisfação das massas, no referente às ações da classe dirigente. Também se promove discussão sobre a recorrência de ação da Indústria Cultural nas pessoas dos chamados produtores culturais. Usa-se a teoria marxista, mais especificamente a crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt, nos discursos de Max Horkheim e Theodor Adorno, referente à massificação do consumo, por eles definido como cultura de massas, para demonstrar a atualidade dos referenciais marxistas, no que se refere à problematização do uso contemporâneo da cultura. Busca-se desvelar a essência das ações, tanto do Estado brasileiro quanto dos produtores culturais, no que tange à apropriação do campo cultural. O espaço considerado para análise é o da cidade pernambucana de Serra Talhada, localizado na microrregião do Pajeú, componente da Macroregião do Sertão de Pernambuco. O objeto de investigação é a ação dos produtores culturais locais, no referente ao uso e apropriação da memória lampiônica, para fins comerciais. Utiliza-se, enquanto método de abordagem, o materialismo histórico dialético. Enquanto método de procedimento, o uso da entrevista semi-estruturada.

Palavras-chave: Indústria Cultural, Produtores Culturais, Disputa, Memória, Serra Talhada.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social

Um estudo sobre o processo de assistencialização da seguridade social brasileira

Jetson Lourenço Lopes da Silva (jetsonlopes@gmail.com)
João Luiz Pereira

Temos como perspectiva nesse trabalho, tratar sobre o processo de proeminência que tomou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Brasil, no transcorrer dos últimos 12 anos; isso em paralelo ao movimento de expropriação de direitos sociais estabelecidos pelo guarda-chuva da seguridade social. Expropriação que se materializa por meio da mercantilização de serviços públicos estabelecidos como dever do Estado. Dessa forma, entendemos esse processo como um movimento de assistencialização da seguridade social brasileira. Observamos que esse movimento está atrelado a atual dinâmica de acumulação capitalista, que ora imprime fortes determinações sobre as políticas de satisfação das demandas postas pelo mundo do trabalho ao Estado capitalista. Dinâmica em que a onda longa da crise de acumulação, vivenciada atualmente pela sociedade capitalista, tem determinado uma reestruturação do padrão de produção e uma flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas. É, portanto, no bojo dessa dinâmica cujos direitos estão sendo expropriados e tornados em mercadorias, que a Política de Saúde e da Previdência esboçados pela seguridade social brasileira como dever do Estado, de valores de uso aos trabalhadores, assumem a forma de valores de troca, pois seu acesso cada vez mais é mediado pelo mercado. Em contrapartida, àqueles que não podem financeiramente arcar com os custos desses serviços, a assistência social torna-se a principal (ou quase a única) porta de entrada e acesso ao reconhecimento de direitos. Esse movimento marca a assistencialização da seguridade social, levado a efeito pela reestruturação do capital. Assim, os serviços públicos de efetivação dos direitos sociais expressos pela seguridade se assistencializam vide processos de seletividade, focalização e pontualidade dos “serviços públicos coletivos”, com vista ao alcance da equidade social. Sobretudo, porque a principal ferramenta para realização dessa equidade tornou-se a PNAS. Essa política assumiu, no decorrer desse século XXI, o patamar de carro-chefe na “luta focada” contra a pobreza, principalmente por meio de programas de transferência de renda. A transferência monetária viabilizada através desses programas parece indicar que a efetivação da cidadania tem que se realizar atrelada ao consumo, pois o principal efeito da transferência de renda da PNAS é tornar os segmentos mais pauperizados da população em também cidadãos consumidores ou viabilizar o acesso a direitos através de políticas sociais (da seguridade) precarizadas, dado a mercantilização dos serviços que prestam. Destarte, justifica a necessidade de problematização das questões aqui apontadas a compreensão adequada desse processo para aclarar o fetiche que se coloca contemporaneamente sobre a principal política social de “combate” à pobreza. As problematizações esboçadas buscam articular a particularidade brasileira com o movimento de transformações societárias mais gerais, no desenvolver da assistencialização das políticas da seguridade social brasileira. Para pensar a crise contemporânea de acumulação capitalista nos valemos da obra “A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista” de Ernest Mandel, de igual modo as problematizações acerca da assistencialização da seguridade social e outras questões a ela tangentes nos referenciamos nas obras “O mito Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade” organizada por Ana Elizabeth Mota.

Palavras-chave: Assistencialização, Políticas Sociais, Seguridade Social.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social

TEC RUA: articulando tecnologia, política e população em situação de rua

André Feliphe Jales Coutinho (andrefeliphepsi@gmail.com)

Anna Carolina Vidal Matos

Lis Paiva de Medeiros

Nicole Silva Moreno

Emanuelly Cristina de Souza

Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira

O projeto de extensão, em parceria com o IFRN, “O encontro entre os espaços das ruas com os espaços virtuais: o que pode essa conexão?” (TEC RUA, PROEX-UFRN), foi reconfigurado posteriormente no interior de um projeto maior chamado “Descartáveis urbanos ou cidadãos de direitos? Uma aposta na população em situação de rua da grande Natal” (PROEX-UFRN). Este projeto já foi concluído, totalizando 14 meses, com realização semanal e com duração de três horas por encontro, entre o final de 2014 até o final de 2015, e se originou com o objetivo de instrumentalização, pela inclusão digital, de integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR/núcleo Natal-RN), facilitando a emergência de novas lideranças. Porém, o escopo desse objetivo se ampliou, logo em seu início, pensando o espaço do laboratório de informática (com 21 computadores e um datashow) como mediador de diálogos - com os extensionistas, os integrantes do MNPR e outras pessoas em situação de rua - para se pensar a si mesmo, os outros e o mundo. Dessa forma, abordar o contexto de um laboratório de informática pelo viés da educação popular com pessoas em situação de rua é uma articulação que atualiza essa perspectiva teórica com novos meios possíveis de uma educação crítica e libertadora. Essa discussão foi organizada por meio dos materiais registrados no decorrer da experiência: diários de campo; planejamentos; materiais, virtuais ou não, produzidos pelos participantes na extensão; assim como reuniões de avaliação, planejamento e supervisões semanais. Como um dos resultados mais proeminentes pode-se destacar um papel, em conjunto com outras atividades organizadas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da UFRN, de fortalecimento do MNPR (Natal), isso sendo possível pelo reconhecimento do grupo como pessoas “em situação” de rua – para além de identidades moralistas, individualistas e culpabilizantes da condição de opressão que vivenciam, por exemplo: vagabundos, mendigos e pedintes. Além de ter contribuído para o acesso tecnológico por meio de computadores em determinado período, também possibilitou os ensinos e aprendizagens de manuseio desses, em diferentes graduações, com aproximadamente setenta participantes no decorrer do projeto. Por ser um espaço aberto, havia dinamicidade intensa na participação em cada encontro. Isso foi um desafio constante nos planejamentos. Ademais, a aprendizagem com a tecnologia não era um fim em si mesmo, mas um mediador para se pensar questões históricas, sociais, culturais e políticas, desde a exclusão digital até a realidade de quem se encontra na rua por causa de outras facetas de opressão – as quais são manifestações da questão social. Certamente o acesso à tecnologia permanece excludente para esses participantes. Ao mesmo tempo, observa-se que foi um elemento catalisador no processo de organização política do MNPR (Natal), seja pela visibilidade desse movimento alcançada no decorrer desses 14 meses para quem se encontra em situação de rua, seja pelo surgimento de novos atores significativos nessa luta. Inclusive, aos que possuíam (em) outros projetos de vida, que não envolviam (em) organização política, constata-se que os espaços de diálogo contribuíram para alguns níveis de conscientização da realidade (para além da inclusão digital abordada isoladamente), assim



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

como contribuiu de modo impactante na formação dos extensionistas de psicologia, ciências sociais, história, pedagogia, direito e gestão de políticas públicas.

Palavras-chave: População em situação de rua, Tecnologia, Extensão Universitária, Educação Popular, MNPR

Financiamento/Apoio: Pró-reitoria de Extensão/Universidade Federal do Rio Grande do Norte



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social

Oligarquias e assistência social em pequenos municípios do sertão da Paraíba

Gabriela Nogueira Eduardo (gabrielanogueira02@hotmail.com)

Este texto, parte fundamentalmente da dissertação de mestrado defendida em 2015 no Programa de Pós-graduação em Serviço social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nosso trabalho analisou a tradição de oligarquias que monopolizam o poder nas prefeituras dos pequenos municípios que compõem o Sertão da Paraíba e o desenvolvimento da assistência social nesse espaço. Tivemos como hipótese de trabalho que a pobreza e a política de Assistência Social como medida de combate àquela ao serem articulados fortalecem o poder das oligarquias nos pequenos municípios do Sertão da Paraíba. Capital e Estado engendram essa trama na qual as oligarquias se reproduzem e fomentam indefinidamente a dependência dos trabalhadores, sobretudo os mais pobres. Nosso principal objetivo se refere a analisar em que medida a política de Assistência Social colabora para a reprodução do poder das oligarquias em municípios localizados no Sertão da Paraíba. Os objetivos específicos são conhecer as determinações políticas e econômicas sobre a vida da população pobre no Sertão da Paraíba, destacando o contexto regional e o nacional. Conhecer os fundamentos, a legislação e a implementação da Política de Assistência Social na Paraíba; E, identificar em que medida a política de Assistência Social reitera as relações de poder no Sertão da Paraíba. A metodologia utilizada seguiu a orientação do método crítico-dialético. O primeiro procedimento foi à leitura e fichamento sobre os aspectos políticos, culturais e sociais do Sertão da Paraíba. O segundo foi à realização de uma pesquisa documental sobre os planos, programas e projetos implementados no âmbito da assistência social. O terceiro foi à aplicação de um questionário com as usuárias dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nos municípios de Paulista, Monte Horebe, Marizópolis e Cachoeira dos Índios. Utilizamos, para isso, autores Siqueira (2013), Singer (2009), Sitcovsky (2010), Almeida e Lopez (2014) e Borba (2005). Os resultados da pesquisa apontaram que a assistência social contribui para a reprodução do poder das oligarquias, mediante o uso da gratidão dos beneficiários, que são influenciados na escolha dos políticos, por ocasião das eleições. O problema demonstra ser relevante para o Serviço Social e para todos que trabalham com a política de assistência social, na medida em que a assistência tem a função social de reduzir a desigualdade. Contudo, se por um lado, necessidades imediatas são marginalmente atendidas, por outro, o uso da mesma política contribui para que as oligarquias sejam perpetuadas, pelo que se comprova a impossibilidade de eliminar a questão social, enquanto perdurar o capitalismo.

Palavras-chave: Oligarquias, Assistência Social, Sertão da Paraíba

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Assistência Social

O pensamento neoliberal na Reforma do Estado Brasileiro: desconstrução da Seguridade Social

Janine Maria Araújo de Oliveira (janine.araujo.ufpb@gmail.com)

Fabiola Pereira Batista

Flora Regina da Rocha Silva

O presente trabalho aborda um estudo teórico desenvolvido sobre a incidência do modelo econômico neoliberal e seu consequente rebatimento nas políticas sociais brasileiras, pontuando, a título de especificação, o desmonte da Seguridade Social, na atualidade, por meio dos desdobramentos da política de contrarreforma de 1990. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, delineada através de revisão literária, sob a luz da tradição marxista. O processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 foi fruto de intensa organização política da classe trabalhadora e representava um significativo avanço democrático, principalmente no campo dos direitos sociais, visto que os anos anteriores à sua construção foram marcados por um período de regime ditatorial, que intensificou a regressão sobre as discussões políticas do país. Desse modo, a proteção social pós 1988 passou a ser responsabilidade do Estado, sendo definido um sistema social formado pelas políticas de Previdência, Saúde e Assistência Social, estabelecendo então, um novo modelo de proteção social de acesso universal e de equidade e uniformidade dos serviços e benefícios prestados. Entretanto, este processo esbarra com as premissas neoliberais em 1990 e na ofensiva burguesa de desmonte da Seguridade Social, na qual restringe o acesso da população a esta política, inviabilizando os direitos de grande parcela da população (Mota, 2006; 2010; Behring, 2008; Boschetti, 2009). Não é mais interessante que o Estado seja o prestador majoritário dos serviços sócio assistenciais, mas que este estimule e recorra a iniciativa privada, se configurando como uma estratégia do capital, a fim de elevar seus lucros em detrimento dos gastos com políticas sociais, instaurando a chamada Reforma Estatal. A política (contra) reformista do Estado é iniciada então iniciada, materializando-se no plano econômico Brasil Novo (Plano Collor), no discurso de redefinição do papel do Estado e investidura num capitalismo moderno, alterando o Sistema de Seguridade, desmontando e imprimindo novas diretrizes às políticas sociais, orientadas por organismos financeiros a serem focalizadas e compensatórias. Mediante isto, a Seguridade Social passa a ter caráter híbrido com uma lógica entre seguro e assistência, limitando o seu acesso, contrariando a proposta da universalidade, tornando-se, então, uma política de ação voltada para a população pobre e pauperizada. Por tais motivos apresentados que este fenômeno social é na verdade chamado de Contrarreforma. É sob a égide da política neoliberal que assistimos ao desmonte paulatino dos direitos garantidos constitucionalmente, sequenciada no governo Lula, este que dá seguimento à agenda de reformas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso. As tendências da política social firmadas no país na era Lula, amplia e define um novo desenho operativo para os programas de Assistência Social, donde as ações de combate à pobreza aparecerem como substitutivas do tratamento da questão social em termos distributivos. Essas conjunções moldam a Seguridade Social que temos hoje, apresentando as seguintes características: regressão das políticas redistributivas de natureza pública, em favor de políticas compensatórias de combate à pobreza, de caráter seletivo e temporário; privatização e mercantilização dos serviços sociais e aumento de programas sociais voltados para o cidadão-miserável, com renda abaixo da linha da pobreza.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Reforma Estatal, Políticas Sociais, Seguridade Social



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos

A dignidade para além das amarras do capital: uma análise das compreensões dos direitos humanos

Renato Hiroshi Xavier Nagahama (renato.hiroshi@live.com)

Logo após as grandes movimentações no cenário político internacional durante a segunda metade do século 20 e o desenvolvimento da ideologia neoliberal, os direitos humanos ganharam atenção por envolver grande parte das potências ocidentais. As diversas compreensões acerca do tema culminaram em teorias e práticas totalmente diversas que perpassam a academia, os negócios, o direito internacional e movimentos sociais. O grande debate entre o relativismo e o universalismo dividiram opiniões; enquanto este defende que todas as pessoas, pelo simples fato de terem nascido, são detentoras de um direito mínimo aplicável a toda e qualquer sociedade com o objetivo de conquistar a igualdade universal; aquele apresenta novas reflexões que compreendem os direitos humanos como processos que buscam promover a igualdade de acesso aos bens materiais e imateriais atentando-se aos diversos processos histórico-sociais pelos quais percorrem a humanidade ao passo que os afasta da ideia de um direito natural transcendente. Em maior ou menor grau, ambos os entendimentos se apoiam sobre sistemas normativos como a principal forma de assegurar os avanços legislativos e sociais conquistados pelos direitos humanos. Partindo do entendimento que o desenvolvimento de um sistema complexo de normas jurídicas com o intuito de regulamentar as relações sociais como vivenciamos hoje se deu a partir da crescente divisão do trabalho, da melhoria das comunicações e o desenvolvimento das trocas mercantis na sociedade burguesa (PACHUKANIS, 1988), o direito se encontra intrinsecamente ligado ao capital. Portanto, a emancipação humana, conceito bastante presente nas compreensões dos direitos humanos, não poderia ocorrer enquanto a sua reivindicação perpassar as relações jurídicas e estar situada dentro de um Estado burguês (MARX, 1865). Entendendo a fragilidade dos discursos normativos acerca dos direitos humanos, tanto em sua compreensão universalista quanto relativista, analisaremos as suas limitações no processo de emancipação humana através de uma visão marxista.

Palavras-chave: Direitos humanos, Marxismo, Movimentos sociais



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos

A dominação dos direitos humanos: uma análise dos limites do conteúdo jurídico a partir da aplicação

Demócrito de Oliveira Figueira (democrito.figueira@live.com)

O presente trabalho pretende analisar a dominação dos direitos humanos, partindo dos limites do seu conteúdo, criados a partir da aplicação jurídica. Reduzidos a mera questão de forma pelo poder dominante. Tal objetivo se expressa na pretensão de analisar as relações entre os limites impostos ao conteúdo jurídico e a dominação que os impõe. Para tanto, o exame partirá de algumas categorias estabelecidas por Marx, tendo como fim orientado o estabelecimento da superação dos limites impostos ao conteúdo jurídico, tal como o fim da própria dominação que os cria. Para o tratamento que almejamos prestar ao tema é conveniente, se não necessário, que a pesquisa seja articulada com as demais ciências sociais, de modo a compreender melhor o fenômeno da dominação dos direitos humanos no concernente aos limites da dominação. Nesse processo interdisciplinar que intentamos empreender destaca-se a importância da história das instituições jurídicas, mirando o sentido histórico da natureza prática do direito e de sua realização. As problematizações acerca da dominação tendem a ser concentradas em questões específicas: a interpretação, a resolução de antinomias, a racionalidade – ou não – das decisões judiciais, e assim sucessivamente. Seguiremos, em parte, os questionamentos tradicionais: a delimitação do conceito de dominação, neste projeto, ficará então restrita aos âmbitos dos direitos humanos e seu conteúdo jurídico. Trazer Marx é reafirmar que a mercadoria ainda é o elemento mais básico da relação social, tornando-se o meio para a exploração, e irradiando-se por todos os âmbitos da sociedade. Por isso, a pertinência filosófica de Marx. O pressuposto que nos baseamos é o ponto de partida comum ao positivismo e ao realismo, no qual a ciência deve ser dotada de um discurso externo e descriptivo, e não interno e prescritivo. Sendo o direito a regulamentação da vida na sociedade que extrai da realidade seu sentido, buscando em todos os sistemas de valores elementos para sua dominação. A propositura é de problematizar e atualizar as categorias desenvolvidas submetendo às leis do materialismo histórico-dialético. Nossa viés não é meramente economicista, mas trilhar os caminhos que desenvolveram a ideologia dominante, que faz o economicismo exercer no mundo moderno, principalmente no discurso jurídico, a tensão e limitação, logo, a dominação dos direitos humanos. Pelos textos de Marx, fundando-nos na análise dos elementos da economia política, cujo foco é o seu materialismo centrado na história e nos elementos das relações sociais, fixadas pelas forças reais das relações econômicas que definem o capitalismo, uma vez que as relações sociais dominantes estabelecem o discurso jurídico como repositório de valor, surge daí a inquietação da nossa pesquisa, buscamos por meio de um norte teórico, Marx no caso, uma possível resolução para o entrave gerado pela economia capitalista.

Palavras-chave: Direitos humanos, Dominação, Marxismo, Conteúdo jurídico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos

Limites e possibilidades dos direitos humanos frente à desigualdade socioeconômica do capitalismo

Byanca Mayra Figueiroa da Silva (byancafigueiroa@gmail.com)
Ana Caroline Neves Nascimento

O presente trabalho é fruto parcial de uma pesquisa realizada no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (DSS/UFPE) e tem por objetivo – à luz de autores da tradição marxista e de documentos históricos no âmbito dos direitos – historicizar os direitos humanos, a fim de identificar o papel que estes desempenham no encobrimento da reprodução das desigualdades próprias do modo de produção capitalista e as possibilidades que representam enquanto expressão das lutas da classe trabalhadora. Para tanto, partimos das Revoluções Industrial e Francesa do século XVIII, focando nas suas principais consequências socioeconômicas: a primeira possibilitou a mecanização das produções rural e industrial, assim como o processo de urbanização. A segunda, de caráter sociopolítico, determinou a ascensão da burguesia enquanto classe dominante e culminou, em 1789, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, através da qual é garantida a igualdade formal dos cidadãos. Karl Marx, em 1844, analisava tais reconhecimentos legais como meros mecanismos de legitimação da sociedade capitalista. Para o autor, o direito dominante seria correspondente à classe economicamente dominante. Deste modo, não considerava os direitos humanos e, com ele, a igualdade jurídico-formal como conquistas históricas da luta de classes. Tal lacuna em seu pensamento possui raízes históricas, já que o autor não viveu o avanço geracional dos direitos, alcançado por meio da luta contra, principalmente, os defensores do ideário liberal ortodoxo, que passaram a se opor à extensão dos direitos humanos. Como expressão desse avanço encontra-se o surgimento dos direitos sociais e econômicos, contrapostos à defesa da liberdade negativa dos liberais, pois surgem do reconhecimento de que é necessária a intervenção reguladora do Estado sobre o mercado para dirigir as relações sociais e de produção. Não obstante o reconhecimento de que ambos são conquistas sociais, é pertinente o debate, do qual o filósofo e historiador Noberto Bobbio é exemplar, sobre quão possível é conciliar dois tipos de direito que possuem concepções opostas sobre o papel do Estado e a liberdade dos cidadãos. O historiador britânico Edward Thompson (1997) chegou a uma conclusão diferente daquelas defendidas pelos liberais e marxistas-leninistas: a de que o direito é um campo de conflito. Nesse sentido, considerava-o dialeticamente como um mecanismo da classe dominante e, também, um dos âmbitos da luta de classes. Diante do exposto, inferimos que a igualdade jurídica camufla as desigualdades sociais fazendo com que estas sejam vistas como resultado de méritos individuais, quando na verdade são resultado da contradição inerente ao modo de produção capitalista. Desta forma, o reconhecimento formal da igualdade serve, de fato, para a manutenção da sociabilidade capitalista. Contudo, concordamos com Thompson, quando afirma que é preciso identificar o avanço histórico alcançado por estes direitos, já que segundo o ex-diretor da New Left Review, seria impossível garantir a legitimidade de uma determinada sociedade cujos mecanismos legais fossem explicitamente injustos. Podemos utilizar alguns conceitos de Antonio Gramsci (ainda que este reconhecesse o direito como um mecanismo estatal puramente coercitivo) para dizer: o direito é um dos campos da luta por hegemonia através da qual a classe trabalhadora pode tornar-se classe dirigente e, por meio disso, conquistar o poder governamental.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Capitalismo, Desigualdade Socioeconômica.

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos

A contribuição do pensamento marxista na afirmação histórica dos direitos humanos

Iany Elizabeth da Costa (ianyelizabeth@hotmail.com)
Lucas Lopes Oliveria

Esta comunicação tem como objetivo de realizar uma reflexão sobre a contribuição do socialismo para a afirmação histórica dos Direitos Humanos, dando ênfase ao pensamento marxista e a articulação dos movimentos sociais por igualdade e direitos. Assim, refletimos sobre a trajetória dos movimentos sociais a partir da dialética marxista como pressuposto para a afirmação histórica dos Direitos Humanos, levando em consideração o processo histórico de revoluções políticas que modificaram a estrutura social na Europa na segunda metade do século XVIII, motivada pela tensão social entre a classe hegemônica e a burguesia. As revoluções políticas modificaram a estrutura social de forma a por como classe hegemônica a burguesia. Os ideais de revolução francesa restaram frustrados com a nova realidade que se seguia. O pensamento de Marx foi um dos mais influentes para a política principalmente durante o século XX. Tendo se dividido em duas correntes os socialistas reformistas e os socialistas revolucionários, cada um destes grupos interpretando o pensamento de Marx de uma determinada forma. A influência que o pensamento de Marx, bem como dos movimentos socialistas tiveram para a afirmação dos direitos humanos é de fundamental importância. A conquista dos direitos humanos sociais foi algo bem mais perceptível ao longo do século XX. A gradual incorporação dos direitos trabalhistas, previdenciários, do direito à saúde, à educação à moradia e etc. reflete a influência de tais correntes de pensamento na conquista histórica dos direitos humanos. O certo é que tais direitos ao longo de todo o século XX tiveram grande destaque sendo incorporados pelas constituições das mais diversas nações, tendo como pioneiras as constituições de Weimar e do México. Para a sua execução desta pesquisa realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico quantitativo que nos permitisse dialogar com o conceito de socialismo em Marx e os Direitos Humanos, utilizando da Filosofia para fundamentar esse debate, numa perspectiva interdisciplinar para elucidar a problemática apresentada. Sendo assim, analisamos a problemática de Marx sobre a ótica da luta de classes, para compreender como esta fundamenta a perspectiva da efetivação dos Direitos Humanos como direitos sociais, legitimando assim, as ações efetivas que os movimentos sociais empreenderam em busca de Direitos igualitários e Justiça social. Também utilizamos a análise qualitativa da produção de Marx sobre a perspectiva da universalização dos Direitos Humanos, embora sabemos que seus escritos não são voltados diretamente para a temática, mas sua concepção epistemológica abre espaço para esse recorte, porque discute a afirmação dos direitos das classes operárias e critica o modo excluente do capitalismo, com isso, objetivamos perceber o diálogo existente entre o pensamento marxista e os Direitos Humanos como prerrogativas para a construção de uma sociedade igualitária e fraterna. Finalmente cabe-nos destacar o pensamento marxista contribui de forma positiva na afirmação dos Direitos Humanos, porque, fortaleceu os debates dos movimentos socialistas pela efetivação dos direitos sociais, neste sentido, o século XIX foi muito emblemático na construção dos Direitos Humanos. Com isso a lógica do pensamento marxista dialoga nesse processo de revolução social enaltecido no decorrer do século XX, acompanhando as pautas por Justiça Social e fortalecendo a luta por igualdade de direitos.

Palavras-chave: Marxismo, Direitos Humanos, Movimentos Socialistas.

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



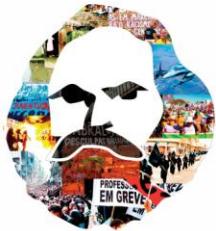
TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos

Sobre a questão judaica, emancipação humana e a luta por direitos

Raquel de Brito Sousa (britoquel@hotmail.com)
Jaldes Reis de Meneses
Leonardo Moreira dos Santos

A obra Sobre a questão judaica (Marx, 2010) parte de uma questão política objetiva do seu período (1844): a luta do povo judeu para que o Estado alemão, oficialmente cristão, reconheça seus direitos. Marx aponta a necessidade de remover esse debate do âmbito da teologia e levá-lo para a política. Sua argumentação explorará a diferença crucial entre emancipação política (conquista da revolução burguesa) e emancipação humana. Para Marx (2010, p.41) “a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui”, desenvolvendo seu argumento, bastante original à época, demonstra o abismo entre o homme, inserido na sociedade burguesa, e o citoyen, que é este homem frente ao Estado, como cidadão de direitos. Nossa autor utiliza-se da Declaração dos Direitos do homem e do cidadão, de 1791, para comprovar que consignas como liberdade, igualdade e segurança, na prática, tornam-se o direito à propriedade privada dentro da sociedade burguesa. Quando o Estado declara todos os citoyen iguais perante a lei, na verdade legítima e fortalece as diferenças sociais existentes no interior da sociedade burguesa. Marx começa nesse momento a superar a crítica filosófica à religião dos seus compatriotas em um prisma democrata radial em trânsito para uma perspectiva revolucionária (NETTO, 2009). É necessário destacar que no período da redação desse artigo, Marx ainda não desenvolveu suas análises sobre os demais instrumentos teóricos que possibilitarão a compreensão da raiz dessa questão - falamos sobretudo da Crítica a Economia Política e da perspectiva da revolução socialista. Contudo, entendemos que nessa obra são desenvolvidos passos importantes na compreensão das potencialidades e dos limites dos direitos conquistados na revolução burguesa. Assim, sua temática de fundo continua extremamente atual, sendo sua leitura de grande auxílio para a compreensão das possibilidades e limites da conquista de direitos na sociedade capitalista. Pois, o tempo nos mostra que o Estado próprio da revolução burguesa não é uma conquista intocável. Temos visto ao longo do desenvolvimento e das mutações do capitalismo vários dos direitos oriundos do ideário iluminista sendo distorcidos, negados e retirados de acordo com os interesses da burguesia na sua busca incessante por valorização ampliada. Como por exemplo, a implantação de Ditaduras, rompendo com o Estado democrático de direito quando necessário ao capital. Dessa forma, a história tem confirmado a afirmação marxiana sobre a impossibilidade de conciliação entre capital e trabalho, na atualidade estamos acompanhando os países - que em determinado período histórico conquistaram um Estado de Bem-Estar social - agora cada vez mais aderindo à orientações de retirada de direitos sociais e austeridade fiscal (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Aqueles que lutam pela emancipação humana não podem ficar presos à luta por emancipação política, pois não se tratam de sinônimos, como Marx elucidou, e a última não leva necessariamente à primeira, a história nos mostra a falha das propostas reformistas (LESSA, 2008). A burguesia, sujeito histórico que conquistou a emancipação política, é quem agora ameaça essa emancipação cotidianamente (IASI, 2013). A luta pela emancipação humana e o debate sobre o papel da disputa por direitos nesse processo é, portanto, não só atual, como urgente. Palavras-chave: Karl Marx, Emancipação Política, Emancipação Humana, Direitos Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Direitos Humanos

Movimentos Sociais e Consciência de Classe na contemporaneidade: um debate necessário

Jéfitha Kaliny dos Santos Silva (jeh_fitha@hotmail.com)

Angely Dias da Cunha

Com a entrada dos anos de 1990 e dos anos 2000, algumas particularidades são colocadas para mundo do trabalho, pois nesse momento instaura-se uma conjuntura de crise estrutural no Brasil. Essa conjuntura de crise do capital ocasionou o aprofundamento dos agravos sociais, políticos, ideológicos e culturais existentes no país, rebatendo diretamente na consciência de classe dos trabalhadores à medida que o capital intensifica sua extração de mais-valia, através da maximização da precarização do trabalho. Com as novas particularidades geradas pelas novas formas de exploração do trabalho, observa-se uma perda da consciência de classe de alguns trabalhadores e consequentemente de alguns movimentos sociais, uma vez que os Movimentos Sociais têm desenvolvido suas ações, na cena contemporânea, pelo caminho da defensiva e não da ofensiva. Diante disso, este artigo, que resulta de uma pesquisa bibliográfica com os principais autores referente a essa temática, tais como: Iasi, Harvey, Motaño, Duruguet e Miricato, propõe-se a discutir sobre a perda de consciência de classe dos Movimentos Sociais na cena contemporânea, a partir do materialismo histórico dialético, através das categorias da historicidade e totalidade. Nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964 a sociedade brasileira foi marcada por uma grande mobilização dos movimentos sociais que lutavam por reformas de bases, pois temia-se uma crise estrutural e consequentemente o aguçamento de suas divergências políticas com os interesses imperialistas. Como forma de conter a ameaça da crise e o espraiamento dos movimentos sociais, a burguesia militar brasileira instaurou no país em 1964 o Golpe Militar, mas esse regime foi contido pelo próprio capital mediante a intensificação da onda longa recessiva do mesmo. Nesse momento histórico, os movimentos sociais passam a ter mais abertura para dialogar com sujeitos políticos e cidadãos sobre suas ideias e levantarem suas bandeiras de luta. Na década de 1980 os Movimentos Sociais vão ganhando força e espraiando-se na sociedade brasileira, ocorrendo nesse marco histórico um mix entre o reconhecimento dos Movimentos Sociais por parte do Estado e o fortalecimento do potencial reivindicativo e revolucionário dos trabalhadores em suas ações individuais e coletivas. Em outros termos, podemos pontuar que à medida que o Estado passa a reconhecer os Movimentos Sociais como interlocutores coletivos e os sujeitos coletivos envolvidos nos Movimentos Sociais passam a pressionar o aparelho estatal, requisitando dele a incorporação de suas demandas no texto Constitucional de 1988, há um grande desenvolvimento da consciência de classe dentro da classe trabalhadora. Nos anos de 1990 e 2000, através do agravamento da crise estrutural do capital, iniciada na década de 1970, o capital busca conter sua crise através do redimensionamento do mundo do trabalho, tendo com uma sua principal ferramenta de trabalho, junto aos seus radicais e profundos ajustes fiscais, a difusão ideológica do individualismo, da competitividade e da meritocracia. Desenvolvendo, assim, uma crise pseudo-política na classe trabalhadora, que de tanto expropriada, muitas vezes, não reconhece-se enquanto classe trabalhadora, mas como trabalhador individual e autônomo. Diante disso, comprehende-se que o debate sobre a consciência de classe na cena contemporânea tem se colocado como uma exigência atual para toda sociedade, e principalmente para os Movimentos Sociais.

Palavras-chave: Crise do capital, Movimentos Sociais, Consciência de Classe.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

Projeto Educativo do MST: elementos políticos (contra) hegemônicos na proposta educativo-formativa?

Jetson Lourenço Lopes da Silva (jetsonlopes@gmail.com)

No presente trabalho de pesquisa apresentamos, a partir de bases teóricas e metodológicas do campo da tradição do Materialismo Histórico Dialético, a relação existente entre o projeto político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seu projeto educativo e elementos nele presentes que possivelmente possam ensejar uma concepção contra-hegemônica. A hegemonia como prática conforma um posicionamento e um comportamento político, que ora se fazem eivados de concepções, valores e ideologias. Portanto, sedimenta o terreno para costura de consenso e adesão a projetos societários. Assim sendo, este estudo está circunscrito a órbita própria da Sociologia Política, por isso ganha importância porque a questão da educação, da (contra-)hegemonia e dos sujeitos coletivos são objetos de preocupação às Ciências Sociais; ainda mais quando a questão tangente à reconstrução da hegemonia ganha monta no espaço acadêmico. Então aqui se deslindou a proposta educativa do MST, com base em seus princípios educativos, com finalidade de compreender a existência (ou não) de uma concepção contra-hegemônica, que colaborativamente aflui à base militante. Por conseguinte, o alcance das respostas às questões levantadas se valeu de maneira fundamental de categorias teóricas desenvolvidas por Antonio Gramsci, sobretudo, das categorias hegemonia, contra-hegemonia e Estado Ampliado. A Pesquisa empreendida delimitou como campo de investigação, a organização do MST no Estado de Pernambuco, além de adotar como procedimento empírico-metodológico – subsidiário -, a análise dos Cadernos de Formação Política e dos Cadernos de Princípios Educativos, ora produzidos pelo próprio movimento, bem como análises de entrevistas realizadas com militantes do MST. Nesse estudo a educação ganha significativo relevo, no entanto, não como ação educativa formal de ensinar sistematicamente como fazer algo, ou compartilhar conhecimento, mas sim como instrumento de formação e difusão de uma determinada cultura e ethos político. Numa breve reflexão referente à questão, primeiro é salientado o processo de constituição histórica do MST, considerando os condicionantes que se associaram e contribuíram para a formação do movimento. Também é aqui apresentado como pano de fundo, a conjuntura histórica contemporânea, ao passo que se buscou colocá-la em paralelo com os processos políticos em voga, cujos sujeitos coletivos estão inseridos, no intento de compreender como o MST se apresenta neste cenário e principalmente como referencia seu projeto educativo inserido nesse processo. Destarte, o resultado da pesquisa expõe o alcance de resultados em que indica a presença na proposta educativa do MST, de referenciais direcionados a uma formação com elementos políticos que, a despeito de apresentar limites e fragilidades teórico-conceituais, em certa medida, apresenta potenciais de tensionamento ao campo da hegemonia pertinente a sociedade capitalista.

Palavras-chave: Contra-hegemonia, Hegemonia, Luta de classes, MST, Projeto educativo
Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

Movimentos Sociais do Campo e a luta pela educação: a experiência da turma de Serviço Social “da Terra” na UECE

Naianna Silva Duarte Cavalcante (naianaduarte@gmail.com)
Liana Brito de Castro Araújo

Seguindo os princípios marxistas, sabe-se que luta de classes se dá a partir do antagonismo entre duas classes principais: trabalhadora e burguesa. Por defenderem projetos societários distintos, desencadeiam-se conflitos. O campo, enquanto um meio intenso de embates políticos, ideológicos e disputa de poderes, é exemplo concreto da luta de classes. Esse espaço, historicamente, é visto como local de produção de capital, uma vez que faz parte da lógica de reprodução social. No entanto, a reprodução campesina, considerada em suas múltiplas dimensões, contempla muito mais que o fator econômico, tem-se clareza da dimensão social, política, cultural e educacional como elementos da sociabilidade do campo. O desenvolvimento capitalista, se objetiva numa lógica desigual, contraditória, incontrolável e destrutiva (MÉSZÁROS, 2002), assim sendo, as relações no campo também estão inseridas nesta dinâmica. Nesse contexto, foi se dando o aprendizado da luta dos movimentos sociais do campo. Observamos então a ampliação da luta pela terra, via reforma agrária, que não limita a conquista da terra tão somente, mas ao direito a moradia, saneamento, trabalho, saúde e educação; como direitos primordiais ao ser humano. Entendo a importância da educação e Frente a ausência de políticas públicas de educação, específicas para o campesinato, os movimentos sociais do campo travam uma luta constante em defesa de uma educação do campo como política pública nacional. Consiste na: “busca da garantia de direitos afirmados juridicamente, mas negados concretamente nas relações do modo de produção capitalista” (VERDERIO, p.2, 2010). É nesse cenário que, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária é criado, como uma política pública do governo federal, trazendo como proposta primordial: assegurar o direito a educação para o campesinato em todos os níveis e modalidades, possibilitando também novas formas de consumação dos processos educacionais, considerando as particularidades dos sujeitos envolvidos (PRONERA, 2012). A UECE em parceria com o PRONERA, cria a turma de Serviço Social “da terra”. Esta turma tem o objetivo de formar 60 assistentes sociais e é composta por alunos provenientes das áreas de reforma agrária. A dinâmica da turma é composta por dois períodos: tempo escola e tempo comunidade. Juntos, os dois tempos educativos se complementam e possibilitam a construção de uma turma baseada nos princípios da educação do campo. As aulas pertencentes ocorrem de forma intensiva no turno da manhã e da tarde. Após o período do Tempo Escola, os alunos retornam para seus assentamentos, dando início ao Tempo Comunidade. Este consiste na continuação do processo formativo dos educandos, porém, não mais no espaço da universidade, mas, na sua realidade concreta: professores e monitores vão até os assentamentos, desenvolver atividades a fim de adentrar na realidade dos sujeitos, vivenciar o espaço e auxiliar nos trabalhos. Diante do exposto, tem-se como justificativa da proposta referida que a reforma agrária é uma política pública que não se resume ao acesso à terra e às políticas agrícola e agrária. A reforma agrária é uma política pública cuja base fundamental é a garantia da permanência do homem e da mulher no campo (PRONERA, 2011). Logo, a formação em Serviço Social possibilitará que permaneçam no campo e, concomitantemente, exerçam sua profissão, garantindo seu direito de permanência no campo e de acesso à educação e ao ensino superior.



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

Palavras-chave: Movimentos Sociais do Campo, Educação, Serviço Social da terra.

Financiamento/Apoio: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

O fetiche da educação como superadora das desigualdades

Daniel Alvares Rodrigues (danielrodrigues7@yahoo.com.br)
Jadilson Miguel da Silva

Nossa proposta é um pequeno recorte, uma contribuição crítica ao fetiche da educação como solução para todos os males das desigualdades sociais. No caso, vamos fazer uma observação sobre o Relatório Jacques Delors, em torno do tema educação. Numa primeira parte, levantaremos como se apresenta o fetiche na formação humana com base na ideia desenvolvida por Marx na mercadoria. Essa crítica visa, assim, suscitar elementos críticos à lógica capitalista. Portanto, longe e contrário de ser uma receita, o texto se propõe a fazer da crítica um instrumento de caminhada na contramão da formação hegemônica. Constata-se que a elevação da educação, enquanto salvação de um estado de desigualdades sociais, só pode ser feita de modo limitada, parcial, fundada numa verdade aparente que não corresponde à realidade de fato. É a partir da instituição do fetiche no processo de formação das pessoas que o capital alcança amplamente as condições políticas e pedagógicas necessárias para garantir o seu processo de acumulação. No caso, a própria educação torna-se um fetiche, na medida em que ela reproduz e torna-se um fundamental instrumento no processo de internalização dos valores conciliatórios do inconciliável, e mais do que isso, esconde as diferenças existentes, transforma polos, classes antagônicas em uma só classe, em um só objetivo sem efetivamente superar as condições objetivas dessa diferença atroz. Subjuga o ser humano enquanto escravo de sua própria produção, através da transfiguração do mundo humano em um mundo de relações coisificadas. Na educação, foi através da construção ideológica hegemônica que esta pode ser ventilada como vetor de inserção para um mundo mais justo e pacífico. Entretanto, esse movimento é levado a cabo através do encobrimento das verdadeiras bases materiais sobre as quais repousam as raízes que expressam as determinações mais elementares dessa sociedade injusta na qual vivemos. Assim, a formação humana coisificada joga contrário à sua própria existência, nega a própria humanização dos seres humanos, contraditoriamente em nome da humanização. Buscamos, assim, neste trabalho, explicitar o modo como o Relatório Jacques Delors, em consonância com os interesses capitalistas, está posto a serviço da conformação de um modus operandi que ora é requisitado pelo capitalismo em sua face mais moderna. O apelo à democracia, a convivência harmoniosa, a diversidade cultural acabam por desempenhar um papel conservador, impedindo as possibilidades de organização e enfrentamento a uma realidade injusta e coloca-se na dimensão de uma pseudo humanização. Dessa forma, menos do que gestar uma fórmula ou uma receita de proposição político-social específica, quisemos, através da crítica ao fetiche da educação, refletir sobre elementos importantes para se construir uma ação prática que, de fato, seja transformadora.

Palavras-chave: Fetiche, Educação, Relatório Jacques Delors



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

Diálogos entre Marx e Freire na perspectiva da educação popular na Comunidade Quilombola de Paratibe – João Pessoa/PB

Iany Elizabeth da Costa (ianyelizabeth@hotmail.com)

Esta comunicação tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a contribuição do pensamento Marxista e Freiriano na construção da Educação Popular na Comunidade Quilombola de Paratibe – João Pessoa/PB, analisando sua efetivação dentro da práxis educativa do Projeto Social Paratibe em Ação, que tem por finalidade fortalecer e resgatar a cultura negra a partir da prática da Capoeira de Angola, do Maculêlê e do Coco de Roda. Freire e Marx são sem dúvida grandes expoentes do pensamento social de classe, ambos em momentos tempos distintos lançaram olhares sobre o direito das classes subalternas, invisíveis socialmente. Nesse sentido, o que aproxima o pensamento social de Marx e a pedagogia para a liberdade de Freire gira em torno das seguintes categorias: Trabalho, Consciência, Linguagem, Cultura, Práxis, Lutas de Classe, Educação e Método, encontramos nestes autores pontes de reflexão distintas mais que se tornam possíveis para a construção de um pensamento social igualitário. No âmbito da Educação Marx visa que esta é fundamentada em três frentes: intelectual, corporal e tecnológica, funcionando como um sistema de produção simbólica, no qual o ser em sociedade é agente desse processo, Freire inicia um debate de desconstrução criticando a Educação bancária ou tradicional, que invisibiliza o sujeito social, para reivindicar em seu lugar uma Educação libertária que valoriza a vivência social do indivíduo independente da sua posição em sociedade. Ambos propõem nessa análise uma mudança de pensamento, uma modificação na forma de entender a questão social, não como um determinante do destino dos indivíduos, mas sim, como uma realidade que precisa ser mudada, através do despertar da consciência social das classes marginalizadas. Sendo assim, nos interessa nessa reflexão perceber como o debate epistemológico de Marx e Freire contribui na ressignificação da identidade quilombola na Comunidade Quilombola de Paratibe, João Pessoa – PB. Para isso, primeiro fizemos um levantamento bibliográfico sobre a produção em Marx e Freire que dialogue com a Educação Popular, depois, realizamos trabalho de campo e entrevistas na Comunidade Quilombola de Paratibe, junto ao projeto Social Paratibe em Ação, como uma excelente oportunidade para entender o quanto é significativo os avanços das sociais, principalmente, no âmbito educacional em uma comunidade quilombola que tem contribuído para o empoderamento das massas.

Palavras-chave: Marxismo, Freire, Educação Popular, Quilombola.

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

Pátria educadora e crise estrutural do capital: breves considerações

Stephanie Barros Araújo (barrosteh@gmail.com)

Erika Silva Rocha

Ana Joza de Lima

Talita Leandro Sobrinho

Maria Núbia de Araújo

Raquel Pereira

O presente estudo busca fazer uma análise do documento Brasil - Pátria Educadora, e o papel desempenhado por este perante a crise estrutural do capital. Apresentado no segundo governo da presidente Dilma Rousseff, Brasil - Pátria Educadora, aponta a educação como a prioridade das prioridades para o Estado brasileiro, firmando um falso compromisso com a formação da classe trabalhadora. O movimento afirma garantir a universalização ao acesso de um ensino pautado na qualidade em todos os níveis educacionais, da creche a pós-graduação. Garante-se ainda que a educação passará a receber maior financiamento devido aos recursos gerados pelos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Todavia, o maior e primeiro corte assim que a presidente assumiu o governo pela segunda vez, foi na pasta de orçamento do Ministério da Educação no ano de 2015. Discutir essa problemática se justifica face a promessas vazias feitas pela classe burguesa sob imagem do Estado. Franco Cambi aponta em sua obra, História da Pedagogia, que em uma sociedade socialmente tão golpeada por deformações na qual velho e novo, tradição e revolução convivem tão unidos, um papel essencial é conferido ao compromisso educativo: para as burguesias, trata-se de perpetuar o próprio domínio técnico e sociopolítico mediante a formação de figuras profissionais capazes e impregnadas de “espírito burguês”, de desejo de ordem e de espírito produtivo; para o povo, de operar uma emancipação das classes proletariadas mediante a difusão da educação, isto é, mediante a libertação da mente e da consciência para chegar à libertação política. Perante a decadência ideológica sofrida em meio as crises do capital, o objetivo de debater as propostas do governo para a classe trabalhadora se ancora na certeza de que dentro de uma sociedade capitalista, tais objetivos defendidos no documento, não seriam possíveis de serem concretizados, pois esse tipo de ensino irá contra o que é defendido pelo sistema. Uma formação realmente integral supõe a humanidade constituída sob a forma de uma autentica comunidade humana, e esta pressupõe, necessariamente, a supressão do capital. É uma falácia acreditarmos que a formação humana na sociedade capitalista é acessível a todos, por meio das instituições de ensino, e que a culpa pelo fracasso social está no próprio indivíduo. A qualidade do ensino dado ao filho do trabalhador e ao filho do burguês é completamente distinta, quando temos em mente que, não é interesse da classe dominante compartilhar do conhecimento. Quem tem conhecimento, tem poder, e o poder não é para todos nessa sociedade. A metodologia utilizada no trabalho partiu de uma pesquisa de cunho teórico/bibliográfica e documental. Partindo dessa premissa, tomaremos como base teórica, as categorias identificadas por Marx. Discorreremos acerca do complexo trabalho, desde a formação humana, implicando assim sua emancipação, e como este se manifesta dentro do sistema capitalista. Ademais, o que buscamos apresentar é que o cerne da questão não é uma formação ampla para que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades, tampouco o trabalho como atividade por meio da qual o homem produziu sua essência histórica. O que está posto nesse projeto do capital para a classe trabalhadora é a sua



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

formação mínima para que haja apenas o aprendizado para o trabalho, transformando o homem em mero objeto de produzir a riqueza privada.

Palavras-chave: Pátria educadora, Crise estrutural, Educação

Financiamento/Apoio: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e a problemática do ensino superior brasileiro

Thaíssa Louyse Bezerra da Câmara (thaissa_camara@yahoo.com.br)
Valdemarin Coelho Gomes

A educação tem se revelado componente basilar da eternização da sociedade de classes. Compreender adequadamente tal afirmação requer tomar o complexo educativo dentro da totalidade social, ligado ao complexo do trabalho, para depois identificar suas especificidades concretas. O texto aqui desenvolvido parte deste pressuposto para abordar como objeto o ensino superior brasileiro atrelado aos interesses do capital. Realizamos, para tanto, um estudo teórico-bibliográfico a partir da legislação nacional (Constituição Federal e LDB 9394/96 - seções que tratam dos objetivos do ensino superior) e da ontologia marxiano-lukasciana, para entender a relação trabalho e educação no processo de reprodução social, em primeiro plano, e reprodução do capital, em plano secundário. Buscamos analisar a questão proposta a partir de dois objetivos: a) compreender a relação entre trabalho e educação; b) entender como tal relação caracteriza o ensino superior contemporâneo no Brasil. Fundamentados na ontologia marxiano-lukacsiana, consideramos o trabalho o complexo primaz que inaugura uma forma de existência destacada das outras por guardar a potência da determinação consciente das condições de transformação da natureza para atender às necessidades humanas. Em outras palavras, Lukács aponta que o trabalho é o complexo fundante do mundo dos homens. Ele desloca esta forma de existência das barreiras naturais, gerando mediações cuja função é dar respostas adequadas à reprodução social. Esta dinâmica põe-se como um ad infinitum entre necessidades emergentes e a busca por satisfazê-las. Para Lukács, é o trabalho que realiza o salto ontológico entre as esferas da natureza (inorgânica e orgânica) e a esfera social, cujos polos se assentam na individualidade e na generidade. Tornar o indivíduo partícipe do seu gênero, em termos ontológicos, passa a ser a preocupação dos complexos sociais. Entretanto, esta função cabe, primariamente, ao complexo da educação. Esta, por sua vez, vê-se ligada às condições sob as quais os homens satisfazem suas necessidades. Implica dizer que a educação pode, assim, assumir distintas formas de atuação, estando estas definidas pela relação que os homens travam entre si e com a natureza em cada período histórico. Uma das formas de atuação educativa é a escolar. No Brasil, esta se divide em dois níveis: educação básica e ensino superior. Este segundo nível conserva, no plano legal, a pretensão de formar o padrão mais elevado do indivíduo. No plano real, o ensino superior vem se definindo como a etapa da formação mais qualificada da mão de obra requerida pela atual configuração do capital. O acirramento da concorrência, a globalização econômica e o desenvolvimento tecnológico passaram a exigir um tipo de trabalhador capaz de dar conta da produção voltada ao lucro e à acumulação do capital nos moldes vigentes. O crescimento deste nível de ensino na rede privada demonstra, claramente, os rumos que lhe são traçados. Na mesma medida, a rede pública tem promovido a criação de cursos e currículos que se vinculam, automaticamente, ao perfil mercadológico. Desta feita, o ensino superior, componente do complexo que deveria promover a humanização do indivíduo, passa a se constituir como contribuinte ao processo de desumanização (estranhamento indivíduo-gênero-natureza), assumindo como horizonte a reprodução da sociedade de classes. Tais aspectos aqui elencados são os resultados que apontamos em nossa pesquisa até o presente momento.

Palavras-chave: Trabalho, Educação, Capital, Ensino superior

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

Escolas ocupadas e luta anticapitalista

Carolina de Roig Catini (ccatini@unicamp.br)
Gustavo M. de C. Mello

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa sobre do movimento de ocupação das escolas públicas em São Paulo e Goiás entre final de 2015 e início de 2016, buscando interpretar seus significados sociais e políticos, tanto no que se refere à sua inserção nas lutas contemporâneas, quanto ao seu significado para a educação. A despeito de seu caráter multifacetado e fugaz, pretende-se refletir sobre os potenciais anticapitalistas postos pela maneira específica assumida pelo processo de organização estudantil, tanto pela forma quanto pelo conteúdo da luta, ao contrário de abordagens que agrilhoam esse processo ao campo reformista, seja por sua pauta de reivindicação, seja pelos limites inerentes a seu caráter eminentemente estudantil. A análise feita a partir de textos, imagens, letras de músicas, vídeos produzidos durante a ocupação das escolas, aborda as contradições do processo de luta apresentadas pelo referido movimento, com a intenção de compreender o sentido do processo de organização e o modo pelo qual uma educação política autônoma foi colocada em prática à revelia da educação formal, corroborando para uma possível renovação na formação política de um grupo que se associou coletivamente na autogestão da luta, e para que mesma adquira um caráter classista. A pesquisa tem como proposta ainda interpretar o sentido da ocupação enquanto resistência às políticas conservadoras em curso, que tem detonado processos de aprofundamento da articulação do setor público com a lógica mercantil e empresarial. Vale dizer que a articulação entre educação e mercadoria é tão velha quanto a escola de massas, assim como a lógica de gestão empresarial sempre foi o motor das mudanças no padrão de gestão dos serviços estatais, e esperamos deixar isso claro aqui. O que se modifica é a força com que, a cada momento da história, se apresenta a tendência sempre presente de privatização das relações sociais no capitalismo. Os dois eixos de análise têm como suporte uma leitura da teoria marxista e da crítica marxista do direito.

Palavras-chave: Ocupações de escola, Lutas sociais contemporâneas, Marxismo



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Educação

Os complexos da educação e da escola: uma análise onto-marxista

Cezar Amario Honorato de Souza (cezar.mat@hotmail.com)
Valdemarin Coelho Gomes

A educação tem sido objeto de ocupação de pesquisadores de diferentes áreas, desde a Sociologia, Filosofia, Economia, Artes etc. Compreender os fundamentos deste complexo e seu funcionamento específico mostra-se, entretanto, um desafio. É possível afirmar que, em sua grande maioria, as pesquisas tomam a educação a partir de sua base histórico-concreta, afirmando-a na sua forma escolar moderna e, com ênfase, no evolver desta a partir das determinações da expansão do capitalismo. O texto que aqui apresentamos tem como objeto a educação em sua dupla dimensionalidade: por um lado, enquanto complexo vinculado à reprodução social; e, por outro, como um aparelho sobre o qual recaem as determinações de um preciso modelo de sociedade, a saber: a sociedade de classes. Em termos de objetivo geral, buscamos analisar o papel da educação no processo de (des)humanização do indivíduo. Trata-se de um estudo teórico-bibliográfico perspectivado na ontologia marxiano-lukacsiana. Assumimos, enquanto percurso metodológico, o exame sobre textos e documentos, ficando este dividido em dois momentos: o primeiro, um discurso sobre o complexo do trabalho e sua conexão com a educação, tendo por base as obras de Marx (O Capital – Volume I) e Lukács (Prolegômenos para uma ontologia do ser social); o segundo, uma reflexão sobre os atuais direcionamentos apontados à escola no corrente processo de expansão do capital, servindo-nos, como apóteose, documentos do Banco Mundial (Educación primaria; Lo que el trabajo requiere de las escuelas; Prioridades y estrategias para la educación – estudo sectorial del Banco Mundial e a Declaração de Jontiem (1990). A partir de nosso referencial, entendemos trabalho como complexo fundante do mundo dos homens, inaugurando nesta forma de existência ímpar um conjunto de outros complexos que auxiliam na conexão indivíduo-gênero. Entendemos, entretanto, que, no referente à apropriação do indivíduo daquilo que historicamente é posto por seu gênero, a educação é portadora primária de tal função. Assim como o trabalho é elemento ineliminável na reprodução social, a educação é desta parte inseparável. Ao realizar sua função social a educação possibilita que o indivíduo se humanize, isto é, torna-o partícipe de seu gênero e, como já afirmara Lukács, indivíduo e gênero são polos componentes da esfera do ser social, que, na concepção do autor se distinguia da esfera natural (orgânica e inorgânica), entre outras coisas, pelo fato de se definir a partir da articulação entre teleologia e causalidade. Neste movimento, a produção e apropriação do novo é uma constante que não se esgota, exigindo, a cada momento histórico, novas formas para sua realização. Sendo a educação o complexo que tem por fim possibilitar a adequada transmissão/apropriação desta constante, ela pode assumir diferentes características, a exemplo do modelo escolar moderno com o qual a sociedade tenta responder, em parte, esta necessidade. A forma escolar de educação assume, desta feita, o caráter predominante da organização social, fazendo valer a dimensão histórico-concreta do campo educativo. Na sociedade de classes a escola tem se mostrado um instrumento de legitimação da contínua exploração e expropriação típicas do capitalismo. Entretanto, enquanto complexo social e, portanto, relação teleologia-causalidade, a educação escolar guarda a potência de produzir condições de ruptura com a determinação que sob ela pesa na atualidade. Na medida em que a escola oferece aos indivíduos o contato com objetivações postas histórica e socialmente, cria um conjunto de possibilidades para a humanização do indivíduo. O contrário, é oportuno afirmar, também pode ocorrer: se estas objetivações forem negadas ou sua transmissão/apropriação inadequadas, a relação



indivíduo-gênero, isto é, a humanização do indivíduo, fica comprometida. Compreender tais condições requer apreender a educação, como já afirmáramos, para além dos elementos histórico-concretos, buscando na totalidade social sua origem, desenvolvimento e função. Parte-se, daí, para uma análise mais consistente sobre a forma específica de educação: a escola. Nossa análise, neste caso, aponta que a escola vivencia um profundo processo de ajuste às necessidades expansionistas do capitalismo, definindo-se a educação escolar como um complexo submisso aos interesses do mercado. Os direcionamentos a este projeto são dados por diferentes organismos, sendo um dos mais representativos o Banco Mundial, que tem produzido estudos e propostas que abarcam o setor educacional e afirmam os procedimentos a serem adotados para adequar a ação educativa à formação de competências e habilidades para a produção e o consumo, motores do desenvolvimento econômico. Outra importante contribuição a tal empreendimento foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, da qual emergiu a Declaração de Jontiem, cujo cerne é a combinação entre educação escolar, combate à pobreza e acomodação ao incerto quadro de globalização que o mundo atravessa. As diretrizes desde então postas, mostram-se cada vez mais concretas no interior da escola, reduzindo-a a um mero instrumento auxiliar à reprodução do capital.

Palavras-chave: Ontologia marxiana-lukacsiana, Trabalho, Educação, Escola.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade

Crítica aos direitos humanos a partir da resistência das mulheres da Chapada do Apodi ao perímetro irrigado Santa Cruz

Tayse Ribeiro de Castro Palitot (taysepalitot@hotmail.com)
Camila Kayssa Targino Dutra
Maria do Socorro Diogenes Pinto

Problematizar os determinismos que a mulher, em especial a do campo, sofre enquanto construção mítica do sexo frágil, é o ponto de partida desse trabalho. Assim, nos deteremos a analisar o conflito socioambiental no qual estão envolvidas as trabalhadoras rurais do município de Apodi-RN, abordando os atos de resistência ao Estado e ao patriarcado protagonizados por elas. O debate entre universalismo e relativismo jurídico é enfrentado aqui, como forma de perceber dialeticamente em que lugar do mundo do direito se inserem essas trabalhadoras rurais na sua defesa por seus direitos humanos. Metodologicamente se adota o modelo de análise de conteúdo das entrevistas feitas aos sujeitos, a partir de uma perspectiva materialista histórico-dialética, não tendo como resultados dessa pesquisa um dado fixo, mas a construção de uma pluralidade de questionamentos sobre a realidade rural e da mulher no semiárido nordestino em especial da Chapada do Apodi. Destacamos que essas mulheres vivem em assentamento fruto da reforma agrária, bem como em comunidades provenientes do crédito fundiário, onde trabalham com agricultura de base agroecológica. Esses aspectos são fundamentais para a materialização da luta pela dignidade humana e desconstrução de opressões de gênero. O Governo Federal, com sua política de desenvolvimento para o nordeste, desapropriou 13.855 (treze mil, oitocentos e cinquenta e cinco) hectares de terras, para a implantação do perímetro irrigado Santa Cruz. Essa área servirá para a instalação de empresas de médio e grande porte do agronegócio e, consequentemente, retirará de suas comunidades, aproximadamente, 6.000 (seis mil) agricultoras/es, que, em sua maioria, desenvolvem um modelo de agricultura familiar e com um manejo ambiental integrado, sob a perspectiva agroecológica de uso do solo, águas e resíduos. Desarticulando, assim, uma cadeia produtiva construída há anos pelas comunidades rurais, e protagonizada pelas mulheres, que tomam a frente desse processo de produção alimentar, reprodução das vidas e das relações de trabalho domésticos e externos. O conflito socioambiental em Apodi se revela como a materialização de antagonismos, de um lado políticas públicas neoliberais sob o falso discurso de promoção de igualdade e direitos humanos, e do outro, comunidades tradicionais a mercê da exposição a ingerência estatal. Dessa maneira, a teoria dos direitos humanos, entendida com seu caráter jusnaturalista, é aqui pensada criticamente como forma de construir sua teoria a partir de seus sujeitos materiais, já que os direitos humanos se dicotomizam entre universais ou relativos, devem ser dotados de sentido material. Diante desse conflito que é mais o símbolo de duas perspectivas de desenvolvimento que não dialogam entre si, antes, se anulam, que as trabalhadoras e os trabalhadores se insurgiram e têm resistido não só a implantação do perímetro irrigado, mas também ao que ele representa no modelo de sociedade liberal. Nesse processo as mulheres da Chapada do Apodi se sobressaem, ocupam a frente do embate e se colocam contra esse “modelo de desenvolvimento” que vem destruir o modo de vida tradicional da região. São elas, na maioria das vezes, as idealizadoras dos atos públicos e ações de enfrentamento ao perímetro irrigado.

Palavras-chave: Direitos humanos, Trabalhadoras rurais, Chapada do Apodi



TRABALHOS APRESENTADOS

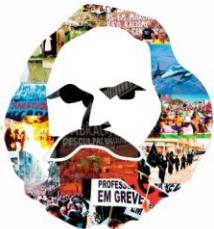
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade

Precarização do trabalho e gênero: um estudo com operárias da indústria têxtil

Roseli de Fátima Corteletti (roselicortel@yahoo.com.br)

O objetivo deste trabalho é contribuir com as discussões, do ponto de vista das teorias marxistas atuais, sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como sobre as desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho, pois acreditamos que se trata de uma problemática que necessita ser revisitada constantemente para que possamos compreender as novas dinâmicas sociais e analisar cientificamente os avanços e retrocessos da vida laboral das mulheres trabalhadoras. As mudanças das últimas décadas no mundo do trabalho aparecem acompanhadas das chamadas formas flexíveis de contrato de trabalho como terceirização, subcontratação, trabalho temporário e a domicílio, tendo em comum a marca do desemprego, da informalidade e da precarização das condições de trabalho. Neste cenário, as mulheres são as mais atingidas uma vez que vem assumindo cada vez mais responsabilidades, mas as desigualdades de gênero permanecem inalteradas e continuam em desvantagem no que diz respeito ao salário e também ao tipo de atividade de trabalho desempenhada, as quais exigem baixa qualificação profissional e o trabalho é rotineiro e repetitivo. Além disso, a mulher, por ser responsável pela realização de atividades de trabalho dentro e fora de casa, ou seja, no espaço produtivo e no reprodutivo, torna-se duas vezes explorada pelo capital. Segundo Nogueira (2006) a divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, pois se transforma e se reestrutura de acordo com a sociedade da qual faz parte em um determinado período. Assim, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade das mulheres, independentemente de elas terem ou não um emprego no mercado de trabalho (p. 27-28). A expansão do trabalho feminino nas últimas décadas pode ser explicada, segundo Antunes (2000), como parte do processo de emancipação parcial das trabalhadoras, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão sexual do trabalho (p.109). Por outro lado, pode também ser analisada como uma estratégia do próprio capital, pois, desde o início da revolução industrial e do desenvolvimento da maquinaria, o trabalho masculino já era substituído pelo feminino por este tratar-se, sobretudo, de um trabalho mais lucrativo para o capital. Desta forma, as mulheres continuam enfrentando muitos obstáculos sociais, políticos, culturais e econômicos, tanto no espaço produtivo do mercado de trabalho quanto no espaço reprodutivo da vida doméstica. Conferimos isso através das entrevistas realizadas com as mulheres operárias de uma fábrica cooperativa de produção têxtil da serra gaúcha, onde verificamos que a mulher, ao deixar o espaço doméstico para trabalhar fora de casa, alterou padrões da família tradicional de dedicação às tarefas de reprodução social, nas atividades domésticas e cuidados com os filhos, ou seja, ela conquistou novos espaços no mercado de trabalho, mas os papéis sociais de desigualdade de gênero se mantiveram.

Palavras-chave: Precarização do trabalho, Desigualdade de gênero, Flexibilização das relações de trabalho.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade

Serviço social e diversidade sexual e de gênero: reflexões e aproximações com o Levante Popular da Juventude

Janine Maria Araújo de Oliveira (janine.araujo.ufpb@gmail.com)
Jéssica Juliana Batista da Silva

Este trabalho trata-se de uma proposta investigativa de caráter de pesquisa e relato de experiência sobre Movimentos Sociais e Serviço Social e as bandeiras de luta do Movimento Levante Popular da Juventude (LPJ) e de como esse movimento lida com questões que se colocam na atualidade sobre gênero e diversidade sexual e consegue articulá-la com a luta geral dos trabalhadores em sua diversidade. Essa pesquisa, aliada a vivência no interior do movimento de uma das pesquisadoras, pretende, então, apresentar uma reflexão de como os movimentos da classe trabalhadora absorvem bandeiras políticos-culturais que emergiram no Maio Francês de 1968, influenciando sua atuação e como as lutas são inerentes as lutas dos movimentos que pautam uma nova ordem societária com o fim do Sistema Capitalista. Para o estudo, foi abordado um breve histórico de como surgiram os “Novos Movimentos Sociais” (NMS) no Brasil, suas bandeiras e por fim, abordaremos o LPJ e a relação com as pautas elencadas. Essa escolha se justifica por suas bandeiras de luta estarem pautadas na construção de uma nova sociedade, para isso, a linha política das ações e organização é o Projeto Popular para o Brasil e sua vinculação com reforma agrária, urbana, política, democratização da mídia, etc., articulada com o combate ao racismo, machismo, LGBTfobia etc., por entender que o combate a todas as opressões só será possível com o fim do capitalismo, sistema que a partir da contradição capital/trabalho agudiza as expressões e manifestações da “questão social”, que engloba a pobreza, desemprego, racismo, questões de gênero e diversidade sexual, dentre outras – nessa direção, apontaremos sua relação com o Serviço Social. O objetivo dessa pesquisa, portanto, é discutir como os NMS na contemporaneidade podem extrapolar o caráter pontual das suas bandeiras e associar-se a um projeto mais amplo de luta de classes. Para o estudo foram realizadas entrevistas com membros do LPJ e do Setor de Diversidade e de Gênero do movimento, ao qual abordamos histórico, bandeiras e a relação com a pauta LGBT; em seguida buscamos compreender como este incide na realidade, na luta de classes e de como o Serviço Social se aproxima dessas bandeiras e como essa discussão é travada em seu interior, visto que tratar-se de uma profissão articulada com os movimentos sociais e com o compromisso com a classe trabalhadora e o fim de todas as formas de opressão. As entrevistas nos ofereceram reflexões importantes acerca do que propomos nesse ensaio. O LPJ se constitui como um movimento de esquerda ligado a outros movimentos sociais que pautam bandeiras de luta ligadas a defesa dos interesses dos trabalhadores. Militantes do LPJ também estão ligados a profissão de Serviço Social, o que caracteriza a vinculação com este e a necessidade de extrapolar os muros acadêmicos. Segundo dados obtidos na entrevista esta se dá porque para além de se reconhecer e de se lutar em defesa da classe trabalhadora, temos que atentar quais as características dessa classe e problematizar suas especificidades, pois trata-se de um grupo heterogêneo com pautas que o horizonte é a superação das explorações provenientes da relação capital/trabalho, mas também com outras ligadas a eliminação das opressões, pois, essa classe trabalhadora tem cor, sexo, classe social, identidade e orientação sexual e esses determinantes naturais, sociais e culturais implicam na sua exploração/opressão.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Diversidade sexual e de gênero, Serviço social, Levante Popular da Juventude.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade

A participação da esquerda na luta pela aprovação de leis em defesa da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero

José Alann Rodrigues Fernandes (alannanel@gmail.com)

Pesquisa que analisa a participação das forças políticas de esquerda, na luta pela aprovação no legislativo federal, estadual e municipal de projetos em defesa da liberdade de orientação sexual, expressão e identidade de gênero; entende-se por forças de esquerda sujeitos políticos organizados em pequenos grupos, forums, setoriais partidários que tem na sua pauta a luta contra as opressões e sinaliza como horizonte a superação do modo de produção da sociabilidade vigente (SANTOS, 2008). Os dados da homofobia e transfobia no Brasil são alarmantes e a cada ano vêm se expressando um crescimento significativo de crimes de ódios praticados contra lésbicas, gays, travestis e transexuais (relatório anual do GGB). Concomitante a esses índices, ao longo dos últimos cinco anos cresceram as bancadas conservadoras nas casas legislativas, identifica-se essas bancadas por sujeitos comprometidos com pautas religiosas, militares e ruralistas, sendo um impedimento para as pautas que defendam a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. Nas últimas eleições que ocorreram em 2014 foi eleito o Congresso mais conservador da história do país desde a época da redemocratização (SAADER, 2016), interferindo diretamente nas pautas progressistas em defesa das minorias existentes no Congresso Nacional. No período estudado de 2013 a 2015 realizamos um ciclo de treinamento para a atividade de pesquisa com destaque para as indicações teórico-metodológicas necessárias para a iniciação científica e a inserção no Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN); estudos sobre a concepção de indivíduo em uma perspectiva de totalidade, Estado, trabalho e sua relação com a diversidade humana. Os resultados preliminares possibilitam afirmar que no âmbito do legislativo prevalece a ruptura com a laicidade do Estado e negação de direitos que tem impedido a aprovação de leis favoráveis ao reconhecimento da diversidade sexual. As forças de esquerda têm um papel decisivo na correlação de forças para pressionar o legislativo a aprovar leis que garantam a liberdade de orientação e expressão sexual e identidade de gênero; Com a efetivação desse plano de trabalho tem sido possível refletir criticamente sobre o papel frágil do legislativo e do Estado brasileiro no enfrentamento da violação dos direitos humanos e reprodução do preconceito e discriminação com a população LGBT que necessita imediatamente de leis específicas que garantam a segurança das suas vidas e acesso aos direitos básicos essenciais e de reconhecimento das suas identidades.

Palavras-chave: Forças de esquerda, Legislativo, Orientação sexual, Identidade de gênero.

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Gênero e sexualidade

Tendências do Controle Democrático da Política de Direitos da Cidadania LGBTT no Brasil

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza (kaicribe@gmail.com)

O trabalho presente faz parte do Projeto de Pesquisa “A condição contemporânea do Estado Social Brasileiro” do Grupo de Estudos em Seguridade Social e Trabalho (GESST), se dedicando a analisar o controle democrático das Políticas para a Política LGBTT através do Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT (CNCD). Os objetivos específicos foram: Qualificar os direitos previstos e assegurados pelo Governo federal para a população LGBTT; Identificar as ações implementadas para a população LGBTT e verificar sua prioridade no contexto das políticas sociais; Mapear a abrangência e metas das ações voltadas para a população LGBTT e cotejá-las com as demandas dos movimentos sociais que representam estes segmentos. A abordagem teórico-metodológica adotada foi a critico-dialética e as análises dos dados de caráter qualitativo, através de análise documental. As orientações teóricos – políticos para entender a relação entre Estado – Movimento LGBT – Conselhos Democrático, tiveram óticas pelas categorias de totalidade, contradição e mediação. Desse modo reconhecemos a ação de sujeitos coletivos nas lutas históricas pela conquista de direitos sociais; percebemos que ao utilizar essas categorias as entendendo dentro das relações sociais e não de forma estancada, possibilitou uma leitura dos determinantes sociais que giram em torno das pautas da sexualidade e das políticas sociais. José Paulo Netto em Introdução ao Estudo do Método de Marx nos dá subsídio para perceber a forma como o pensamento marxista foi estruturado e como as categorias acima supracitadas (e outras) possibilitam a percepção da sociedade capitalista e suas contradições. A investigação das características particulares das políticas voltadas para a população LGBT foi observada e analisadas no site da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, (SNDH/PR) no qual o CNCD/LGBT é vinculado. A análise abordará o Conselho a partir da sua criação em 2010 até 2014. As principais fontes de consulta foram às deliberações que regulamentam e normatizam as ações de materialização das políticas sociais e ações organizadas pelo Conselho. O CNCD/LGBT criado via Decreto nº 7388 de 09 de Dezembro de 2010 é composto por 30 Membros, sendo 15 da Sociedade Civil e outros 15 do Poder Público Federal. As deliberações analisadas apontam um cenário complexo na luta por direitos LGBTT, com pouca materialidade dos direitos, expondo à emergência de proteção social à população LGBTT, com o endurecimento e avanço do conservadorismo social. A Resolução Número Onze traz os parâmetros ideológicos e políticos dos termos “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil e a Resolução Número Doze estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas transexuais, nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização; sendo essas deliberações que se originaram do debate da cidadania LGBT via movimentos sociais. Através das leituras das resoluções perceber-se que dentro do campo das políticas que promovam cidadania LGBT a muito que se avançar em várias esferas políticas, sendo a pauta LGBT é histórica e campo de intervenções via políticas públicas; o CNCD/LGBT ainda está definindo suas estruturas, concepções, organizações internas, que são questões importantes para um bom desenvolvimento do conselho como para os trâmites burocráticos impostas sobre um Conselho de Direitos. Ao analisar as ações do Conselho nota-se uma paralisação política organizativa dentro do Conselho para avanços mais progressistas na perspectiva de direitos. São elementos que demarcam o espaço social e político da população LGBT



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

no cenário das buscas por políticas públicas que promovam Cidadania LGBT, mas também de análise sobre os jogos políticos frentes a pautas de sujeitos marginalizados pela sua expressão da sexualidade e do gênero.

Palavras-chave: LGBTT, Controle Social, Política Social



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude

Pobreza e criminalidade para jovens da comunidade de São José/Alto do Rodrigues

Cibelle Simão de Souza (cibelle_simao@outlook.com)

Este trabalho apresenta uma análise crítica acerca do entendimento de jovens da comunidade de São José, distrito de Alto do Rodrigues (interior do Rio Grande do Norte) acerca da relação entre pobreza e criminalidade, buscando estabelecer conexões entre o contexto no qual os jovens estão inseridos e a formação de suas concepções sobre o tema abordado. Dessa forma, buscarei examinar o posicionamento político dos jovens da amostra; identificar sua origem familiar; descrever seu cotidiano e identificar suas perspectivas de vida e trabalho. O interesse pelo tema surgiu de uma mudança de perspectiva em relação ao meu lugar de origem (escolhido como locus desta pesquisa) proporcionada pelo ambiente acadêmico, bem como da relevância deste debate na atualidade, considerada a súbita notoriedade que ganhou recentemente no contexto de votação da proposta de redução da idade penal no país. Além disso, considero tal análise muito importante visto que consiste na discussão crítica de um tema que, por sua complexidade, pode facilmente ser abordado de forma equivocada e que desconsidere suas múltiplas dimensões e seu caráter social, cultural, histórico, político, econômico etc. resultando numa visão conservadora e moralizante da questão. Espero também com o trabalho poder colaborar para a popularização de uma perspectiva diferenciada das atuais representações e imagens em torno da pobreza e do crime que permeiam o senso comum e que, por vezes, se refletem na prática dos/das profissionais do Serviço Social. O método utilizado foi revisão de literatura baseada em autores que seguem a linha teórica marxiana e entrevistas realizadas com 10 (dez) jovens, sendo 5 (cinco) do sexo feminino e 5 (cinco) do sexo masculino, com idades entre 19 (dezenove) e 21 (vinte e um) anos, todos moradores da comunidade. As entrevistas foram feitas à distância (através da internet) e tiveram como base um questionário semiestruturado e livre. Os resultados mostraram que metade dos jovens acredita não existir relação alguma entre pobreza e criminalidade. A outra metade acredita que essa relação se limita ao ato de cometer crimes para atender necessidades vitais. Todos apontaram como possíveis motivações para atos criminosos aspectos de cunho moral e, em segundo lugar, a falta de formação profissional, questão que também não é identificada pelos sujeitos como desinente da condição de pobreza. Constatou-se que os sujeitos possuem uma visão despolitizada da questão, claramente moldada por valores tradicionais e ideias do senso comum que, negam a pobreza como fenômeno multidimensional e estrutural, moralizando a questão e justificando-a por meio do discurso da meritocracia. Ao se analisar a origem socioeconômica dos jovens percebe-se que todos são oriundos da classe trabalhadora. Metade deles está desempregada (embora todos estejam à procura de emprego) e, dentre os que estão empregados, metade é exclusivamente responsável pelo provimento da família. Observa-se também que apenas 4 (quatro) dos indivíduos conseguiram ingressar no ensino superior, sendo apenas um em universidade pública. De maneira geral, os entrevistados afirmam que sua principal atividade cotidiana é o emprego e/ou estudo e o trabalho doméstico – no caso das mulheres. O discurso acrítico dos sujeitos pode consistir num indício de como as desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista expressam-se não só nas condições objetivas de vida, mas também na formação da subjetividade dos indivíduos, que influenciados pela ideologia dominante reproduzem em seus valores, cultura e relações sociais a opressão que sofrem. Além disso, se pode inferir que o contexto de classe, escolaridade e cultura dos indivíduos da amostra contribuem para uma adesão mais ou menos homogênea de uma ética burguesa que perpassa a sociedade como um todo e é funcional à manutenção da ordem estabelecida, na medida



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

em que unifica os interesses das classes sociais ocultando as determinações sócio-históricas que estão por trás da desigualdade social que irá, desse modo, aparecer como algo natural e legítimo.

Palavras-chave: Pobreza, Criminalidade, Violência, Jovens, Interior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude

Relato de experiência: a extensão universitária no âmbito da justiça juvenil

Tâmara Ramalho de Sousa Amorim (tamara.rsa@gmail.com)
Maria de Fatima Pereira Alberto
Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva

Apresenta-se neste trabalho uma experiência de Extensão desenvolvida por estudantes de graduação, pós-graduação e professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que teve como objetivo contribuir com a articulação entre serviços que executam medidas socioeducativas e o Sistema de Justiça com vistas à efetivação da Justiça Juvenil em João Pessoa-PB. O projeto aconteceu de fevereiro a dezembro de 2015 e desenvolveu as seguintes atividades: oficinas com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa e seus familiares, realizadas em dois Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e em uma unidade de meio fechado da cidade de João Pessoa; curso de formação sobre Justiça Juvenil para os profissionais dos serviços e gestão do meio aberto, meio fechado, sistema de Justiça e alunos extensionistas, realizado na UFPB; visitas a estados do Brasil para conhecer experiências de Justiça Juvenil Restaurativa (JJR) e construir parcerias; e a realização de um Seminário Municipal sobre a JJR na UFPB. O referencial teórico que embasou a prática foi a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, a qual considera o homem um ser construído histórica e dialeticamente, sendo necessário atentar para os múltiplos atravessamentos (históricos, culturais e individuais) que perpassam seu desenvolvimento. No caso dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, considera-se que os atos infracionais não podem ser vistos fora desses atravessamentos. A metodologia de trabalho teve como base os pressupostos da Educação Popular, que usa como ferramenta o diálogo entre o educador e o educando: as intervenções dos extensionistas faziam-se com a escuta atenta do participante com vistas à problematização e reflexão sobre as vivências compartilhadas, trazendo informações sobre os temas tratados, realizando-se mediações na relação entre os participantes e com a instituição no sentido de propor encaminhamentos e pensar projetos de vida. Avalia-se que o curso de formação contribuiu na articulação entre os serviços que executam medidas socioeducativas e o Sistema de Justiça quando os profissionais, ao compartilharem suas funções e dificuldades, proporcionaram que todos conhecessem o fazer uns dos outros e tentassem, com a mediação da equipe do projeto, encaminhar soluções. Foram feitos encaminhamentos como: mudança no procedimento burocrático pela equipe psicossocial do Sistema de Justiça para proporcionar ao CREAS mais informações sobre o jovem encaminhado; e a articulação de reunião com Ministério Público e Corregedoria para tratar de dificuldades de operadores do Sistema de Justiça. No que se refere às oficinas, com enfoque na responsabilização dos jovens e em seus direitos, elas possibilitaram um processo de empoderamento que pôde ser visto quando os jovens pensaram em novas possibilidades para suas vidas ao saírem da instituição, muitos falando do seu interesse em cursos profissionalizantes e em conhecer a universidade. A partir das experiências de outros estados, a JJR foi vista como uma possibilidade de mudança. No Seminário Municipal foram dados passos para a efetivação da justiça juvenil quando, por exemplo, um grupo de juízes participantes sugeriu o encaminhamento da construção de um projeto para a implantação da Justiça Juvenil Restaurativa na vara de atos infracionais em João Pessoa, o que foi visto como um encorajamento para converter a possibilidade de mudança em realidade no Sistema de Justiça.



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

Palavras-chave: Justiça Juvenil, Medidas Socioeducativas, Justiça Juvenil Restaurativa.

Financiamento/Apoio: Programa de Apoio a Extensão Universitária (Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior)



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude

As relações de trabalho infantil no Cariri Cearense na segunda metade do Século XIX

Maria Ivanda da Silva (ivanda_03@hotmail.com)
Hugo Eduardo Damasceno Cavalcante
Johnnys Jorge Gomes Alencar

A pesquisa tem por objeto as relações de trabalho a que foram submetidas crianças, na segunda metade do século XIX, no extremo sul da Província do Ceará, na região conhecida por Cariri Cearense. O uso do trabalho infantil por parte da classe senhorial compreendia a utilização de crianças livres e escravizadas, e conforme a condição jurídica das crianças, eram utilizadas diferentes táticas para a exploração daquele trabalho. No campo da História Social várias obras trataram do tema do trabalho infantil com enfoque no século XX e no processo de industrialização. Nesta pesquisa, destaca-se a análise das relações de trabalho no contexto agrário, do sertão cearense, no período histórico de presença da escravidão, além da existência de comunidades camponesas, trabalhadores livres submetidos às formas compulsórias de trabalho e trabalhadores dos núcleos urbanos. A questão da infância na segunda metade do século XIX faz parte da discussão, pois se tornou um problema para o Estado brasileiro como lidar com crianças pobres órfãs e com crianças escravas. A documentação utilizada na pesquisa consiste em arrematações de soldada, processos criminais, autoamentos de contas, inventários, assentos de bastimos, e jornais, existentes no acervo do Centro de Documentação do Cariri - CEDOCC, vinculado ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri-URCA. Até o presente momento foram analisados os contratos de soldada utilizados para a exploração do trabalho das crianças livres órfãs, revelando as maneiras que a classe senhorial utilizava para obter os trabalhadores infantis. São analisados os métodos utilizados pelos arrematantes e a atuação dos juízes de órfãos, as condições materiais da infância e os arranjos familiares, bem como as mudanças ocorridas nos contratos. A partir da reflexão presente no materialismo histórico, se pretende analisar as ações dos personagens envolvidos neste enredo: as múltiplas facetas usadas pelo poder judiciário para atender os interesses da classe senhorial da época bem como as possíveis resistências dos trabalhadores infantis ou de seus familiares e amigos.

Palavras-chave: Trabalho, Infância, Arrematação de soldada



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude

Histórias de vidas em movimento: adolescentes e suas representações sociais

Fabiola Pereira Batista (fabiolapereira@outlook.com)
Hayane Brenda Guimarães da Silva
Erlane Bandeira de Melo Siqueira

O presente trabalho trata-se dos resultados de um projeto de pesquisa realizado no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM), hospital de alta complexidade em Saúde Mental, que atende à demanda de todo Estado da Paraíba. Dentre os serviços ofertados, há enfermarias destinadas para internação de adolescentes, sejam eles (as) com sofrimento mental, ou para processo de desintoxicação (pelo uso abusivo de álcool e outras drogas). Este último tipo de internação é a que predomina, em razão do maior número de internos serem adolescentes que fazem uso de drogas, e/ou estão em conflito com a lei. Sobre estes, em processo de desintoxicação, que está sendo debruçada a intitulada pesquisa. O principal objetivo é compreender as representações sociais dos (as) adolescentes, internos no CPJM, frente à relação destes com a família, a sexualidade, as drogas e a perspectiva de futuro, mediante análise da história de vida deles (as) por meio de entrevistas semiestruturadas e levantamento do perfil socioeconômico, através da aplicação de formulário. Enquanto estagiárias de Serviço Social (2014/2015), tivemos a oportunidade de presenciar e participar de entrevistas individuais, e também observar as atitudes e o comportamento dos adolescentes neste período. O que nos chamou a atenção, foi a semelhança em determinados aspectos: as histórias de vida, o jeito de falar, a forma de visualizar o futuro, os tipos de drogas, as músicas, as relações familiares, as tatuagens, as facções, entre outros. Essas características nos instigaram a pensar a importância de se conhecer a história de vida dos (as) adolescentes internos compulsoriamente no CPJM para a compreensão das representações sociais destes. Para coleta de dados a referida Pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFPB. A coleta foi realizada por meio de pesquisa descritiva/qualitativa, utilizando o método história de vida. A coleta de dados se deu no período de Julho/2015 e teve cerca de dez entrevistados (número aproximado de lotação na enfermaria). Os dados qualitativos obtidos estão sendo analisados por intermédio da análise dos relatos de suas histórias de vidas e análise de suas representações sociais. Os dados quantitativos tratados através de gráficos e tabelas. A adolescência pode ser concebida como um produto do meio social, determinada por diversos fatores. As questões culturais (de gênero, classe, religião, etc.) ou os aspectos biopsicossociais orientam o papel dos jovens/adolescentes na sociedade. Da interação do homem (sujeito) com o seu ambiente, são produzidos conhecimentos, determinadas representações do senso comum, sobre suas relações com algo ou com alguém, geradoras de sociabilidade e de identidade cultural, que dão base às relações sociais humanas. As Representações Sociais são, portanto, produção de saberes sociais, produzidas dentro da dinâmica social, que, na prática, significa denotar imagens e códigos para a vivência cotidiana, seja no espaço físico (ambiente natural), na percepção que temos deste e como nos comportamos frente a ele, ou no espaço social, de como hierarquizamos e atribuímos significados às nossas relações sociais. Estima-se, através dos resultados, não naturalizar a questão social das drogas na vida do adolescente, nem muito menos culpabilizá-los, mas compreender dialeticamente como se dão as construções sociais que afetam diretamente as representações que este público destina aos eixos da pesquisa.

Palavras-chave: Adolescentes, Representações sociais, Histórias de vidas.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Infância, adolescência e juventude

Violência contra crianças e adolescentes e a atuação dos órgãos de proteção de Natal

Maiara Pacífico dos Santos (maraiaps@hotmail.com)

Decorridos 27 anos desde o reconhecimento legal dos seus direitos, a violência contra a população infanto-juvenil, é algo ainda recorrente na sociedade brasileira. Expressa em práticas diversas, a violência causa consequências em várias dimensões da vida, especialmente na infância e adolescência, momento em que os sujeitos se encontram em processo de desenvolvimento. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo problematizar a importância da atuação dos órgãos de proteção no enfrentamento às ocorrências de violência praticadas contra crianças e adolescentes, no intuito de reafirmar o dever do Estado no atendimento qualitativo e preventivo a essa demanda. Assim, destacamos que a discussão apresentada decorre de reflexões fundamentadas a partir da perspectiva marxista que por meio de estudo bibliográfico acerca do tema em questão e observações empíricas realizadas durante o processo de formação acadêmica no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, possibilitou vivenciar aproximações junto a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente através do estágio obrigatório e não obrigatório realizado no Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância, Juventude e Família do Ministério Público do RN – CAOPJIF/MPRN, no período de março de 2013 a fevereiro de 2015, e a participação em uma pesquisa promovida pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA, realizada de maio a agosto de 2013. Durante essas experiências, foi possível identificar que, em Natal, após serem recebidas pelo Conselho Tutelar, as denúncias de violência contra crianças e adolescentes registradas pelo Disque 100, eram encaminhadas aos Centro de Referência de Assistência Social - Cras e aos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, em forma de requisição de elaboração de estudo social para investigação da veracidade da denúncia e envio de relatório. No entanto, os profissionais dessas unidades socioassistenciais alegavam que não cabe a Assistência Social a atribuição de realizar a investigação de procedência das denúncias, mas o acompanhamento das crianças, adolescentes e famílias, a partir dos serviços, programas, projetos e benefícios de sua competência, quando previamente constatada a sua veracidade. Assim, identificamos que a imprecisão normativa acerca da competência de investigar a veracidade das denúncias, tencionam as relações entre os órgãos de proteção, revelando contradições que resultam em outra forma de violência: a violência institucional, haja vista que o adiamento da resolubilidade do caso que decorre desse contexto, viola o direito à proteção integral e da prioridade absoluta, fazendo com que aqueles que são responsáveis por garantir a proteção tornem-se, também, autores de violações. Dessa forma, consideramos que se faz necessário a realização de um trabalho de intervenção junto ao Poder Público, o qual seja capaz de possibilitar o aprimoramento da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente e do enfrentamento as ocorrências de violência praticadas contra esse segmento.

Palavras-chave: Rede de proteção, Violência contra crianças e adolescentes, Violência institucional.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho

Relações de trabalho no Cariri Cearense: formas de controle social (1855-1872)

Hugo Eduardo Damasceno Cavalcante (hugoeduardocavalcante@gmail.com)
Johnnys Jorge Gomes Alencar
Maria Ivanda da Silva

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as relações de trabalho entre as três classes que compunham o conjunto de trabalhadores no período proposto: a escravizada, o campesinato e os trabalhadores “livres”, assim como analisar as formas de controle social exercidas pela classe senhorial. No Cariri, região localizada no extremo sul do Ceará, do século XIX eram predominantes as atividades ligadas ao mundo rural. Sendo assim, o aparato estatal e as classes senhorias dispunham de diversos métodos de disciplinarização e controle social, que podiam ser expressos e/ou praticados pelos jornais, trabalho, legislação, relações patriarcais e até mesmo na própria legitimação da escravidão, a partir do exercício da hegemonia senhorial. A pesquisa se insere no campo da História Social Agrária e se fundamenta teoricamente a partir de historiadores marxistas ou não, como Edward P. Thompson, Sidney Chalhoub, Darlan de Oliveira Reis Junior e Ricardo Salles, usando das discussões sobre classe social, experiência históricas, críticas sobre a historiografia da escravidão, hegemonia, trabalho, conflito e terra. A pesquisa, que se encontra em andamento, é oriunda do projeto de iniciação científica “Mundos do trabalho: escravidão, campesinato e o trabalho “livre” – o Cariri cearense (1830-1880)” fomentado pela FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Dessa forma, o estudo utilizou, até o presente momento, de fontes históricas como processos criminais, inventários e de diversas edições do jornal O Araripe (1855-1864), disponibilizados no Centro de Documentação do Cariri – CEDOCC, vinculado a Universidade Regional do Cariri – URCA. O trabalho pretende contribuir de alguma forma com a rara historiografia caririense sobre as relações trabalho. Em suma, a análise das fontes e as discussões sobre o referencial teórico nos levaram a notar certos discursos de desqualificação do trabalho, a diferente forma em que a lei julgava os trabalhadores pobres, relações paternalistas dentro das próprias relações de trabalho, dentre outras formas de trabalho compulsório.

Palavras-chave: Controle social, Trabalho, Resistência, Terra, Mundo rural.

Financiamento/Apoio: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho

O capitalismo contemporâneo e seus impactos sobre a mulher trabalhadora

Micaela Alves Rocha da Costa (micaelacost@gmail.com)
Ana Carolina da Costa Honório

O trabalho, aqui compreendido como ação humana de transformação da natureza, através da qual os indivíduos desenvolvem habilidades e competências cada vez mais aprimoradas e complexas, na ordem do capital se reconfigura. A partir do advento do sistema de produção Taylorista/Fordista, o mundo do trabalho passou por mudanças significativas, utilizando inovações tecnológicas que aumentaram e flexibilizaram significativamente a capacidade de produção do trabalho humano e o consequente aumento na produção de mercadorias, através da automação, robótica e microeletrônica. Estas ferramentas são responsáveis por estabelecer as condições necessárias para a constituição da mais recente fase do capitalismo contemporâneo - que faz parte do chamado processo de reestruturação do capital, denominada acumulação flexível. Neste sentido, o trabalho passa a incorporar novos elementos que impactam profundamente a vida da classe trabalhadora e são percebidos em especial pelas mulheres, pois diante das desigualdades sociais que são construídas sob a imagem social do ser feminino, são estas mulheres que precisam se submeter ao trabalho precarizado, mal remunerado, formal e informal. Diante da articulação entre os sistemas patriarcal e capitalista, fica destinado em grande parte às mulheres, o trabalho subalternizado, precarizado e duplamente explorado. Esta condição pode ser observada naquelas profissões ditas femininas, tais como assistentes sociais, trabalhadoras domésticas, educadoras do ensino infantil, trabalhadoras terceirizadas e etc. Para tanto, o presente artigo tem o objetivo de refletir sobre o trabalho da mulher nesta sociabilidade capitalista compreendendo que é próprio desta lógica apropriar-se das diferenças entre os seres humanos, sejam elas de gênero, raça/etnia e/ou geração para explorar e desvalorizar o trabalho destes segmentos sociais. Realizaremos, dessa forma, algumas incursões, ainda que iniciais, sobre o potencial emancipatório do trabalho – como categoria ontológica, bem como da condição alienante que obtém sob os marcos da sociabilidade do capital. Esse percurso é imprescindível para analisarmos as formas de exploração do trabalho feminino na contemporaneidade. Utilizaremos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica com base em autores tais como, Marx, Antunes, Lessa, Saffiotti, Toledo, entre outros e análise documental com base na Síntese de Indicadores Sociais (2006 à 2013) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, pontuamos a necessidade da organização das mulheres para a defesa de seus direitos enquanto classe trabalhadora, pois somente através da luta desses trabalhadores e trabalhadoras organizados é possível a construção de uma sociedade de seres humanos radicalmente livres e emancipados.

Palavras-chave: Inimigo, Rótulo, Estado de exceção



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho

O progresso pelo trabalho: o discurso sobre o trabalho no jornal a voz da religião no Cariri (1868-1870)

Johnnys Jorge Gomes Alencar (johnnys1@bol.com.br)

Maria Ivanda da Silva

Hugo Eduardo Damasceno Cavalcante

A presente pesquisa realiza uma reflexão sobre as relações que historicamente são estabelecidas pelos homens com a natureza, destacam-se, as relações de posse e uso da terra, bem como as relações sociais estabelecidas nesse processo. O espaço delimitado para o desenvolvimento do trabalho é a região do Cariri no período correspondente a 1868-1870, época em que se percebem as influências das idéias do Padre Ibiapina sobre a população do Cariri, mediadas pela publicação do periódico A Voz da Religião no Cariri, visto que tal padre foi o fundador do jornal. Analisar em que medida os discursos religiosos visava estabelecer ideais de trabalho para o ordenamento social; compreender as relações estabelecidas com a natureza que se evidenciaram nas prédicas religiosas do Padre Ibiapina; investigar nos discursos publicados no periódico em estudo, as relações estabelecidas em torno dos processos dinâmicos de uso e posse da terra. A partir dos objetivos que o trabalho fomenta é que realizamos a discussão proposta a cerca dos interesses que eram impostos aos trabalhadores livres do Cariri cearense no período em estudo. Visto que haviam classes antagônicas assim como interesses distintos em meio a sociedade em estudo, o trabalho discute as relações estabelecidas a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético. É utilizado especificamente em nossa pesquisa o periódico A Voz da Religião no Cariri, produzido pelo Padre Ibiapina. São vistas principalmente nessa análise em que medida as publicações hebdomadárias veiculadas pelo periódico buscava imprimir um caráter positivo para o trabalho realizado na sociedade sul cearense. Com esse intuito as classes deveriam ter os seus lugares fixos na sociedade para que não acontecesse a perda da paz por meio da classe dominante. O trabalho aqui apresentado é fruto do projeto de iniciação científica “Terra, trabalho e natureza nas páginas do jornal A voz da religião no Cariri (1868-1870)” financiado pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

Palavras-chave: Controle social, Progresso, Trabalho

Financiamento/Apoio: Universidade Regional do Cariri



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Mundo do trabalho

A organização dos trabalhadores/as por meio de sindicatos profissionais: um olhar a luz da obra Gramsciana

Sávio Abreu de Freitas (abreu.svio@yahoo.com.br)

O referido trabalho surge a partir de experiência vivenciada em um movimento de organização classista, através do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Eusébio - SINDEUS, entidade associada a FETAMCE e a Cut/CE, pelo período de 2008 a 2015, na condição de militante e dirigente sindical. O breve relato trata-se apenas de um recorte, no que diz respeito a história do movimento sindical, mas que para Marx e Gramsci representam similitude com os tempos de outrora, quer dizer, os sindicatos continuam a serem “escravos do capital”, subjugados a lógica economicista e aprisionados aos grilhões que disseminam a “exploração do homem pelo homem”. Deste feita, nos debruçamos no arcabouço teórico sardo italiano de Antonio Gramsci, por entendermos que a partir do nosso envolvimento com o legado do teórico através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci – GGramsci, hoje um grupo associado a IGS/Brasil, fez com que tivéssemos uma melhor compreensão do real, portanto, um olhar para além da “aparência” e da “essência” do objeto. É bom que se diga, que para Trotski apud Coggiola “[...] a maioria da classe operária é trazida para dentro da luta apenas episodicamente, durante um período de ascenso excepcional do movimento operário. [...]” (1998, p. 198). Com isso, o movimento sindical, cuja atividade central seria a de se portar como “organismo vivo”, em constante organicidade e unidade entre os trabalhadores/as, para que toda e qualquer ação pudesse se contrapor ao sistema capitalista, em muitos casos, se contentam, de modo geral, aos avanços paliativos que só absorvem as massas a lógica do capital. Para tal superação, de fato, não se trata de algo tão simples assim, pois o que se pretende é uma ruptura do modo de produção capitalista, e para esta propositura é necessário que façamos o que Marx recomendou: “trabalhadores de todo mundo, uni-vos. ”. Nesse sentido, o nosso contato com o pensamento de Antonio Gramsci possibilitou-nos uma melhor apreensão da realidade, que de maneira propositiva coloca a formação política (sentido amplo) na ordem do dia, o que para o teórico sardo trata-se de condição sine qua non para o desvelamento das massas acerca da lógica capitalista. Gramsci, desde os Conselhos de Fábrica em Turim, preocupou-se em estabelecer uma “reforma intelectual e moral” a fim de elevar as classes subalternas a patamares superiores, pois para ele se faz necessário a instrução, a agitação e a organização dos trabalhadores/as. Isto posto, coloca o partido político, aquele defendido pelo teórico sardo, encarregado por tal formação, que em sua época utilizava-se de folhetins, círculos de cultura e outros instrumentos que pudessem instruir aos trabalhadores. Enfim, para que haja uma construção de uma nova hegemonia, faz-se necessário que apliquemos o que fora defendido pelo teórico em favor das classes subalternas, ou seja, uma preocupação constante na formação de “dirigentes e dirigidos” que se dediquem na perspectiva revolucionária. Portanto, Gramsci dizia: “Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força”.

Palavras-chave: Sindicatos, Capitalismo, Formação política dos trabalhadores



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Análise do Programa Minha Casa Minha Vida à luz do direito à moradia: o caso de Macaíba
(Região Metropolitana de Natal)

Simone da Silva Costa (mone_win@hotmail.com)

O presente trabalho analisa a problemática da provisão habitacional para a classe que ganha até três salários mínimos, pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), à luz do direito à moradia no município de Macaíba, localizado na Região Metropolitana de Natal (RMN). Ainda que a habitação seja um dos indicadores mais completos das condições de vida de uma sociedade, uma vez que se trata de uma necessidade básica, o seu reconhecimento como direito humano se deu no ano de 1948, por intermédio da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, a moradia foi reconhecida como um direito social fundamental por meio da emenda constitucional 26/2000. No entanto, o modelo de construção de moradias promovido pelo PMCMV na RMN, a partir de 2009, formulado para gerar emprego e renda, após a crise internacional de 2008, tem tratado a moradia como uma mercadoria e não como um direito indispensável à qualidade de vida urbana. A partir de conceitos desenvolvidos por Karl Marx e autores marxistas tais como: Jean Lojkine, David Harvey e Henry Lefebvre; visita ao empreendimento, registro fotográfico e consulta aos sites oficiais do governo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério das Cidades, Portal da Transparência e Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada - IPEA), verificou-se que a produção habitacional para a população que reside no município de Macaíba foi cooptada para atender aos interesses do capital imobiliário. Apesar de sua dimensão e importância para a redução do déficit habitacional na região, o modelo adotado não tem contribuído para a democratização do acesso à moradia digna e sustentável, já que as casas foram construídas em locais sem infraestrutura ou equipamentos coletivos, tais como: postos de saúde, creches, transporte público, educação, áreas de lazer, dentre outros. Isto acontece porque, conforme explicou Karl Marx, no capitalismo, tudo se transforma em mercadoria. Já David Harvey, citando Marx, expõe que o crescimento econômico, constantemente buscado no sistema capitalista, é caracterizado por um processo de contradições internas que geralmente interrompe em crises. Logo, nos períodos recessivos, geralmente ocorre uma cooptação da política habitacional pelos governos para modificar o ambiente geográfico e adaptá-lo às necessidades de acumulação, em detrimento da construção de cidades cuja geografia urbana esteja de acordo com princípios da justiça social e o respeito ao meio ambiente. O estudo conclui que o modelo adotado pelo PMCMV em Macaíba não contribui para a efetivação do direito à moradia, mas para a acumulação de capital já que a mesma vem sendo tratada como um simples objeto de consumo, limitando assim a construção da justiça urbana na RMN.

Palavras-chave: Acumulação de Capital, Direito à moradia, Programa Minha Casa Minha Vida, Região Metropolitana de Natal, Macaíba

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

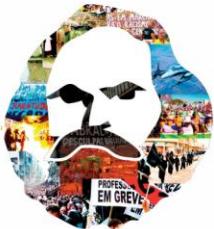
Processos de Inserção urbana e de Acesso à moradia vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida em Natal/RN

Gabriela Siqueira Cavalcante (gabrielascavalcante@live.com)
Eliana Costa Guerra

A pesquisa tem como objeto discutir o trabalho social desenvolvido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), considerando os delineamentos propostos nas normatizações oficiais, as possibilidades e limites da atuação nos empreendimentos do referido programa. O objetivo geral consiste em analisar o processo de inserção social dos empreendimentos do PMCMV destinados aos moradores baixa renda, destacando a contribuição do trabalho social na dinâmica de transformação dessas áreas construídas em territórios de vida. Trata-se de pesquisa qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo com entrevistas e observações sistemáticas. A primeira fase da pesquisa compreendeu atividades de leitura e reflexão acerca da economia política para fundamentar e construir uma interface com as categorias construtivas da nossa problemática de pesquisa. Constou ainda de incursão no campo e participação em atividades de estudo e pesquisa vinculada ao Projeto “Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na RM Natal – qualidade de projetos e impactos urbanos de ambientais”. Em um segundo momento, adentrou-se na concepção de trabalho social, presente nas normatizações do Ministério das Cidades, confrontando com a perspectiva de trabalho do assistente social, em consonância com o projeto ético político da profissão, que indica um posicionamento claro a favor dos trabalhadores e de sua luta por direitos no âmbito de nossa sociedade. No cenário do Brasil contemporâneo, é emblemático o acirramento da questão urbana, dos processos de especulação, com a expropriação e expulsão de centenas de moradores pobres de seus locais de trabalho e/ou de residência, em nome da “modernização” das cidades e das áreas metropolitanas. Estas intervenções capitaneadas pelo Estado e demais entes públicos têm derivado em níveis ainda maiores de segregação sócio-espacial e de precariedade da vida de segmentos da classe trabalhadora, levados a morar em áreas mais e mais longínquas, subequipadas, desprovidas de infraestruturas e de serviços públicos essenciais, onde a ausência do Estado dá margens a poderes paralelos, como as redes de tráfico, as igrejas, com suas fundações e entidades filantrópicas, no claro retorno a formas assistencialistas e clientelistas de lidar com as expressões da questão social. Tem se tornado insustentável a persistência do déficit de moradias nas capitais e principais cidades brasileiras, expresso nas moradias precárias, exíguas, na coabitação, no subequipamento e não acesso a saneamento e água potável. Daí, a importância de problematizar e realizar pesquisas sobre as políticas em curso que buscam enfrentar ou minimizar o problema habitacional, no cenário do Brasil contemporâneo e, em particular, sobre o papel e o caráter do trabalho social no âmbito destas políticas, confrontando-o com o direito à moradia.

Palavras-chave: Habitação social, Trabalho social, Direito à moradia.

Financiamento/Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Portos “espetacularizados”: a nova apropriação da renda fundiária e da mais valia.

João Mendes da Rocha Neto (jmdrn@uol.com.br)
Fernanda Delgado Cravidão
Edna Maria Furtado

Historicamente as cidades se colocaram como portadoras de todos os interesses que envolvem os principais agentes da economia capitalista. Esse cenário confere cada vez maior centralidade as áreas urbanas, as quais são constantemente reestruturadas para viabilizar os interesses das corporações empresariais e dão fôlego para que o sistema continue se reproduzindo. As respostas dadas, através das políticas públicas, cada vez mais se orientam por um discurso de “competitividade, reforçando um caráter de competição entre cidades, construído em torno das estratégias que cada uma delas lança mão para se manter nesse cenário. Como importante recurso despontam os projetos de revitalização urbana, que não são apenas recuperação de áreas deterioradas, mas um conjunto de intervenções voltadas para transformação desses espaços em áreas atrativas ao capital. E para que isso tenha êxito há uma necessidade constante de transformar tais pontos da cidade em grifes, o que requer também um tratamento para torná-las “espetacularizadas”. Nesse contexto os velhos portos adquirem importância, uma vez que se estendem por extensas áreas, próximas ao centro das cidades e, na maior parte das vezes se constituem em espaços degradados, completamente apartados da economia dos serviços, localizadas nas suas proximidades. A pesquisa pretende pontuar aspectos relevantes no entendimento dessa modificação no uso das áreas portuárias, entendendo-as na perspectiva de espaços que privilegiam um poderoso conjunto de agentes econômicos e como essas áreas se destacam no tecido urbano, tornando-se verdadeiras grifes espaciais, em face da sua espetacularização. Para fundamentar o debate foi necessária uma revisão teórica que recorreu a teoria marxista que trata da renda da terra e da mais valia, para compreender o contexto em que tais fatos ocorrem, além de lançar mão de outros autores de diversas áreas do conhecimento; adicionalmente foram feitas consultas a documentos oficiais de gestão desses projetos ao redor do mundo, nas páginas eletrônicas, a fim de identificar suas estratégias de competição no contexto dos projetos de revitalização; foram analisados os relatórios da Global Property Guide, empresa que analisa mercados imobiliários de grandes cidades, com a finalidade de verificar o impacto desses grandes projetos na valorização fundiária das terras próximas a eles. Constatou-se que desde a sua concepção, tais projetos se inserem em uma estratégia maior de “vender” as cidades em um competitivo mercado que as torna produto, e que essas iniciativas constituem-se em um diferencial que constrói uma imagem positiva do poder público local na sua capacidade de resolver problemas urbanos de grande magnitude, como também de uma cidade “aberta” aos investidores e grandes corporações que atuam na economia globalizada. Há ainda que se considerar o fato dessas áreas responderem a contento ao capital imobiliário, uma vez que na maior parte delas há um vigoroso processo de valorização fundiária, que transforma seus arredores, pela exclusão daqueles que não podem pagar para ali se instalarem, bem como pelo novo padrão de moradia que se estabelece, em geral só acessível às classes mais abastadas. Tornam-se, portanto, áreas de grande interesse para os agentes imobiliários, que nelas encontram formas de reproduzir-se de forma ampliada e diferenciada a partir das inovações trazidas pelos projetos.

Palavras-chave: Revitalização, Renda da terra, Especulação imobiliária, Mais-valia, Empresariamento urbano



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

O processo político de reorganização dos Akwẽ –Xerente Pós- Constituição de 1988

Lilian Moraes Oliveira (lilian-oliveira89@hotmail.com)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política indigenista após a Constituição Federal de 1988 em busca de compreender as bases históricas em que foram se processando a reorganização política dos indígenas Akwẽ - Xerente dentro e fora do seu território. Espera-se com este estudo contribuir com a etnia indígena pesquisada no sentido de construir um material que possa ajudá-los a refletir de forma crítica, a compreender as bases históricas em que foram se processando as mudanças nos seus modos de vida e organização, bem como no seu território. Os povos indígenas no Brasil e no mundo, desde o primeiro contato com a nossa sociedade, sofreram com as contradições das relações sociais, econômicas, ambientais e culturais. Com o surgimento dos processos de globalização e de novas políticas públicas para os indígenas, surgem para os Akwẽ - Xerente novos desafios como de sobrevivência física e cultural. Além da defesa do seu território cercado por empreendimentos agrícolas e latifúndios. As novas práticas de sustentabilidade enfraquecem sua identidade, cultura, valores e costumes, pois eles estão permeados pelas mudanças e transformações da nossa sociedade. Entretanto, atualmente os Akwẽ- Xerente têm resistido para permanecerem vivos culturalmente. O conjunto de fatores que podem ter contribuído para esse problema seriam: a) As muitas interferências das Políticas Nacional do Governo; b) E do contato com os líderes não-índios; c) A proximidade com a cidade, e o sistema educacional dentro da aldeia, de forma descontextualizado com a cultura Akwẽ-Xerente; O histórico da Política Indigenista no Brasil mostra que as intervenções Estatais no trato das questões indígenas são e sempre foram direcionadas pelo seus interesses econômicos e de dominação étnica. Apesar da promulgação da Constituição Federal de 88 que garante os direitos dos indígenas, infelizmente esses direitos continuam sendo violados. No contexto atual a principal problemática enfrentada pelos povos indígenas é a demarcação de Terras, esse problema está diretamente relacionado às práticas sistemáticas de violação dos direitos territoriais dos índios. O Estado, desde o início do processo histórico, sempre deu com uma mão e retirou com a outra. (ARAÚJO, 2006). É importante destacar que, ainda hoje, os indígenas encontram-se lutando para a manutenção de seu território, já que continua a pressão colonizadora sobre seu território. A diferença é que, nos dias atuais, dominam ainda mais as nuances que determinam o avanço colonizador. Do mesmo modo, fruto de sua própria persistência e resistência, vêm explicitando uma identidade própria, o que confere a eles maior força para serem reconhecidos em seus direitos. A política indigenista no Brasil ao invés de proporcionar a emancipação indígena, os vincula à uma cultura socioeconômica ditada pelo modelo neoliberalista capitalista. A problemática enfrentada pelos indígenas atualmente requer, portanto, a construção de políticas públicas mais adequadas. Logo, nota-se que, no âmbito governamental há uma necessidade de determinar e propor, em diálogo com os povos indígenas, ações políticas que permitam que os índios individualmente ou através de suas organizações ingressassem em juízo para defender seus direitos e interesses.

Palavras-chave: Política Indigenista, Akwẽ-Xerente



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Educação Ambiental Emancipatória: caminho para transformação social

Mikaelle Gondim Cordeiro (mikaellegondim@hotmail.com)
Rebeca Gomes de Oliveira Silva

O relato em tela consiste na experiência profissional no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Smas da Prefeitura do Recife - PE, com atuação no Setor de Educação Ambiental –SEA, realizando o acompanhamento dos projetos de educação ambiental inscritos no programa que está vigente desde 2014 intitulado “Programa Educar para uma Cidade Sustentável”. O mesmo tem como objetivo a implantação e implementação do programa supracitado na Rede Municipal de Ensino, com finalidade de formar educadores ambientais visando a compreensão das problemáticas ambientais tanto do entorno da escola quanto planetária. E conta com a participação voluntária de 99 instituições de ensino (escolas e creches), totalizando 25 mil alunos atendidos, sendo essas instituições localizadas nos bairros das 6 Regiões Político Administrativa – RPAs da cidade. As escolas inscritas são acompanhadas por uma equipe multiprofissional de analistas em desenvolvimento ambiental que realizam visitas periódicas nessas instituições com vista a subsidiar os projetos desenvolvidos. Entre essa equipe está presente profissionais da área do Serviço Social a qual fazemos parte. Em nosso acompanhamento aos referidos projetos verificamos uma tendência a intervenções sob o viés de educação ambiental instrumental, entendemos que historicamente este modelo está centrado em mudanças comportamentais, responsabilizando o indivíduo, desconsiderando as determinações que constroem a realidade, os seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Desse modo, a educação ambiental instrumental contribui para a propagação da lógica do capital, pois propõe apenas reformas, administrando a “questão ambiental”, eximindo de responsabilidade a estrutura social e o modo de produção. Visando a mudança e o aprofundamento crítico desse modo de educação ambiental, realizamos o acompanhamento de forma a incentivar junto aos professores o fomento a consciência crítica para a realização e elaboração das atividades juntos aos alunos para o entendimento acerca das problemáticas ambientais de modo a ultrapassar a imediaticidade, compreendendo a realidade enquanto totalidade complexa. Na qual temos percebido mudanças significativas na abordagem e olhar acerca dessa problemática. Dessa forma, em nossa prática objetivamos realizar a educação ambiental emancipatória de modo a questionar o modo de produção capitalista, pois a intervenção na “questão ambiental” não pode se pautar em reformas pontuais, mas deve estar baseada na perspectiva transformadora. Situando historicamente os indivíduos, contribuindo para a formação da consciência crítica, tendo como finalidade formar agentes políticos que compreendem o espaço no qual estão situados, estimulando a mobilização social como uma importante ferramenta de transformação social. Aproximando para o Serviço Social que tem em seu projeto ético-político valores emancipatórios que permitem e guiam os assistentes sociais a realizarem escolhas visando a superação da ordem capitalista. Nessa perspectiva nossa atuação no programa além dos valores referidos anteriormente e da vertente de educação da qual nos aproximamos, tem como finalidade “a construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero”. Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf.

Palavras-chave: Educação ambiental, Emancipação social, Serviço social



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Desafios do ensino de história no Agreste Paraibano: relato de pesquisa

Francisco Fagundes de Paiva Neto (chicofagundes@gmail.com)

Na condição de podermos exercitar a prática docente no curso de História/UEPB, procuramos responder a questão de como se desenvolveu o ensino de História nas áreas rurais do agreste paraibano entre o final da década de 1990 e início da década 2000. A razão deste corte cronológico associa-se a disponibilidade de alguns registros memoriais, que foram produzidos por estudantes da graduação durante o período do estágio nas escolas, conforme uma orientação dos professores de Prática de Ensino de História. Destarte, analisamos através desta produção de relatórios discentes as memórias escolares (desde a fase do ensino fundamental ao médio) para investigar como reverberaram no período do estágio supervisionado, considerando as dimensões identitárias relacionadas ao grupo social/classe dos quais são oriundos. Ademais, perscrutamos uma avaliação sobre as tensões sociais oriundas das distinções entre campo e cidade, que se associa as diferenciações da cultura rural com aquelas oriundas dos espaços urbanos. Utilizamos como fundamentos teóricos os trabalhos de Caldart (2004), Martins (2005), Petty (1981), que demonstram as dificuldades do ensino rural na sociedade capitalista periférica, cujas balizas nas áreas rurais são ainda mais ampliadas, devido a um histórico processo de exclusão das populações do campo, que não leva em consideração as especificidades locais-regionais, chegando a comprometer o processo formativo. Ainda com relação aos referenciais teóricos, empregamos os estudos de Halbwachs (1990) e Portelli 1996, cuja tônica é a relação das memórias com diversas instituições sociais, considerando também os conflitos sociais. Em termos metodológicos, valorizamos a autorreflexão dos estudantes nos seus registros difundidos nos relatórios. Concluímos, tendo por resultados empíricos uma prática escolar, que possui um espectro de variáveis, cujas manifestações vão desde a permanência de classes de ensino multisseriado até a implantação de escolas técnicas rurais, permitindo avaliar a complexificação das relações sociais. Por nós foi observando uma experiência pedagógica marcada por conflitos sociais, que também se demonstrar entre a expressão das memórias e identidades sociais, a partir de estímulos diversos.

Palavras-chave: Ensino de história, Escolas rurais, Conflito social, Memórias discentes



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Visões sobre a justiça: processos sobre a questão agrária na Paraíba

Francisco Fagundes de Paiva Neto (chicofagundes@gmail.com)

Através de uma pesquisa realizada no nosso doutorado, abordamos alguns processos referentes à questão agrária na Paraíba precisamente na região agreste. A importância do trabalho justifica-se pela necessidade de avançar as pesquisas sobre conflitos de classe nas áreas rurais. Objetivamos analisar como se expressaram os conflitos entre proprietários de terra e os trabalhadores rurais em um contexto social relacionado ao catolicismo. A organização de trabalhadores rurais expulsos da “terra de trabalho” associada à expansão capitalista no campo ocorreu, ocorreu a partir de um apoio de um grupo associado à Teologia da Libertação, momente, pelo apoio dado por D. Marcelo Carvalheira (bispo de Guarabira) às mobilizações sociais no campo. No vácuo deixado pelas Ligas Camponesas, a emergência de oposições sindicais, de ocupações de fazendas, de atos públicos e de greves de cortadores de cana demarcou uma nova expressão do fazer político, cuja presença da Teologia da Libertação foi de grande relevância. A partir das contribuições teóricas de Edward P. Thompson, visualizamos uma relação entre as leis e os costumes, que no caso específico estudo em questão se associa a própria dinâmica das classes proprietárias, cujo poder político permitiu um nível de atrito capaz de influir na execução das práticas de justiça. Em contrapartida, encontramos, as visões dos trabalhadores rurais, que se pautaram comumente pelo sentido oferecido pelos discursos religiosos sobre a terra como uma dádiva de Deus. A análise das tensões entre a classe proprietária agrária e os trabalhadores sem-terra, por meio da documentação proveniente da justiça, nos permitiu avaliar um modo muito particular de expressão política, considerando a ruptura de relações tradicionais por meio da abertura processos e das penas aplicadas. Todas essas situações emergiram em virtude da anulação de práticas contratuais verbais, que até então eram corriqueiras, em sincronia com a expansão dos cultivos de cana-de-açúcar e das áreas de criação de gado bovino. Desta forma, percebemos no curso do trabalho que algumas práticas de resistência sub-reptícias, que até então não tenderam a um nível de conflito de caráter coletivo, ganharam cada vez mais um enlace balizado por um sentido político, capaz de associá-las a ocupações de terra e outros níveis de enfrentamento entre classes, como expressões de política cada vez mais balizadas por conflitos no seio da sociedade civil. Através de um estudo de caso, no qual utilizamos na pesquisa fontes jurídicas, orais e documentos produzidos pela Igreja Católica.

Palavras-chave: Justiça, Questão agrária, Teologia da Libertação, Movimentos sociais
Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Desafios para efetivação da Educação Ambiental transformadora na gestão ambiental pública no Estaleiro Promar S.A

Rebeca Gomes de Oliveira Silva (rebecagomes.gomes@gmail.com)

A pesquisa aqui apresentada refere-se aos estudos em andamento desde 2014, cujo campo de pesquisa é a gestão pública do meio ambiente no que tange a efetivação de medidas mitigadoras dos impactos socioambientais negativos evidenciados no Estudo de Impacto Ambiental/Relatório EIA/RIMA do Estaleiro Promar S.A. (pertencente ao Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS, localizado em Pernambuco) e contempladas nos Planos Básicos Ambientais – PBAS, especificamente o Programa de Educação Ambiental. Para alcançar essa finalidade o estudo assenta-se na teoria crítica, seguindo os procedimentos que possibilitaram a aproximação do objeto estudado, como leituras de livros e a análise dos relatórios de monitoramento solicitados a Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, sobre o programa supracitado. O CIPS foi construído em uma área de rica diversidade ambiental, porém, essa vem sendo ameaçada devido a sua implantação e expansão. Desse modo, o Estaleiro Promar está em um campo de conflito entre os interesses econômicos e as necessidades das comunidades tradicionais. O licenciamento ambiental é um dos mais importantes instrumentos de gestão pública do meio ambiente e o órgão estadual responsável pela fiscalização e monitoramento das atividades que afetam o meio ambiente é a CPRH. O EIA/RIMA do Promar evidenciam 33 impactos negativos que interferem duramente no modo de vida das comunidades e no meio ambiente. Para esses impactos foram elaboradas medidas mitigadoras condensadas em programas, entre eles está o programa citado. Esse programa foi idealizado para ser desenvolvido em âmbito local com os cidadãos afetados, com metodologias participativas, sendo seu objetivo informar e “desenvolver o espírito crítico a respeito da relação com o meio ambiente”. No entanto, as ações realizadas restringem-se, ao menos no período analisado, aos funcionários da empresa, sem maiores repercussões para a comunidade do entorno. Não há qualquer menção à participação ou mesmo à mobilização da comunidade afetada. As comunidades do entorno foram retiradas de forma truculenta da localidade, com fortes perdas econômicas e de seu modo de vida. Esse fato caracteriza o que Harvey (2005) nomeou de “Acumulação por Espoliação”, na qual antigas formas da acumulação primitiva descritas por Marx se aprofundam no século XXI, contribuindo para acumulação do capital. Assim, quando a educação ambiental é realizada sem considerar o contexto social, acaba se tornando um instrumento para a propagação das mesmas formas destrutivas de dominação da natureza. Quando a prática educativa não se compromete com a transformação social, mantendo intactas as determinações estruturais, contribui para a lógica do sistema capitalista de produção. Educar para transformar é reconhecer os sujeitos que possuem interesses e projetos distintos de sociedade e que interferem na natureza de modo desigual. Vale ressaltar a insuficiência das ações reguladoras do Estado, através do órgão licenciador, no sentido de exercer o monitoramento dos programas voltados à mitigação dos impactos negativos. Portanto, faz-se urgente uma verdadeira abordagem dos conflitos socioambientais derivados do empreendimento. Como também o monitoramento efetivo dessas ações pelo órgão licenciador. Deve-se buscar a ampliação do espaço público, criando meios para a efetiva participação igualitária, objetivando a superação dessa ordem capitalista.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Gestão Ambiental, Estaleiro Promar S.A

Financiamento/Apoio: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Movimento popular e Lulismo: o PMCMV como administração da luta de classes

Isadora de Andrade Guerreiro (isaguerreiro@uol.com.br)

O lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) marcou uma importante retomada da produção habitacional em âmbito federal desde o final do BNH. Ele veio para conter os efeitos da crise mundial no Brasil e a sua forma específica deve ser entendida dentro do projeto político caracterizado como “lulismo”. Interessa-nos analisar as relações entre tal projeto e a formatação do programa, particularmente quanto à sua incidência junto aos movimentos populares de luta pela moradia. O PMCMV é entendido aqui como uma das partes constitutivas da estrutura institucional do lulismo, na medida em que opera, a partir do Estado, relações entre o mercado de capitais, o mercado de terras, o setor produtivo (setor imobiliário) e a dinâmica de classes. Tal mediação é feita através da produção da casa e da cidade como mercadoria, tecendo redes de amoldamento social e político potentes, pois vinculadas diretamente ao principal elemento da reprodução da força de trabalho. A hipótese é de que o PMCMV conforma determinada dinâmica para a luta de classes a partir da lógica que o estrutura, moldando a ação dos movimentos populares. A forma deste amoldamento pode ser entendida como um avanço da subsunção de tais movimentos ao capital, pois neles se configura, conjunturalmente, uma lógica expansionista baseada no domínio do território por meio da produção habitacional como mercadoria, pelo programa. Os movimentos populares deixam de intervir nas relações de produção e na formação política de militantes, concentrando sua ação nos ganhos políticos advindos da disputa da terra dentro dos marcos do capital – o que resulta em massificação e poder social baseado nas estruturas espetaculares internas à forma mercadoria. O objeto de estudo assim delimitado – a subsunção da ação dos movimentos populares de luta pela moradia pelo lulismo por meio do PMCMV – será desenvolvido a partir da apresentação sintética de dois estudos de caso, os quais expressam tal amoldamento no encaminhamento da solução habitacional. Com base na exposição do conflito, na análise do direcionamento dado pelo Estado às mesas de negociação e, finalmente, na solução final entendida como conquista, serão examinados criticamente os instrumentos internos ao programa que determinam a ação do movimento popular, ao conformarem certo discurso único via mercado. Nos casos analisados, ambos de repercussão nacional, os movimentos populares envolvidos recusaram projetos arquitetônicos e urbanísticos próprios em nome da solução do PMCMV, a qual evidencia, em sua forma, a sua produção como mercadoria. Tal solução deixa de lado a possibilidade histórica de proposição política na formulação de uma contra-cidade, na qual a crítica à divisão social do trabalho desenvolve ações autogestionárias que planejam e constroem espaços de resistência à lógica do capital. Certos movimentos populares passaram a fazer política como administração da luta de classes, elemento típico do lulismo. Conformaram-se como agentes de mercado que participam ativamente do jogo imobiliário, estruturando-se interna e externamente de maneira heterônoma e afastados de suas bases. Cabe analisar tal conjuntura com o objetivo de formular novas estratégias e programas para o movimento popular que pretende enfrentar o capital na sua forma específica, e não apenas na esfera da distribuição da riqueza.

Palavras-chave: Lulismo, PMCMV, Movimentos populares, Habitação, Luta de classes
Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Questões ambiental, urbana e rural

Orçamento Participativo e participação popular na busca do direito a cidade

Elizângela Justino de Oliveira (elizangelaoliveirarn@gmail.com)
Adriano Medeiros Costa

As cidades contemporâneas têm vivido um processo de reestruturação dos espaços urbanos para atender as demandas capitalistas focando nas expectativas do imaginário turístico para vender-se globalmente, e concomitantemente ocorre a exclusão dos cidadãos nos processos participativos na ocasião dos orçamentos participativos e na distribuição das políticas públicas no território de forma atender satisfatoriamente as necessidades de saúde, educação, e lazer do cidadão. O processo vivenciado pelas cidades na contemporaneidade está relacionado ao modelo de acumulação capitalista vigente, e segundo Carlos (2011, p. 64), “a produção do espaço se insere, assim, na lógica da produção capitalista que transforma todo o produto dessa produção em mercadoria”. Para Souza (2011, p. 31) a forma de planejar a cidade inserida nesta lógica se refere ao “planejamento subordinado as tendências de mercado, o planejamento da facilitação, o planejamento de administração privada” o planejamento que serve “para estimular a iniciativa privada, oferecendo-lhe numerosas vantagens e regalias, de isenções tributárias”. O artigo tem como objetivo refletir sobre o papel dos movimentos sociais e da participação local nos orçamentos participativos para a conquista do direito à cidade, o desenvolvimento socioespacial, a justiça social, e autonomia dos “grupos sociais subalternos” (VAINER, 1999), a fim de romper-se com essa perspectiva competitiva, e de exclusão da sociedade nos processos decisórios. Nesse sentido, busca-se responder a seguinte questão: Como garantir o direito à cidade, a autonomia dos grupos sociais e o desenvolvimento socioespacial na contemporaneidade a partir dos movimentos sociais urbanos e participação popular nos orçamentos participativos? No intuito de pensar a questão buscou-se os seguintes referenciais teóricos para dialogar-se: Marcelo Lopes de Souza (2000, 2011) para pensar-se a questão orçamento participativo e do planejamento urbano a partir da justiça social e da melhoria da qualidade de vida para a sociedade, garantindo autonomia dos grupos sociais, participação local nos processos decisórios, e a justiça espacial; a Ana Fani Alessandri Carlos (2011) para pensar-se sobre a produção do espaço no modelo de acumulação capitalista, a espetacularização da cidade, as possíveis soluções que rompam radicalmente com a perspectiva competitiva, e a cidade como negócio, David Harvey (1993, 2011) para se discutir-se as diferenças geográficas geradas pela competitividade empreendidas pelas cidades na contemporaneidade, e por fim para pensar o direito à cidade, abordou-se o pensamento de Henry Lefebvre (2002) e David Harvey (2008, 2009). Assim a metodologia contou com ampla pesquisa bibliográfica sobre os temas de participação local em orçamentos participativos, movimentos sociais e o direito à cidade. Conclui-se, que a participação popular nos processos decisórios dos orçamentos participativos, como também a pressão dos movimentos sociais urbanos sobre o Estado, a partir das escalas locais, podem viabilizar a justiça social e o direito à cidade aos cidadãos.

Palavras-chave: Movimentos sociais urbanos, Participação popular, Direito à cidade



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Raça e etnia

Crise hegemônica e movimentos sociais no Brasil: para um projeto político-ideológico dos movimentos negros

Edilvan Moraes Luna (edilvanmoraes@hotmail.com)
Clessiana de Oliveira Lopes

O século XX foi marcado pelo debate público em torno de dois grandes contextos político-econômicos. De um lado o socialismo e marxismo, de outro o neoliberalismo. Já o século XXI, para alguns autores, como François Lyotard, as metanarrativas (os grandes discursos) ruíram e o que se tem no momento são lutas naquilo que seria, pensando com Foucault, os espaços de uma microfísica do poder, no qual o poder não é mais visto como uma emanção de um centro estatal, mas ao contrário, que se constitui nas margens da vida e da organização social, sendo o Estado não o local primordial do poder, mas o local por onde o poder atravessa. Em outros termos, observamos que muitas leituras feitas acerca dos contextos de manifestações políticas de movimentos sociais se inserem dentro de uma nova perspectiva de conjuntura econômica e política, na qual se desloca o antigo debate sobre capitalismo versus socialismo para um novo debate pautado pela pluralidade de interesses dos agentes (movimentos feministas, ecológicos, étnicos, multiculturais, etc.). Esse artigo se propõe ir à contramão desta leitura que vê no momento atual de luta política através dos movimentos sociais um novo contexto de novas formas de lutas. Longe de ter ruído os grandes relatos (capitalismo e socialismo), o que experimentamos atualmente é a contraofensiva do capitalismo na sua forma tardia (capitalismo tardio), o que faz do antigo debate de crítica ao capitalismo e luta pelo socialismo algo presente, embora nem sempre de forma explícita, nos movimentos sociais que saem as ruas. Na tentativa de mostrar como o pensamento marxista é uma ferramenta crucial para a compreensão das agitações políticas que percorrem o Brasil, veremos em Gramsci uma leitura atual, coerente e consistente do cenário político brasileiro, cenário este que fomenta a ação dos movimentos sociais a partir de uma crise hegemônica dos interesses da classe capitalista dirigente. Para enfatizarmos esta crise e sua relação com os movimentos sociais, abordaremos, de maneira ampla, como os movimentos negros que, desde o século passado, clamam contra um mito de democracia racial ganham força a partir desta crise hegemônica e ideológica da classe dirigente e como ganhos políticos concretos para estes movimentos só serão possíveis a partir do projeto político que são capazes de traçar no intuito de fomentar uma nova ideologia e, no que lhes concernem, uma hegemonia política capaz de perceber na igualdade racial um pilar da democracia brasileira.

Palavras-chave: Ações afirmativas, Capitalismo tardio, Democracia racial



TRABALHOS APRESENTADOS

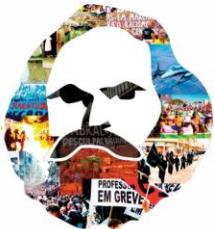
Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde

Dos manicômios às ruas: reflexões sobre as políticas de combate ao crack no Brasil

Vanessa Eda Paz Leite (vanessa.paz.leite@gmail.com)
Antonio Euzébios Filho

A aglomeração de usuários de crack nas grandes cidades brasileiras e o grande investimento público no enfrentamento a esta substância vem instigando diversos setores da sociedade a debater o tratamento e a dependência química. Porém, em um cenário em que o usuário (especialmente se for pobre) tem sido tratado como criminoso, pouco tem se escutado sua voz, conhecido sua trajetória de vida e levado em conta suas opiniões e desejos. Este trabalho se propõe a refletir, teoricamente, sobre a materialidade que incide sobre o uso e a dependência desta substância, o tratamento terapêutico e a atenção dispensada pela sociedade e pelo Estado ao usuário. Primeiramente, procuramos traçar um panorama das políticas contra o crack no estado de São Paulo e no Brasil, identificando relações de poder, aspectos econômicos e ideológicos que as envolvem em uma lógica repressora, excludente e moralizante. Nesse sentido, a declaração do coordenador de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça de São Paulo ilustra como o poder público vem enfrentando a questão das drogas e do Crack, quando ele diz que é pela via da “dor e sofrimento” que os usuários buscariam tratamento (Arruda, 2014). Com isto, notamos que o enfrentamento ao crack se dá pelos mecanismos de dominação de classe do Estado, contribuindo não apenas para acirrar os processos de marginalização, como, ainda, para ampliar o quadro de mão de obra barata – ainda mais considerando que a maioria da população usuária de crack é segundo Bastos e Bertoni (2014), composta por pessoas de baixa escolaridade, que vivem em situação de rua e não têm emprego ou renda fixa. Trata-se de uma população oriunda de setores da classe trabalhadora que, pelo entrelaçamento de forças políticas e ideológicas do capital, passam a atribuir o “fracasso” de ser pobre à uma suposta incapacidade individual de fugir da pobreza. Estes traços político-ideológicos do capitalismo ficam ainda mais explícitos no neoliberalismo, quando vimos expandida a indústria da pobreza e reduzido o Estado à mero auxiliar do setor privado em seus empreendimentos, inclusive no plano das políticas sociais. É com base nesse modelo que vemos muitas parcerias público-privadas sendo feitas no campo da saúde, como é o caso, por exemplo, do investimento, por parte dos governos federal e estadual nas Comunidades Terapêuticas, que reproduzem a lógica asilar com forte caráter moralizante e repressor de “combate” às drogas. Neste caso, o dinheiro público vem financiando o setor privado para realizar um tratamento que ignora todo o acúmulo dos movimentos sociais em torno da luta antimanicomial, bem como os pressupostos da redução de danos, pois se pauta na lógica da internação compulsória e abstinência, atuando como mais uma forma de penalizar o usuário de crack e outras drogas, e procura fazer uma “eliminação cirúrgica da diversidade”, como aponta Venturini (1988). Além disso, tais instituições são administradas por setores religiosos que obrigam o paciente a seguir determinada crença adotando, assim, uma postura moralizante ao invés de científica. Desse modo, na prática estes programas reafirmam a repressão voltadas, historicamente, aos setores marginalizados da população.

Palavras-chave: Dialética, Inclusão/Exclusão, Políticas Públicas, Crack



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde

Política de Saúde na Contemporaneidade: desafios a efetivação do Sistema Único de Saúde

Andreza Oliveira Costa (aocosta1106@gmail.com)

Este trabalho advém das inquietações vivenciadas a partir da inserção no âmbito da Saúde, por meio da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, realizada em um Hospital Universitário no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma revisão bibliográfica, que tem como objetivo esboçar os desafios postos a efetivação do Sistema Único de Saúde - conforme preconiza a Constituição de 1988 e as leis que o regulamentam (Lei 8080/1990 e a Lei 8.142/ 1990) - diante do atual panorama no qual a Saúde está inserida, no processo denominado por Behring (2003) de contrarreforma do Estado. Este contexto perpassa a reestruturação produtiva, sob o comando da instauração da política neoliberal, que de acordo com Netto (1996), provocou transformações sociais rebatendo na divisão social e técnica do trabalho, tendo consequências nos diversos processos de trabalho, inclusive os que se gestam na Saúde. Diante desta conjuntura, o Projeto da Reforma Sanitária entra em disputa com o Projeto da Saúde articulado ao Mercado (BRAVO, 2009). Ambos com propostas antagônicas. Enquanto o primeiro defende a consolidação do Sistema Único de Saúde, com a universalização, integralidade e equidade nas ações, o segundo consiste numa política de ajuste que desresponsabiliza o Estado, devendo fornecer serviços de saúde apenas para os que não podem ter acesso por meio do mercado. Há uma ênfase na perspectiva de Saúde/Ausência de Doença em detrimento da concepção ampliada de Saúde defendida pela Reforma Sanitária. Ao enfatizar um modelo baseado no dual Saúde/Ausência de Doença defendido pelo projeto de mercado, há a consolidação de um modelo que hegemoniza a atuação dos médicos, em detrimento do significado das ações dos outros profissionais que atuam na área. Postos estes elementos, os processos de trabalho que se gestam na Saúde provocam a emergência de desafios a efetivação do SUS, que se materializam na precarização dos serviços prestados via desfinanciamento das políticas sociais, terceirização da gestão por meio de Organizações Sociais, Fundações ou Empresas e retrocessos no que diz respeito as condições e relações de trabalho. (BRAVO, 2009 e IAMAMOTTO, 2010). Todavia, estes desafios não podem ser obstáculos para a defesa de uma Saúde Pública de qualidade, conforme preconiza a Constituição de 1988, que consolidou os ganhos obtidos por meio da 8º Conferência Nacional de Saúde. Neste sentido, enfatizamos a efetividade da participação e do controle social, a partir das conquistas da conferência mencionada anteriormente. Levando em consideração aspectos discutidos por Correia (2012), no que diz respeito ao controle social, afirmando que a partir da perspectiva das classes subalternas, este tem como objetivo a atuação de setores da sociedade civil organizada na gestão das políticas, a fim de controlá-las, visando atender cada vez mais as demandas e aos interesses dessas classes. Afirmamos que ambos são importantes estratégias na defesa do SUS, na atual conjuntura, utilizando e recuperando os espaços deliberativos construídos na Saúde e consolidados nos artigos 3º e 4º da lei 8.142, que são as Conferências e os Conselhos de Saúde no qual é garantido a participação de profissionais, movimentos sociais, devendo ter representação paritária de usuários e contando também com a presença dos gestores.

Palavras-chave: SUS, Desafios, Estratégias



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde

A história da loucura numa perspectiva marxista

Helen da Costa Toledo Piza (helenpiza@gmail.com)
Bruno Peixoto Carvalho

Esta pesquisa teórica tem como objetivo reinterpretar a compreensão de Foucault sobre a gênese da loucura e das instituições psiquiátricas a partir da teoria social de Marx. Esta pesquisa foi motivada pela ausência de trabalhos dos momentos denominados por Foucault, na "História da loucura", de "A Grande Internação" e o "Nascimento do Asilo" na perspectiva do marxismo. Os resultados da pesquisa se organizam em quatro etapas: a) primeiramente, analisou-se a compreensão foucaultiana da história, indispensável ao entendimento dos períodos analisados; b) posteriormente, apresentou-se os períodos "A Grande Internação" (Século XVII) e o "Nascimento do Asilo" (Século XVIII); c) o capítulo XXIV ("A assim chamada acumulação primitiva") de O "Capital" de Marx é tomado como chave interpretativa para por em perspectiva os fundamentos históricos e econômicos que estão na base das transformações apresentadas por Foucault; d) por fim, expõe-se uma análise marxista da "questão social", expressão que surge com a transição ao capitalismo como resposta burguesa ao pauperismo e tomada como chave explicativa de Castel em obra sobre o alienismo. Foucault analisa a história a partir da identificação da racionalidade predominante em dado período, de modo que a história aparece como a mudança da ratio. Daí que sua compreensão de modernidade ponha no centro da análise a ideia da imposição de certo regime de verdade identificado com a razão moderna em que comparecem ideários tão distintos quanto os de Rousseau, Marx e Smith. Com isto, Foucault combateu a razão moderna, identificando nela apenas negatividade. Volta sua crítica, portanto, ao racionalismo, ao historicismo e ao humanismo. Durante o século XVII, são instituídas e se generalizam grandes casas de internamento denominadas Hospitais Gerais, que não se organizavam como instituições de saúde, mas como depósito da miséria. No Hospital Geral, os loucos estavam misturados ao conjunto da miséria (improdutivos, mendigos, andarilhos, bandidos e prostitutas). Foucault descreve que, no século XVIII, a loucura será separada do resto da miséria, passando a ser objeto de uma instituição específica e, posteriormente, objeto da medicina mental. Castel, em sua "A ordem psiquiátrica – a idade de ouro do alienismo", situa as transformações nas concepções sobre a loucura a partir da consolidação dos Estados-nação e da reconfiguração da assistência na Europa como resposta à "questão social". Na obra de Marx, a emergência e ampliação do pauperismo é elemento fundante da sociedade burguesa; nela reside o sentido histórico da transição do feudalismo ao capitalismo, o que permite analisar sob novas bases a História da Loucura de Foucault. Na obra de Marx, encontra-se o solo sociomaterial que abriu as condições de possibilidade de que a loucura se tornasse objeto de internamento e a medicina seu juiz, a saber: a expulsão dos camponeses do campo e a incapacidade da indústria em absorver o contingente de miseráveis gestados pelo seu próprio desenvolvimento, bem como a necessidade da burguesia de manter sob controle aquele contingente de miseráveis por ela gestado como superpopulação relativa. Os loucos que Foucault encontrou no asilo e o aparato institucional que sobre eles se erige é o resultado do processo de desenvolvimento capitalista, em que pese a tradição culturalista legatária do pensamento foucaultiano tão pouco tenha feito por desnudar as relações de determinação entre a história da loucura e o capitalismo.

Palavras-chave: História da Loucura, Materialismo histórico-dialético, Questão social

Financiamento/Apoio: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde

A centralidade da família na política de saúde mental brasileira

Jakeline Bezerra Juventino (jackeline.ss@hotmail.com)

Este trabalho tem como objeto de estudo a centralidade da família na Política Nacional de Saúde Mental, que apresenta como metodologia a revisão bibliográfica e justificando-se pela incipiente produção bibliográfica sobre o tema, sobretudo pela sua análise de forma crítica. O processo de desinstitucionalização psiquiátrica prevê a inserção de pessoas em sofrimento mental no contexto da família, da comunidade, da cidadania, da participação social em conjunto com outros atores sociais, em detrimento do modelo asilar de assistência realizada pelos hospitais psiquiátricos. A mudança por novos espaços e novas práticas em saúde mental foi conduzido pelo movimento de Reforma Psiquiátrica que, entre outros aspectos, lutou pela implementação da Política Nacional de Saúde Mental Brasileira, tendo esta agregado alguns dos seus objetivos. Essa política social, entre outros elementos, incentiva a participação da família nos serviços da rede de atendimento psicossocial através de reuniões e grupos, prestando orientações e informações direcionadas também ao cuidado no âmbito doméstico dos seus membros. Porém, diante à particularidade política, econômica, cultural e trabalhista brasileira, muitas vezes a família tem dificuldades de participar ativamente de encontros nos serviços, conforme demonstram algumas pesquisas. Além dos familiares buscarem estratégias para lidarem com o sofrimento mental, ainda a situação é agravada pelas precárias condições econômico-sociais que fragiliza a inserção e/ou manutenção dessas famílias no mercado de trabalho, dificultando o cuidado em saúde mental, pois o sofrimento mental exige cuidados específicos. Desse modo, as famílias sofrem uma sobrecarga emocional e material para atender um membro que necessita de cuidados específicos. A Lei 10.216/2001, que aborda sobre a proteção, os direitos sociais e redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental, em seu artigo 3º trata sobre o compromisso do Estado, da família e da sociedade na assistência à pessoa em sofrimento mental, responsabilizando a família através da participação no cuidado psicossocial. Entretanto, na maioria das vezes, a família não vem recebendo o apoio estatal necessário para desenvolver o suporte no âmbito doméstico e participar das atividades desenvolvidas nos serviços, conforme preconiza as orientações da política de saúde mental. Pois não basta apenas criar serviços alternativos e enviar encargos para a família, mas é preciso que o Estado ofereça suporte através dos serviços sociais e da universalização dos direitos para que a família seja capaz de responder aos cuidados do seu familiar sem ser a principal instância de proteção social. Assim, de um modo geral, o grupo familiar sofre um processo de responsabilização na política de saúde mental brasileira, em sintonia com as tendências contemporâneas no âmbito das políticas sociais públicas, conforme preconiza a agenda neoliberal resultante das estratégias e contradições do Estado capitalista que transfere à sociedade civil as suas obrigações com a proteção social, incluindo a família como fonte de proteção social. Portanto, sabe-se da importância dos avanços da política de saúde mental brasileira, mas torna-se necessário também compreender os desafios conectados às estratégias e as contradições no âmbito da centralidade da família na política de saúde mental brasileira, o seu papel no cuidado, a interlocução com as demais políticas sociais, a relação com o Estado e o sistema capitalista.

Palavras-chave: Família, Política social, Saúde mental



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde

Política Nacional de Saúde Mental: estratégias e contradições

Jakeline Bezerra Juventino (jackeline.ss@hotmail.com)

A proposta deste trabalho visa apresentar algumas breves considerações sobre as estratégias e as contradições da Política de Saúde Mental no Brasil, tendo como metodologia a revisão bibliográfica. Para compreender o estudo da política de saúde mental brasileira é necessário não subestimar as determinações econômicas, nem superestimar a participação dos sujeitos políticos dos movimentos sociais, mas deve-se incorrer às múltiplas determinações entre as diversas dimensões que a convergem. Do ponto de vista histórico, o sofrimento mental atravessa sociedades pré-capitalistas, mas, especificamente na sociedade capitalista, se articula às expressões da questão social, a ética do trabalho, a patologização e a institucionalização dos problemas sociais. Nesse cenário foram construídos os hospitais psiquiátricos como forma de controle social, sendo posteriormente questionado e criticado, resultando em movimentos de reformas. No Brasil, nos anos 1970, o movimento de trabalhadores em saúde mental articula esforços em torno da Reforma Psiquiátrica, convergindo para uma rede de serviços abertos e públicos (em substituição ao modelo hospitalar), centrado na reinserção social, cidadania, convívio familiar e comunitário. Assim, a política de saúde mental brasileira, que integra parcialmente a demanda dos movimentos de luta, apresenta estratégias e contradições coexistentes. Do ponto de vista político, o papel do Estado e seu alinhamento com os imperativos da política internacional neoliberal que privilegia investimentos econômicos, o jogo de forças políticas no âmbito da sociedade civil vinculado a interesses de classe, a participação do empresariado, de organizações não governamentais, de movimentos sociais em defesa de usuários e familiares, entre outros atores sociais “não imparciais” que conformam a política social. Do ponto de vista econômico, a mercadorização do sofrimento mental pelos hospitais psiquiátricos, o subfinanciamento dos serviços públicos para beneficiar o mercado e o terceiro setor, a condução da política econômica do país subordinada aos organismos multilaterais, concentração de riqueza socialmente produzida, entre outros problemas que dificultam o acesso à universalização dos direitos sociais. Do ponto de vista da cultura, que está relacionada à política, merecem atenção os sujeitos políticos portadores de valores, comportamentos, crenças, ethos, absorvidos pela história, economia, política, arte, mídia etc. Culturalmente, a política de saúde mental brasileira recebe imbricações de projetos societários divergentes, com discursos/práticas permeados da política de mercado e terceiro setor, com implicações para a universalização da política social e dos direitos. Exemplos disso são as recomendações da política que incentivam à participação comunitária, corresponsabilização familiar, autonomia, protagonismo do sujeito, empoderamento, inclusão social, entre outros discursos/práticas baseados no eufemismo. Estes podem estar velando propostas neoliberais de: empreendedorismo, competitividade, responsabilização individual disfarçada de autonomia, inclusão social pela via da informalidade e precarização do trabalho, entre outros. Portanto, a importância de compreender a política de saúde mental pela totalidade concreta que integra as dimensões da história, economia, política e cultura, que não devem ser entendidas como partes estanques, mas como elementos da totalidade profundamente imbricados e articulados.

Palavras-chave: Política de saúde mental, Totalidade, Estratégias, Contradições



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Saúde

Neoliberalismo: condição de trabalhador assalariado e desafios ao exercício profissional do assistente social

Andreza Oliveira Costa (aocosta1106@gmail.com)

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, do qual as inquietações para sua elaboração se deu a partir da aproximação da autora com a discussão da categoria trabalho, a partir da perspectiva marxista. Esta ocorreu durante a graduação em Serviço Social, com continuidade na pós-graduação que se realiza. Ambas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem como objetivo discutir os desafios ao exercício profissional, a partir das condições de trabalho no contexto neoliberal. Para realização desta análise é necessário abordar que as transformações societárias que se gestaram mundialmente a partir da crise do capital na década de 1970 representaram modificações intensas na sociedade, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho e aos direitos sociais (ANTUNES, 2009). Como resposta a crise, foram implementadas medidas que: intensificaram a exploração do trabalho, desregulamentaram direitos conquistados principalmente no âmbito do trabalho, atribuindo em sua maioria ao terceiro setor a responsabilidade pelas Políticas Sociais, havendo um intenso aumento do desemprego. Elementos conjunturais que se fortaleceram no Brasil na década de 1990 e flexionam as relações sociais na sociabilidade capitalista na atualidade (ANTUNES, 1995). Dentro desse contexto o que se percebeu foi um processo de agudização da Questão Social, matéria sobre a qual atua o Serviço Social demandando dos profissionais novas competências para intervir no enfrentamento das emergentes roupagens que ela assume. Ainda não obstante além de exigir novas competências profissionais, as modificações no mundo do trabalho, no que diz respeito, a desregulamentação e flexibilização dos vínculos empregatícios afetaram diretamente o Trabalho do assistente social que, em sua maioria está submerso a frágeis condições e relações de trabalho (IAMAMOTO, 2010 e IAMAMOTO, 2009). Essa análise se faz importante para apreendermos os processos que envolvem o mercado de trabalho dos assistentes sociais nesta conjuntura e as relações sociais que perpassam as condições e relações de trabalho no exercício profissional.

Postos estes elementos, os processos de trabalho que se materializam e no qual se insere a atuação profissional do assistente social, provocam a emergência de desafios profissionais que circundam a tensão entre o atendimento das necessidades sociais dos usuários e a condição de trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 2010 e RAICHELIS, 2010). Sendo alguns desses desafios: A intensificação do trabalho do assistente social, que por vezes impede a efetivação da dimensão investigativa do profissional interferindo na qualidade dos serviços; A dificuldade de acesso aos recursos materiais e humanos que proporcionem aos usuários um atendimento qualificado; A precarização das condições de trabalho. Esses desafios não podem ser obstáculos para uma atuação que contemple as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da ação profissional. Contudo para não recair sobre uma postura messiânica ou fatalista da profissão é necessário compreender a conjuntura social e institucional em que se insere o trabalho do assistente social (IAMAMOTTO, 2013).

Palavras-chave: Condições de trabalho, Exercício profissional, Desafios, Assistente social



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública

Criminalidade e sistema penitenciário: questão moral ou expressão do Estado burguês?

Renata Almeida Carvalho (re.almeidaa@gmail.com)
Antonio Euzébios Filho

A prática profissional de um dos autores em um Centro de Progressão Penitenciária no interior de São Paulo nos levou a realizar a presente reflexão teórica em busca de uma análise sobre o sistema carcerário no país e as limitações do Estado burguês em realizar aquilo que propõe no âmbito formal da legislação penal e da própria constituição cidadã. Para Marx, a cidadania burguesa não ultrapassa o plano jurídico-formal, esbarrando nos interesses do capital. Sendo assim, a universalização dos direitos não será possível (mesmo com reformas) no sistema capitalista. Este se alimenta da desigualdade social e da concentração da riqueza nas mãos de poucos. A ideologia dominante, neste sentido, torna-se essencial para manutenção desse sistema que não se equilibra sozinho, por isto a necessidade de ocultamento de aspectos elementares da sociedade de classes. A ideologia burguesa age então, em diferentes âmbitos, manipulando, reprimindo e oprimindo, o que fica ainda mais evidente no sistema prisional e nos alicerces que o sustentam. Temos, assim, o ocultamento da multideterminação de problemas como a criminalidade, dando lugar a uma lógica meritocrática e individualizante de culpabilização do pobre pela própria condição de pobreza. O capital também se sustenta pelo fetiche da mercadoria e o consumismo, alavancando a criminalidade. O crime não tem apenas a função de sobrevivência - como em alguns casos pode ser observado - mas é invariavelmente parte da lógica de mercado. No entanto, é interessante notar quem são os sujeitos criminalizados neste processo, quais foram suas possibilidades e que posição eles ocupam social e economicamente. Não nos surpreende o fato de estes comumente serem pobres, com baixo nível de escolaridade, desempregados ou com empregos precarizados – traços que são comuns à maioria dos sujeitos que ocupam o sistema penitenciário. Diante disto, o encarceramento assume uma função de isolamento e exclusão física daqueles que, de alguma forma, sempre estiveram à margem das linhas do capital. São estes sujeitos, oriundos da classe trabalhadora, que confrontam abertamente a legalidade e desenvolvem práticas demagogicamente não toleradas pela moral burguesa (igualmente formal, como a democracia). Evidente que a criminalidade, por ser uma atividade rentável para a burguesia não pode deixar de existir, porém, a classe dominante não quer sofrer as consequências do cárcere. Para tanto, o capital tem a seu favor os meios de produção, portanto, a mão de obra que faz a linha de frente do crime, e o aparato jurídico do Estado. É importante discutir que as consequências do cárcere para o público a quem ele é destinado não se limita apenas ao encarceramento, mas causa profunda ruptura nos processos identitários dos usuários e criar condições materiais para gerar impotência frente ao próprio destino. Em suma, ao adentrar no sistema penitenciário vemos a realidade sem o véu aparente da democracia formal, observando que a identidade do preso fica limitada à uma única dimensão: a de sujeito institucionalizado. Longe de ser a resolução dos problemas de segurança pública, as prisões nada mais são que reflexo da sociedade de classes, tornando-se palco do tráfico de drogas, crime organizado, exploração do trabalho e humilhação social. Desta forma, tratamos a criminalidade como uma manifestação do sistema social e econômico em que vivemos. Enquanto marxistas, atrelamos a superação do sistema junto a superação do capital e do modo de vida burguês.

Palavras-chave: Capitalismo, Criminalidade, Cárcere, Estado burguês

Financiamento/Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública

Violência institucional: uma manifestação da violência para além das ações humanas

Maiara Pacífico dos Santos (maraiaps@hotmail.com)

A violência é um fenômeno presente em nosso cotidiano e frequentemente noticiado. Vista sob uma perspectiva endógena ao indivíduo, a complexidade da violência acaba sendo camouflada e reduzida as ações humanas limitando, dessa forma, as análises e gerando equívocos que culpabilizam apenas os indivíduos. Mas afinal, o que é a violência? E por que podemos considerar que o Estado também pratica a violência? Discutir esse fenômeno requer, para além de uma leitura imediata, uma apropriação da essência contida no seu significado, haja vista que esse alcance possibilita ampliar os horizontes que permitem aprofundar o debate e identificar suas mais diversas manifestações. Para Silva (2006 p.36), “[...] a violência não é um fenômeno circunscrito à dinâmica individual, submetida unicamente a vontades pessoais. Trata-se de uma ação que conta com indivíduos – seres sociais – sujeitos/objetos inseridos em processos sociais reconstruídos sob dadas condições históricas que potencializam a ação violenta e oferecem o terreno por onde se formam individualidades. [...] Assim sendo, a violência é um complexo social potencializado por indivíduos sociais, ainda que apareça, inicialmente, como um fenômeno individual”. Desse modo, o reconhecimento de que a violência não se resume a uma questão biológica e psíquica, possibilita o entendimento de que a sua ocorrência não é resultado apenas de uma ação humana, mas também de relações que se gestam no interior da sociedade e a compõe. Nesse sentido, o presente trabalho buscou fazer uma discussão teórica acerca da violência institucional, muitas vezes, invisibilizada e autora da revitimização, a fim de ampliar o debate crítico acerca da atuação do Estado democrático de direito frente ao atendimento das demandas sociais, utilizando-se para isso, do referencial crítico-dialético e tendo como fonte de informação, o estudo bibliográfico acerca do tema em discussão. Desse modo, consideramos que a violência também é institucional, quando, conforme afirma Minayo (2013, p.33), “[...] se realiza dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas. Uma dessas modalidades de violência ocorre na forma como são oferecidos, negados ou negligenciados os serviços públicos”. Consideramos, assim, que determinadas ações ou omissões por parte do Estado são, também, uma violência, haja vista que decorre desse processo, violações de direitos que trazem consequências à vida dos indivíduos. Desse modo, realizar uma discussão acerca da violência institucional exige de nossa análise a necessidade de problematizá-la a partir de um contexto histórico, cultural e social, haja vista que esses determinantes possibilitem ultrapassar a complexidade que perpassa e dificulta precisar a própria origem e conceito desse fenômeno multicausal. Portanto, a defesa intransigente dos direitos e o enfrentamento às ocorrências da violência, sobretudo da violência institucional que expressam e revelam a negação e, portanto, a violação dos direitos, deve ser considerada como uma das lutas necessárias à construção de uma nova ordem societária.

Palavras-chave: Estado, Violações de direitos, Violência Institucional



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública

Foucalt e o Marxismo na trincheira da Política Criminal Expansionista: reflexões sobre a Criminologia Crítica

Lucas Lopes Oliveira (lucasoliveira.sol74@gmail.com)

O presente estudo visa tentar demonstrar as influências na formação da corrente de pensamento criminológico da criminologia crítica, pautada no paradigma da reação social, destacando principalmente a influência do pensamento do filósofo francês, Michel Foucault e do pensamento marxista. Foucault ao abrir caminho com seus estudos para a investigação do surgimento das prisões ao longo da constituição da sociedade disciplinar desmascarando a retórica de humanização que encobria na verdade uma nova forma de controle sobre as ilegalidades populares de modo a ""não punir mais, mas punir melhor"", realizou uma crítica ao sistema penal que aliado ao aprofundamento dos estudos das questões econômicas que condicionam o controle penal no capitalismo, modos estes descontinuados já há bastante tempo pela influência de autores marxistas como Ernest Bloch, acabaram dando uma importante ferramenta de análise para o entendimento da realidade excluente da pena no sistema capitalista. Emerge assim um saber crítico que se propõe a deslegitimar teoricamente os pressupostos de fundamento do sistema penal, bem como, tem o potencial transformador de atuar na práxis, como trincheira de luta contra a expansão punitiva que atende aos anseios de ordem do capitalismo. Este saber faz-se extremamente necessário em tempos de expansão punitiva de forma a ser um mecanismo de luta contra o sistema penal, mecanismo de controle essencial para o capitalismo. O objeto de estudo deste trabalho está em constante mudança social: as malhas punitivas seguem avançando a passos largos, a direita punitiva sob o signo dos movimentos lei e ordem, seguem se expandindo e ocupando vários espaços de poder, o super encarceramento segue, aprofundando a lógica de controle das classes sociais vulneráveis na globalização. Aliado a esta expansão, o discurso abolicionista/minimalista penal que durante muito tempo ocupou papel de destaque no ambiente da esquerda política mundial hoje perde espaço para o discurso do tecnicismo penal, que ocupa cada vez mais os setores progressistas, que ainda seguem dizendo que realização dos direitos humanos se realizará "não punindo mais, mas punir melhor", seguem assim a mesma cartilha que clama pela reprodução dos mecanismos de controle essenciais para a manutenção do capitalismo global. Enfim, nada de novo no fronte! Neste momento de expansão punitiva advindo da necessidades de segurança imposta pelo capitalismo financeiro mundial, onde as questões sociais são resolvidas como questões penais face ao esfacelamento dos Estados Sociais, ou de seus esboços paternalistas como em nossa periferia do capitalismo, e constituição do Estado Penal, faz-se necessário buscar uma nova radicalidade discursiva de forma a por a luta contra os sistemas penais como uma etapa fundamental na luta revolucionária contra a hegemonia do poder econômico capitalista.

Palavras-chave: Criminologia crítica, Sistema penal, Direitos humanos

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Debates teórico-políticos sobre: Segurança Pública

Monitoramento Eletrônico de Pessoas no Estado do Ceará: a restrição da liberdade ou aniquilação da dignidade?

Maria Lucilma Freitas de Sousa (maria_lucilma@hotmail.com)

Este trabalho ainda encontra-se em conclusão, pois, trata-se de um projeto ampliado, e tem como objetivo central analisar os impactos sociais gerados a partir da utilização de uma “nova” alternativa penal: a utilização da tornozeleira eletrônica, através do monitoramento via satélite por pessoas que estão em cumprimento de pena privativa de liberdade. A utilização da tornozeleira eletrônica como uma alternativa penal, despontou no cenário atual enquanto justificativa para evitar à redução dos danos causados a pessoa pelo encarceramento desta. Visto que a reclusão notadamente encontra-se com sua função de reinserção social em processo de falência. Além disso, existem justificativas atribuídas pelo judiciário que os gastos estatais também seriam reduzidos na medida em que, o custo do equipamento eletrônico seria bem menor do que os investimentos do Estado se determinada pessoa estivesse presa. Destarte, na primeira sessão abordaremos a questão histórica relacionada à prisão até a adoção de mecanismos punitivos que estão associados à tecnologia, na atual contemporaneidade. Essa proposição pressupõe desvelar diversos interesses políticos e socioeconômicos e não apenas as justificativas apresentadas no âmbito do judiciário. Na segunda sessão enveredaremos na discussão do Estado e sua mutação do Estado de Bem Estar Social para Estado Penal. Posteriormente debateremos sobre as Políticas Sociais e seus apontamentos referentes à conjuntura presente e a relação destas com o objeto de pesquisa proposto. Para desnudar esse objeto, temos a clareza de que a investigação poderá tomar rumos desafiadores. Nesse sentido, adotaremos o método histórico dialético, assim, nessa trajetória inicial a pesquisa se divide nas seguintes categorias: Prisão, Estado, Alternativa Penal e Políticas Sociais. A metodologia utilizada será a pesquisa qualitativa e explicativa. As técnicas de pesquisas que serão adotadas são as seguintes: entrevista semi-estruturadas, observação assistemática e anotações em diário de campo. O lócus investigativo será a Central de Alternativas Penais vinculada a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará. Os critérios para a seleção dos participantes da pesquisa serão pessoas que já vivenciaram o encarceramento, e estão em cumprimento de regime semiaberto, com a utilização da tornozeleira eletrônica. E destes, os que aceitam participar voluntariamente da pesquisa ou mediante convite e esclarecimentos, acrescido do termo de consentimento assinado pelo participante.

Palavras-chave: Estado, Alternativa penal, Políticas sociais



TRABALHOS APRESENTADOS

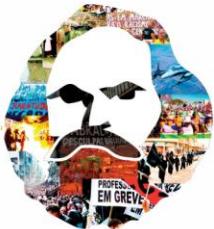
Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

Desvirtuando o ensino: a conformação ao sistema hegemônico na escola pública

Osvaldo Teodoro dos Santos Filho (radielic@hotmail.com)
Najla Gama Passos Silva

O objetivo deste artigo é levantar uma discussão sobre a consistência e as finalidades das atividades compreendidas como pedagógicas desenvolvidas na escola pública, atentando-se ao seu universo ideológico e evidenciando a descaracterização do ensino, a partir das experiências de formação observadas nas universidades e nas escolas parceiras dos subprojetos de pesquisa nos cursos de licenciatura em Pedagogia e História na Universidade do Estado da Bahia – UNEB e na Universidade Federal da Bahia – UFBA, através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, fomentados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em Salvador-BA nos anos de 2014 e 2015. O texto se propõe a problematizar o caráter das atividades vivenciadas no referido projeto que se evidenciavam como inovações, originárias de concepções dominantes, engendradas por modelos neoliberais e pós-modernos que desvirtuam o ensino e afastam a classe trabalhadora do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. Desta forma, as reproduções do senso comum e do conservadorismo atuam como agentes de conformação ao modelo hegemônico estabelecido. A partir do materialismo histórico e apreendendo a escola como um aparelho para a expansão de uma tendência ideológica que serve aos atuais modos de produção, analisaremos de forma dialética o ambiente educativo como espaço estratégico na construção de uma contra-hegemonia, imprescindível na socialização do conhecimento e que possa se apresentar a serviço da classe trabalhadora. No primeiro momento tentamos mapear a compreensão destas atividades, que se forjam como novas tanto nas universidades, assim como nas escolas públicas e o universo ideológico que norteiam estas atividades, pautadas na fragmentação do cotidiano se contrapondo à Escola Tradicional e as condições históricas, para super valorizar as condições individuais e adaptativas de aprendizagem. No momento seguinte evidenciaremos a influência da suposta interdisciplinaridade na realização das atividades e como o esvaziamento teórico acomoda-se na afirmação ideológica de sociedade do conhecimento, neste sentido, contribuindo para a descaracterização do ensino. No terceiro momento abordaremos como estas atividades compreendidas como pedagógicas, que não se pautam na complexidade das estruturas sociais, contribuem para que o ensino perca sua função essencial transformando-se em uma atividade exclusivamente reprodutiva. Desta forma, foi possível constatar que a rejeição da apreensão da realidade através do conhecimento contribui para a desvirtuação do ensino e as expressas tentativas de humanizar o capital arrefecem a luta de classes e contribuem para a conformação ao sistema hegemônico, sobretudo para os filhos da classe trabalhadora que se encontram na escola pública.

Palavras-chave: Escola pública, Contra-hegemonia, Formação de professores.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

A reestruturação produtiva e a formação de técnicos de nível médio: o empreendedorismo na educação profissional do IFPE

Leandro de Fontes Barbosa (leandro.f.barbosa@hotmail.com)

A reestruturação produtiva do capital da segunda metade do século XX transformou as relações de produção e modificou as bases de regulamentação social do Estado. Ajustes neoliberais desmontaram políticas sociais, privatizaram, eliminaram direitos e desregulamentaram relações trabalhistas, precarizando-as, degradando condições de vida e intensificando a exploração de trabalhadores, aumentando de desemprego e agudizando a pobreza. Isto incidiu nos currículos escolares de modo a atender aos paradigmas econômicos neoliberais. Na dissertação “A reestruturação produtiva e a formação de técnicos de nível médio: uma análise do currículo da Educação Profissional no IFPE”, denominamos “pedagogia do capital flexível” o conjunto de conceitos (empreendedorismo, competitividade, trabalho em equipe, multifuncionalidade etc.) relacionados a isto. Nela, objetivamos “analisar as relações entre o processo de reestruturação produtiva e o currículo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”, realizando nexos entre as mudanças econômicas e a análise dos currículos programáticos (via pesquisa documental), do ensino-aprendizagem (em observações de aulas) e concepções docentes (mediante entrevistas) da Educação Profissional no IFPE - Campus Recife. Neste trabalho, estabelecemos o recorte sobre o “Empreendedorismo” na Educação Profissional: Analisamos o programa da disciplina Empreendedorismo; observamos seis encontros (doze aulas) nesta disciplina com uma turma do Técnico em Edificações; e entrevistamos quatro docentes que lecionam esta e demais disciplinas “de administração” no IFPE. Como resultados, temos três aspectos gerais associados: 1) Formação para o desemprego: “capacitação” para a concorrência no mercado de trabalho excludente. Empreender como “alternativa” ao desemprego, onde, na falta de empregos, o indivíduo compete com pequenos e médios negócios no mercado; 2) A “terceirização”: grandes empresas terceirizam etapas da produção para empresas menores agora geridas por profissionais que antes eram (seus) assalariados. Estes assumem os custos e riscos de mercado da empresa, que elimina também direitos trabalhistas antes assegurados ao “antigo assalariado, agora empreendedor”: a relação agora é apenas de mercado com este. 3) “Formação capitalista”: mesmo não sendo capitalista, o estudante assume, “com motivação”, justificativas e os interesses do capital como seus, assimila estratégias empresariais, reproduz a ideologia que naturaliza a exclusão, a competição, a pressão e a exploração do capital sobre seu trabalho. Com tais análises, objetivamos expor como o empreendedorismo, muito presente nas escolas, se estabelece como centralidade na pedagogia neoliberal. Acreditamos ser importante tal desvendamento sobre o que está por trás do discurso do empreendedorismo no contexto neoliberal, para que possamos, a partir das análises críticas, estabelecer contrapontos pedagógicos que se aproximem de uma perspectiva de educação política, humanizadora e integral.

Palavras-chave: Educação para o trabalho, Empreendedorismo, Reestruturação Produtiva, Capitalismo flexível, currículo



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

Capitalismo, Estado e avaliação da aprendizagem na perspectiva da ontologia do ser social

Maria do Socorro Lima Costa (socorrolcosta@yahoo.com.br)

Frederico Jorge Ferreira Costa

Osterne Nonato Maia Filho

O resumo que ora apresentamos, é parte de um trabalho de investigação mais amplo intitulado: Uma análise ontológica da avaliação da aprendizagem da alfabetização e do letramento no sistema municipal de ensino de Fortaleza: um estudo de caso desenvolvido no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará - PPGE/UECE. Também, é parte integrante dos estudos do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE). As próprias políticas públicas de avaliação apareciam ganhar uma autonomia e hegemonia em relação às outras esferas do complexo educacional, que têm seus fundamentos no desenvolvimento do próprio ser social. Por isso, partimos do pressuposto de que a avaliação é parte integrante de uma totalidade concreta que lhe dá inteligibilidade. A avaliação, por uma série de mediações, vincula-se ontologicamente ao trabalho, à educação, à forma societária de organização, ao modo como as contradições do capital apresentam-se na atualidade, aos movimentos de estruturação do Estado capitalista e à lógica das políticas públicas vigentes, sob o influxo imanente e permanente da luta de classes. Nossa objetivo é analisar ontologicamente a avaliação da aprendizagem no processo de alfabetização e letramento nos marcos das políticas públicas educacionais no Município de Fortaleza. Pois, existe uma diferença entre a função social em torno da avaliação da aprendizagem no interior da sociedade capitalista quando comparada com as necessidades ontológicas da formação humana. A base teórica preliminar da qual partimos é Marx, pois permite compreender os fatos que compõem nosso objeto de estudo para além da aparência fenomênica, integrando-os em uma totalidade processual mais ampla. Nesse sentido, como primeira aproximação procuramos estabelecer as conexões entre trabalho, educação, Estado e crise do capital utilizando autores como Marx (2004, 2013), Lukács (2012, 2013), Tonet (2005) Saviani (1996,2003,2010, 2012), Netto (2006) e Mészáros (2002,2005,2006) entre outros, sem dispensar posições teóricas assumidas por autores que discutem a questão da avaliação como Afonso (2000), Hoffmann (2013), Fernandes (2009), Freitas (2014), Luckesi (2011), Ravitch (2011), Cohen e Franco (1993), Nagel (1996), Saul (1994), pois é necessário apropriar-se do assunto de forma devidamente criteriosa e profunda. Em um segundo momento, realizaremos uma análise crítica de documentos específicos que norteiam a política de avaliação de aprendizagem no Sistema Municipal de Ensino de Fortaleza. Em seguida, faremos um estudo de caso comparativo entre duas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Fortaleza. Como resultados provisórios identificamos que nesse sentido, não é possível pensar criticamente a educação, a escola, as políticas públicas educacionais e a avaliação, em particular, a partir de si mesmas, pelas suas relações internas, mas, contudo, é necessário considerar as conexões entre trabalho, educação e ser social, que são determinantes e estão inseridas nos mecanismos pedagógicos. Em segundo lugar conforme afirma Mészáros (2006), a lógica capitalista necessita de mecanismos eficazes para impor as condições necessárias a sua reprodução, de maneira a parecer algo natural. Assim, a educação torna-se um espaço de grandes preocupações, no sentido de cumprir uma função subordinada à reprodução do capital. Em terceiro lugar na



sociedade moderna, uma mediação essencial entre a lógica do capital e a educação é o Estado. Como destaca Mascaro (2013), há uma vinculação necessária das formas políticas às formas econômicas do capitalismo, a qual é intermediada pela luta de classes. Nessa perspectiva, é possível perceber nas políticas públicas para a educação que a lógica da avaliação está relacionada com as questões econômicas típicas do Estado capitalista, que se encontra subordinado às leis de mercado e ao modelo neoliberal. Essas são as coordenadas que orientam a preocupação pela qualidade e eficiência do sistema educacional.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, Ontologia, Formação humana, Sociedade capitalista



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

A coletivização do trabalho pedagógico como estratégia formativa de novos docentes

Sérgio João da Silva (serginho.pe2007@hotmail.com)
Renato Machado Saldanha

Nenhum professor é, individualmente, totalmente responsável pela formação de seus alunos. O trabalho escolar é sempre coletivo. Porém, os cursos de formação (inicial ou continuada) geralmente não abordam a docência dessa forma, preferindo reforçar a imagem do professor solitário, que enfrenta heroicamente seus desafios. A prática pedagógica é reduzida a resolução de problemas pontuais e a formação se reduz a aquisição de habilidades e sequências didáticas. Desta forma, consolidam-se automatismos que encerram a atuação docente ao espaço e ao tempo da sala de aula. Propomo-nos aqui contribuir para a superação desse quadro alienante, relatando nossa experiência de formação fundamentada na coletivização do trabalho pedagógico. Tal experiência tem lugar, desde março de 2014, na Escola de Referência em Ensino Médio Professor Barros Guimarães, em Glória do Goitá (Zona da Mata Pernambucana), como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O grupo em questão é composto por 10 alunos-bolsistas, graduandos em Educação Física do Centro Acadêmico de Vitória/UFPE, um professor da escola e um professor universitário. Inspirados nos princípios da pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 1991), e na tradição do pensamento pedagógico socialista (PISTRAK, 2011 e 2015), compreendemos ontologicamente o Homem como produto de relações materiais concretas, e o trabalho como princípio pedagógico. A inserção no cotidiano da escola, vivenciando o exercício de um trabalho socialmente necessário, permitiu-nos tematizar as relações sociais ali presentes. Como contraponto ao individualismo, competitivismo, fragmentação e alienação diagnosticados, organizamos coletivamente nossa atuação, buscando construir relações fundamentadas em outros valores, como a solidariedade e a generosidade coletiva. A materialização desse coletivo se dá em reuniões semanais, durante todo o ano letivo. Toda ação pedagógica é planejada e avaliada em conjunto, e todos os membros podem propor temas para estudo ou reflexão. A partir de objetivos determinados coletivamente, as tarefas são divididas sem que se estabeleçam fragmentações, hierarquias e especializações desnecessárias, e sem que se perca a compreensão da totalidade. O registro das ações e discussões contribui para a avaliação a médio e longo prazo, e garante que, mesmo com a mudança de alguns membros, o acúmulo coletivo não se perca. Percebemos que ao invés de cercear, como se poderia supor inicialmente, o trabalho coletivo fortalece a autonomia dos membros do grupo. A compreensão plena dos fundamentos e objetivos de nossa prática pedagógica permite aos sujeitos maior segurança na tomada de decisões durante a execução das tarefas, dando dinamicidade e coerência ao trabalho coletivo. O desenvolvimento de uma maior capacidade organizativa instrumentaliza os sujeitos para uma atuação mais efetiva na escola e nos demais espaços sociais que frequentam. Além disso, ao localizar a ação individual como parte de uma totalidade maior (um projeto histórico de educação e sociedade) a coletivização do trabalho contribui para que os sujeitos compreendam seu papel na dinâmica social, e assumam sua responsabilidade frente às tarefas imediatas e históricas que lhe são colocadas.

Palavras-chave: Formação, Coletivização, Trabalho pedagógico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

Os desafios do ensino de conceitos marxistas na escola sob a ótica da História

Miguel Barboza Castro (miguel_castrobarboza@hotmail.com)

O presente artigo gira em torno de pontuais aulas – que dependendo da temática, abordavam elementos inclusos dentro da teoria marxiana e marxista – desenvolvidas na Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes, no município do Rio Grande – RS dentro do PIBID subprojeto História da Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG. O artigo propõe-se a contribuir a um debate acerca dos desafios presentes no ensino de conceitos marxistas na Escola, de que maneira eles são recebidos pelos educandos, de que forma as principais correntes historiográficas – que tiveram elementos da teoria de Karl Marx e Engels adotados em suas diretrizes - enxergam a temática e como trabalhar esses conceitos de uma maneira adequada. A problematização da educação e da produção de conhecimento histórico também entram em debate, levando à construção do artigo pensamentos do sociólogo francês Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron – no conceito de Capital Cultural e de habitus -, dos membros da Escola Marxista Inglesa Christopher Hill e Eric Hobsbawm, dos fundadores da École des Annales (1929) Lucien Febvre e Marc Bloch, do fundador do positivismo Auguste Comte, em trechos da concepção de Josef Stálin sobre o Materialismo Histórico, em teorias do educador brasileiro Paulo Freire, e em livros de Marx e Engels, entre outros, com o objetivo de promover uma clareza no que diz respeito à formas de interpretar fenômenos e contextos históricos em uma análise abrangente do meio social e sinalizar a necessidade do conhecimento das particularidades de cada educando no universo de vivências e experiências que é uma sala de aula, sem pragmatismos e sem intuições doutrinárias. As vozes do passado ainda ecoam nos ouvidos do presente, precisamos compreender eventos de outrora para conhecer a contemporaneidade. Ademais, e em suma, é possível observar que a relação entre ensino de conceitos marxistas e aulas de História não é uma relação inédita, contudo, isso não quer dizer que é um ato isento de desafios e responsabilidades ao abordar certas temáticas. O educando – que é o objeto deste trabalho – necessita de instrumentais específicos para que a compreensão de alguns conceitos seja efetuada – de modo que seja possível expandir sua visão de mundo e não restringir seus pensamentos à dogmas e verdades absolutas, é em torno dessas discussões que o artigo foi construído.

Palavras-chave: Capitalismo, Patriarcado, Reestruturação produtiva do Capital



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

Formação docente continuada numa abordagem marxista: Ação Escola da Terra - Caucaia/CE

Karla Raphaella Costa Pereira (karla_raphaella@hotmail.com)
Perla Almeida Rodrigues Freire
Maria Aires de Lima
Frederico Jorge Ferreira Costa
Clarice Zientarski

Este resumo trata-se de um relato de experiência sobre a execução da Ação Escola da Terra no Ceará como ênfase na atividade docente no município de Caucaia junto aos professores cursistas. A Escola da Terra é uma ação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído pela Portaria nº 579 de 02 de julho de 2013, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e executado com apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No Ceará, é realizado pela Universidade Federal do Ceará em 19 municípios. A Escola da Terra tem por objetivo promover a formação continuada dos professores que atendam as escolas do campo, indígenas e quilombolas, bem como de oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às necessidades específicas dessas escolas. Este resumo apresenta a experiência de formação no município de Caucaia/CE que fica a 16,5 quilômetros da capital, Fortaleza, com cerca de 350 mil habitantes. Este município teve duas turmas inscritas na Ação. As aulas dos módulos de 01 a 05 ocorreram na Faculdade de Educação (FACED/UFC). Inscreveram-se, na turma dois 49 cursistas, dos quais 28 concluíram. Os módulos didáticos utilizados na formação foram elaborados por um conjunto de professores envolvidos com a teoria marxista. A metodologia de execução e a proposta de práxis pedagógica apresentada aos professores cursistas têm como base a Pedagogia Histórico-Crítica proposta por Demerval Saviani em meados dos anos 1980 e desenvolvida até os dias atuais. Desta forma, partiu-se da análise e problematização de uma prática social, a saber: a educação do campo no contexto da sociedade capitalista, objetivando que os professores cursistas desenvolvessem uma compreensão das contradições e mediações que envolvem sua práxis cotidiana, já que eles estão inseridos no contexto dessa prática social, mas a compreendem de maneira sincrética. Os módulos tinham o objetivo de apresentar conteúdos necessários à elaboração de uma compreensão orgânica, sintética, desta prática social. Seus conteúdos iniciaram-se nos fundamentos do marxismo, como base em seus clássicos e em György Lukács, elaborador de uma corrente ontológica na teoria marxiana, até alcançar a Pedagogia Histórico-Crítica como proposta de pedagogia para as turmas multisseriadas do campo, indígena e quilombola. Os professores cursistas tiveram acesso, então, à teoria marxiana, fundamentando a crítica à sociedade capitalista, consequentemente à educação estrita que nela se apresenta. Como processo de elaboração escrita para conclusão da formação, os cursistas realizaram pesquisas em suas escolas e, em seguida, elaboraram resumo expandido para apresentar a análise dos resultados da pesquisa. A formação docente continuada é um desafio que se apresenta à teoria marxista da educação, pois deve apresentar um debate fundamentado numa leitura crítica da realidade, superando o que está posto pelas teorias não críticas e crítico reproduktivistas da educação, mas apresentar uma alternativa de práxis aos professores. A educação do campo é, nesse sentido, um espaço fértil para tais discussões por ser um espaço constituído dentro das lutas dos movimentos sociais do campo. Avalia-se a experiência como



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

demonstração de que é possível executar atividades que visem ao interesse da formação da classe trabalhadora no interesse de constituir seu projeto de sociedade de homens verdadeiramente livres.

Palavras-chave: Formão continuada, Educação do campo, Teoria marxista, Pedagogia Histórico-Crítica

Financiamento/Apoio: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

Utilização das categorias literárias de Lukács na práxis do professor de literatura

Karla Raphaella Costa Pereira (karla_raphaella@hotmail.com)
Frederico Jorge Ferreira Costa

Este resumo apresenta alguns resultados obtidos em pesquisa de mestrado em Educação com concentração na área de formação de professores. A teorização sobre a realidade deve ter início na vida cotidiana e a ela retornar num movimento de enriquecimento. Da mesma forma, pesquisas sobre a práxis docente devem contribuir com o cotidiano escolar. O estudo teve como objetivo relacionar algumas categorias elencadas por György Lukács em seus escritos de crítica e teoria literária com a práxis do professor de literatura na escola pública brasileira. As categorias estudadas foram figuração, narração [centralidade da ação], fisionomia intelectual, autonomia, perspectiva, tipicidade e genericidade. O método marxiano permitiu partir da prática do professor de literatura na sociedade capitalista, pela percepção de que ele se situa numa compreensão de arte que não leva em conta a percepção ontológica desse complexo social, sendo explicado apenas como epifenômeno na sociedade humana ou como uma capacidade inata e transcendente. A metodologia desenvolvida se compôs de duas partes fundamentais. Primeiramente, uma pesquisa bibliográfica da obra do filósofo húngaro György Lukács que trata da questão da arte e da literatura para elencar as características e categorias que esboçassem uma compreensão revolucionária desses dois objetos humanos. Em seguida, realizou-se um estudo documental das Orientações Curriculares Nacionais da área de Linguagens, códigos e suas tecnologias, especificamente do capítulo sobre a literatura. A escolha deste documento se justifica porque, dentre os que direcionam o ensino de linguagens, ele é o único que apresenta um capítulo específico para a literatura. A análise do documento centrou-se na captação dos fundamentos filosóficos e estéticos para a prática do professor de literatura na compreensão do discurso oficial exposto no documento. O movimento metodológico permitiu compreender que as diretrizes para o ensino de literatura tomam uma concepção de arte e de trabalho que se alinham aos interesses da sociedade capitalista. Tal demonstração aponta para a necessidade de organização da classe trabalhadora no sentido de conquistar uma escola pública e um ensino de arte e literatura que condigam com os interesses dos trabalhadores. A pesquisa bibliográfica com foco em expor as categorias acima mencionadas dá indicações de que é possível construir elementos didáticos úteis ao ensino de arte e literatura com foco em auxiliar na autoconsciência de si que a arte procura estabelecer no mundo dos homens. É possível afirmar que as teorizações lukacsianas podem contribuir com uma práxis docente revolucionária, daí a necessidade de que os professores tenham acesso a esse conhecimento.

Palavras-chave: Arte, Literatura, Formação humana, Formação docente



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

Alfabetização e Letramento à luz da ontologia marxiana-lukacsiana

Lenha Aparecida Silva Diógenes (lenhadiogenes@hotmail.com)

Josefa Jackline Rabelo

Francisca Maurilene do Carmo

O presente trabalho – parte de nossa pesquisa de Doutorado na Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes da Universidade Federal do Ceará - busca analisar os elementos que integram os programas de formação de professores alfabetizadores no estado do Ceará. Sabe-se que o processo de alfabetização escolar, no Brasil, tem passado por mudanças conceituais e metodológicas, fundamentadas no discurso segundo o qual as crianças da classe trabalhadora não estão aprendendo, sendo necessário, de acordo com o discurso oficial, haver uma transformação na teoria que orienta os profissionais responsáveis por esta tarefa. Nesse contexto, a partir dos anos 1980, o domínio da língua escrita passou a figurar como um dos temas centrais nos debates sobre educação. Nesse período, surgem, então, novas orientações direcionadas aos professores de língua portuguesa, cujo discurso fetichizado, anuncia que a tábua de salvação da alfabetização seria, a partir de então, a substituição das categorias de alfabetização por letramento. Procuraremos questionar algumas afirmações sobre o fazer pedagógico dos professores alfabetizadores, bem como a teoria que fundamenta a atividade desenvolvida pelos mesmos. Ancorados em Marx e Lukács, investigaremos de modo mais preciso a existência dos elementos subjacentes a esse discurso e suas implicações para a manutenção dos pilares que sustentam a sociedade burguesa. Nessa perspectiva, elencamos como objetivos da nossa pesquisa: Refletir sobre as atuais políticas para formação de professores alfabetizadores; Investigar os fundamentos teóricos e ideológicos que norteiam as políticas de formação de professores alfabetizadores e analisar as categorias alfabetização e letramento, à luz da ontologia marxiana-lukacsiana.

Nossa atividade investigativa tem como fundamento a compreensão ontológica marxiana-lukacisana sobre a constituição do homem enquanto ser social, histórico. Tais pressupostos, ancorados na complexa totalidade do ser social, auxiliarão nossos esforços no sentido de analisar os programas de formação de professores alfabetizadores, especialmente, o PAIC (Programa Alfabetização na Idade Certa). Cabe esclarecer que a compreensão de qualquer objeto à luz da ontologia marxiana significa apreender na essência os nexos do objeto com a totalidade social, bem como, reafirmar a necessidade histórica da “superação radical do modo de produção capitalista” e a edificação da “sociabilidade comunista na qual esteja superada toda forma de exploração, de opressão e de dominação do homem pelo homem e na qual se abra a possibilidade de plena realização para todos os indivíduos” (TONET, 2013, p. 128). O trabalho será realizado através de uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental. Na pesquisa teórico-bibliográfica, faremos uma revisão da literatura sobre o objeto de estudo, que contemplará as reflexões marxistas em torno da análise da crise estrutural do capital e dos seus desdobramentos no campo educacional. Para tanto, usaremos Marx (1987, 2004, 2008), Marx; Engels (2001, 2002), Lukács (1980), Lessa (1996), Tonet (2000) Klein (2002), e Vygotski (2003).

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Formação de professores, Ontologia marxiana



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

O método histórico-dialético como prática pedagógica na compreensão das transformações sociais em curso

Julia Kilme Gama de Castro (gamakilme21@yahoo.com.br)

Lorena Carvalho

Damares Oliveira

Nivania Amancio

Admitindo a configuração política da educação formal como um elemento estratégico da superestrutura social utilizado para manutenção das ideologias hegemônicas, numa era em que a informação e a comunicação se tornaram mecanismos poderosos de controle social, pode-se afirmar que a educação constitui um dos projetos sociais mais modernos e preciosos das classes dominantes. No entanto, numa sociedade de classes antagônicas, o compromisso educativo se divide tanto a serviço das classes dominantes como das dominadas, sendo que os meios de se empreender projetos educacionais emancipatórios são habitualmente precários, naturalmente dificultados pela força contrária da hegemonia. A escola, que ao longo da história foi se delineando como uma instituição técnica, burocrática, controlada pelo Estado, assume o papel imprescindível de conformidade ideológica, estabelecendo, já desde a educação infantil, uma padronização do saber, fundamentado nos princípios de ordem e produtividade. Tal cenário no Brasil se intensificou com a contrarreforma do Estado, quando se observa uma maximização da esfera privada em relação à pública e acentuam-se os efeitos econômicos e políticos do neoliberalismo, afetando também diretamente a educação. Nesse contexto, como tem se efetivado a educação voltada para o fortalecimento e autonomia da classe trabalhadora? Os grupos que compõem as classes capitalistas são fortes, organizados, detêm muito mais clareza de seus interesses político-sociais que os grupos que formam as classes trabalhadoras, extremamente divididos pela fragilidade na consciência de classe, dadas as históricas condições materiais que os desagregam. A educação também é um forte instrumento para a consolidação da luta emancipatória, no entanto, é preciso ir na contramão das metodologias que analisam a realidade num contexto de isolamento individual, sem observar sua relação com a dinâmica social, não considerando seu movimento essencialmente contraditório e de constante transformação. O método histórico-dialético, que fundamenta o pensamento marxista, apresenta-se como instrumento lógico de interpretação da realidade a partir de uma concepção concreta da totalidade, da compreensão integrada e dinâmica das partes que a compõem, de forma a possibilitar uma apreensão mais efetiva das transformações sociais. Destarte, este estudo pretende investigar inicialmente os fundamentos teórico-práticos do método, seus princípios e leis de movimento, considerando-o como ferramenta pedagógica imprescindível na educação das classes exploradas. Em seguida, pretendemos analisar as possibilidades e limites de sua utilização enquanto prática pedagógica, na busca pela compreensão da realidade objetiva, considerando suas diversas contradições. Por entendemos a prática pedagógica primordialmente como uma prática social, examinaremos os contextos, as relações e as especificidades dos conhecimentos e dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem. Nem como dogma, nem como verdade absoluta. Conhecer com propriedade o método histórico dialético se faz essencial para a compreensão da medula desse complexo sistema social que construímos e somos parte. É preciso, portanto, também



manter a postura crítica, científica e dialógica em sua apreensão; do contrário, corre-se o risco de agravar as ações sectárias, afetando seriamente a possibilidade de a sociedade dar passos efetivos rumo ao desbaratamento do organismo gangrenoso do capital.

Palavras-chave: Método histórico-dialético, Prática pedagógica, Transformações sociais



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Prática Docente

Relato de experiência de ginastica no PIBID: a luz das teorias críticas

Williane Nayara de Souza e Silva (willy_nayara@hotmail.com)

Thamyrys Fernanda Cândido de Lima Nascimento

Marcela Daniela Muniz Arruda

Josefa Uérica de Araújo Nogueira

Marco Fidalgo

Introdução: Historicamente, as aulas de Educação Física no Brasil estão vinculadas quase que exclusivamente aos paradigmas da Esportivização e da Aptidão Física. Neste sentido, os conteúdos esportivos são dominantes nas aulas de Educação Física Escolar, priorizando-se apenas seus aspectos motores e biológicos e sendo desconsiderados seus referenciais históricos e sociais. Para agravar este cenário, os outros conteúdos da Cultura Corporal como as ginásticas, as lutas, os jogos e as danças não são contemplados nas aulas. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar um relato de experiência docente desenvolvida com o conteúdo Ginástica. **Metodologia:** As ações docentes foram desenvolvidas por acadêmicos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Educação Física-CAV/UFPE em turmas do 1º e 3º anos do ensino médio no ano de 2015 de uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE. Foram buscados subsídios teórico-metodológicos no Materialismo-Histórico-Dialético, na Psicologia Histórico-Cultural, na Pedagogia Histórico-Crítica e na Abordagem de Ensino Crítico-Superadora. Estratégias didáticas como aulas expositivas dialogadas, vivências práticas, oficinas de movimento, estudos dirigidos, trabalhos em grupo, apresentações didáticas, debates, pesquisa escolar, júris, parcerias interdisciplinares e Festivais que trataram os conhecimentos acerca da Ginástica e relacionaram seus determinantes biológicos, técnicos, históricos, culturais, políticos e econômicos à cerca da realidade dos escolares. **Considerações finais/ Avaliações:** Durante nossas intervenções, pôde-se perceber que o PIBID é importante para a Formação Acadêmica dos licenciandos pois possibilitou o confronto entre o conhecimento produzido na Universidade e a realidade escolar concreta. Ademais, foi também observado um salto qualitativo no que diz respeito ao trato com o conhecimento por parte dos escolares, pois a partir das problematizações e instrumentalizações os mesmos puderam compreender de maneira ampliada sobre a Ginástica enquanto uma construção humana.

Palavras-chave: Ginastica, Educação física escolar, PIBID

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Universidade Federal de Pernambuco



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia

As estratégias do capital: a formação de psicólogos para uma economia de mercado

Luiz Roberto Paiva de Faria (luizroberto.psi@bol.com.br)
Raquel Souza Lobo Guzzo

O presente estudo tem como elemento central o papel que joga a estrutura da formação profissional na manutenção (ou revolução) de uma ordem mundial de funcionamento da vida no capitalismo. Por este estudo, vimos os artifícios ideológicos e cognitivos que fundamentam a prática profissional, particularmente a do psicólogo, nas redes produtivas, sociais e cotidianas. O estudo questiona o próprio conceito de crítica dentro da psicologia crítica ao entender que a própria estrutura acadêmica e disciplinar psicológica é fruto das relações de mercado e, deste modo, a psicologia sendo crítica precisaria abandonar os seus limites conceituais que a identificam enquanto tal. O estudo está apoiado em três marcos teóricos fundamentais: o conceito de autopoiese – termo cunhado por Varela e Maturana para designar sistemas autorreguladores vivos -, o conceito de atitude, clássico da psicologia social, e a teoria marxiana, com especial destaque para a ideologia e as estruturas sociais do capital. O objetivo deste estudo foi verificar como professores de psicologia de universidades particulares tratavam a questão do papel da psicologia na estruturação das relações sociais de produção, o que implica a produção não só do capital e de sua materialidade, mas também produção de subjetividades para o mundo capitalista.

Para tanto, foram convidados aleatoriamente 6 professores universitários de universidades particulares, que se voluntariaram em participar de entrevista. Atendidos todos os protocolos éticos da pesquisa, as entrevistas foram realizadas em local combinado com o entrevistado, gravadas, transcritas e analisadas. Para a análise, serviu de base o questionário semiestruturado utilizado como instrumento de indagação. Neste, as questões de cunho teórico prático que indicavam desde prática docente em sua operacionalidade até a posição do entrevistado com vista à relação capital/trabalho foram levantadas por meio de uma estrutura investigativa apoiada no conceito de atitude, o que dividiu o questionário em três fatores e sua vinculação com cada tema: os cognitivos, os afetivos e os comportamentais. Os resultados indicam o seguinte: Mesmo entre os professores cuja orientação era autodeclarada a de uma psicologia crítica, a perspectiva de uma psicologia que seja instrumento de revolução social é, na prática, um equívoco, já que esses não admitem a clara vinculação da institucionalidade da psicologia com a materialidade do capital. Na média, os professores adotam duas posturas, frente à questão das mazelas produzidas pelo capital e sua relação com a psicologia: ou uma postura conformista otimista – ou seja, é assim mas é BOM que seja assim e NATURAL que seja assim, ou uma postura conformista pessimista, ou seja, é assim e que PENA que seja assim, pouco podemos fazer – o que Martin Baró denomina de fatalismo. No interior das relações de capital/trabalho, a dinâmica, apesar da agressiva política de desqualificação da formação e da carreira docente, parece ser confortável e articulação política inexistente. Nenhum dos entrevistados demonstrou interesse nessa articulação e, alguns, inclusive, a temem. Atendendo exclusivamente ao interesse do grande capital, os programas, mesmo falando em psicologia crítica (em alguns currículos o marxismo é uma pauta de discussão na formação) não cumprem o seu papel de elevar a consciência do trabalhador formado por essas universidades a uma identidade de sujeito de direitos e de centro das relações de produção.

Palavras-chave: Autopoiese, Subjetividade, Emancipação

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia

A crise da Psicologia na década de 1920 por Vigotski e Politzer: uma análise comparativa

Bruno Peixoto Carvalho (pcarvalhobruno@gmail.com)

Ana Flávia Bezerra Toledo Camargo

Bárbara Caroline Celestino Palhuzi

Nataly Batista de Jesus

A presente pesquisa objetiva caracterizar a crise da psicologia na década de 1920 a partir de dois de seus principais expoentes, Georges Politzer (1903-1942) e Liev Semiónovitch Vigotski (1896-1934), comparando seus dois principais trabalhos sobre o tema, a saber: “Crítica dos fundamentos da psicologia” (1928), de Politzer e “O Significado Histórico da Crise da Psicologia” (1929), de Vigotski. O projeto de Politzer de escrever mais dois volumes de sua crítica fora abandonado em virtude das tarefas assumidas como militante do Partido Comunista Francês, de modo que apenas quedou conclusa sua crítica à psicanálise. A caracterização das demais escolas, na conformação da crise, entretanto, está resumidamente exposta na introdução de dita obra. Ressalte-se que estas não são as únicas obras em que os referidos autores problematizam o tema da crise, mas sim aquelas em que sintetizam suas respectivas análises e possibilidades de superação. No caso de Politzer, há ainda que se fazer menção ao livro “La crise de la Psychologie Contemporaine”, título publicado em 1947, após sua morte, que reúne seus dois artigos publicados na “Revue de Psychologie Concrète”. Vigotski e Politzer situam o behaviorismo reflexológico, a gestalt e a psicanálise como as três grandes tendências teóricas que conformavam a crise da psicologia, entretanto, as saídas que propõem para a superação da crise divergem sensivelmente. A análise vigotskiana se ancora em sua concepção de ciência geral e na incapacidade das escolas vigentes à época de verterem-se em ciência geral; cada uma delas, a seu modo, transformou descobertas e conceitos em princípio explicativo geral. Similarmente, procede Politzer ao constatar que a psicologia constitui-se na base da abstração, razão pela qual dirige sua crítica à “ideologia central da psicologia”. Politzer, tal qual Vigotski, comprehende que o desenvolvimento da psicologia oscilou entre dois extremos: o idealismo/subjetivismo e o materialismo mecanicista. Para ambos, a superação da crise da psicologia dar-se-á em favor da psicologia objetiva, que contém o gérmen da nova psicologia. Para Vigotski, este gérmen encontra-se na reflexologia, também objeto da crítica vigotskiana por representar, na psicologia, o materialismo vulgar nos intentos de reduzir as funções psicológicas superiores a uma generalização de reflexos (como, por exemplo, na formulação pavloviana da linguagem como segundo sistema de sinais). Politzer, de outro lado, identifica na psicanálise a psicologia objetiva, de onde extrai seu conceito de drama. Este o momento em que se encontra a presente pesquisa. A temática da crise da psicologia não tem sido tomada como objeto de investigação na literatura nacional em psicologia, em que pese suas principais determinações, tal qual arroladas por Vigotski e Politzer, persistam no campo. As análises de Vigotski e Politzer – se atualizadas em acordo com o desenvolvimento das teorias psicológicas (o behaviorismo radical, a psicanálise lacaniana, o cognitivismo e, acrescente-se a isso, as tendências psicológicas orientadas pelo campo da pós-modernidade, como, por exemplo, o construcionismo social) – permanecem contemporâneas a uma análise da crise da psicologia na contemporaneidade, uma vez que ainda totaliza os problemas metodológicos, teóricos e práticos com os quais se enfrenta a psicologia.

Palavras-chave: Crise da psicologia, Fundamentos da psicologia, Análise comparativa, Lev Vigotski, Georges Politzer



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia

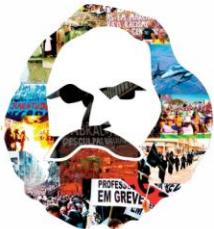
Classes sociais, psicologia de classe e consciência: diálogos marxistas na Psicologia da Libertação

Gabriel Silveira Mendonça (mendoncags@gmail.com)
Larissa Soares Baima

O presente trabalho tem como objetivo discutir as teses da Psicologia da Libertação desenvolvida por Ignácio Martín-Baró (IMB) acerca da determinação das classes sociais nas formas de pensar, sentir, querer e agir dos indivíduos que as constituem, o que concebe como a constituição de uma psicologia de classe e sua relação com processo de conscientização. Sob influência da tradição marxista, o psicólogo social salvadorenho propõe a utilização da teoria das classes sociais do marxismo para as análises psicossociais. Compreendendo classes sociais como produto da divisão social do trabalho, apresenta o conceito a partir de três elementos essenciais: 1) referência ao modo de produção como determinante fundamental das relações sociais e da constituição de grupos antagônicos; 2) a luta de classes como elemento definidor, em cada formação social, das classes fundamentais; e 3) sua existência como dado objetivo, que não depende da consciência ou vontade subjetivas. A partir disso, as análises psicossociais devem articular os grupos primários (marcados por relações estreitas e afetivas, comunicação pessoal e frequente, como as famílias) à seu pertencimento aos grupos estruturais (as classes sociais). Pois se os grupos estruturais (as classes sociais) são os determinantes fundamentais da relação indivíduo e sociedade, ainda que não os mais imediatos, então é possível falar de uma psicologia (modo de ser e pensar no mundo) de classe. Porém, embora o indivíduo pertença a uma classe (grupo social estrutural concreto), não necessariamente sua atividade atende os interesses sociais de sua classe objetiva, quer dizer, sua psicologia de classe pode ou não condizer com sua consciência de classe, e isso pode mostrar seu grau de autenticidade e de alienação. Por isso, existe uma diferença entre pertencimento e consciência social de classe, pois a primeira é objetiva e independe do conhecimento ou vontade subjetiva (classe em si), enquanto a segunda remete à articulação entre saber e fazer conforme os interesses objetivos da própria classe. É, assim, tarefa coletiva criar formas de organização e práticas políticas capazes de mudar as estruturas básicas da organização social exploradora. Sob a influência de Paulo Freire, IMB reivindica a conscientização como uma forma de propiciar a desalienação e a construção de mudanças sociais, avançando a consciência presentista para uma consciência de classe. Nesses termos, está em questão uma aproximação da psicologia de classe com os interesses objetivos de classe (uma confluência entre psicologia e consciência de classe), favorecida pelos momentos de crise social. É preciso considerar os limites do avanço de consciência também postos pela própria realidade, dada a determinação dialética de objetividade e subjetividade. Assim, o avanço da conscientização tem como eixo fundamental o processo de transformação da realidade, pois, na medida em que se transformam as relações dos sujeitos com o mundo, também se modificam as formas de compreender a realidade.

Palavras-chave: Psicologia da Libertação, classes sociais, psicologia de classe, conscientização, marxismo

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia

Em defesa de um “materialismo vigotskiano”: um estudo histórico-conceitual da psicologia soviética

Gisele Toassa (gtoassa@yahoo.com.br)

Esta comunicação oral situa-se na interface entre história e teoria da psicologia, circunscrevendo-se ao campo dos Fundamentos da Psicologia. Nela, relatam-se conclusões parciais de pesquisa sobre o campo conceitual da síntese psíquica (isto é, termos como consciência, personalidade, reflexo, individualidade) nas obras de L.S. Vigotski e A.N. Leontiev, as quais versam sobre os fundamentos filosóficos do materialismo de Vigotski. Uma de suas diretrizes essenciais é a crítica à narrativa da troika Luria-Vigotski-Leontiev como fundadora da psicologia de base vigotskiana (também conhecida como sócio-histórica, histórico-cultural etc), e também “genuína” interpretação histórica marxista da gênese da psicologia soviética. Ademais, justifica-se em função da crescente importância adquirida pelos estudos marxistas da psicologia soviética, que, a despeito de sua abrangência no território nacional, não logrou ainda uma compreensão aprofundada do sentido do materialismo dos autores em questão e seu potencial interpretativo para questões de psicologia e educação. Salientam-se as contribuições de Vigotski para o quadro social contemporâneo, no qual a classe trabalhadora persiste na busca por uma nova consciência, novos roteiros e novas formas de organização política. Assim, esta comunicação busca identificar brevemente as especificidades do marxismo de Vigotski por meio de uma rigorosa análise imanente. Imanente porque parte dos objetivos originais do autor por meio de seus textos, em relação com a história das ciências e filosofia soviéticas. A metodologia de pesquisa entrelaçou textos históricos e teóricos na composição de um estudo histórico-conceitual que empregou, sempre que possível, o recurso à comparação das traduções com as edições originais em russo. O corpus da pesquisa parcial a ser relatada nesta comunicação abrange: (1) numerosos trabalhos de Vigotski e comentadores publicados em português, inglês e espanhol entre 1924 e 1934 (destacam-se M. Elhammouni, D. Joravsky, A. Yasnitski), com atenção especial a “O Significado Histórico da Crise na Psicologia” (SHCP, 1927); (2) trabalhos de A.N. Leontiev, Rubinshtein e vários outros autores da psicologia soviética entre os anos 1920s e 1970s; (3) dois textos de A. Deborin, quatro de G. Plekhanov, dois de B. de Espinosa, um de Hegel, dois de Engels, um de Lênin, além dos comentadores G. Kline, M. Chauí, D. Harvey e vários outros. As conclusões parciais desta pesquisa levam-me à afirmação de que Vigotski criou seu próprio materialismo psicológico marxista, mais do que aplicou o materialismo dialético à psicologia (tal como afirma Elhammouni), já que Vigotski contradiz explicitamente tal asserção no SHCP. Em minha análise, tal “aplicação” tende a borrar importantes diferenças entre a obra de Vygotsky e outros psicólogos soviéticos (especialmente os mais devedores da Teoria do Reflexo de Lenin, privilegiada no interior da doutrina oficial de Stálin, o “marxismo-leninismo”, a partir dos anos 1930). Como suporte a essas percepções, trabalharei brevemente alguns dos fundamentos ontológicos e epistemológicos do materialismo psicológico vigotskiano, com ênfase na presença de Espinosa entre os marxistas russos e na preocupação de Vigotski em desenvolver um raciocínio materialista a partir da própria psicologia – mais do que importar soluções dos clássicos do marxismo – além do contraste entre o materialismo dialético dos anos 1920 e das décadas subsequentes.

Palavras-chave: Debates em torno da Teoria Social Marxiana e Tradição Marxista

Financiamento/Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Psicologia

A Política de Assistência Social e a atuação do psicólogo à luz da Psicologia Crítica

Rebeca Kelly Gomes da Silva (rebecakelly3@gmail.com)

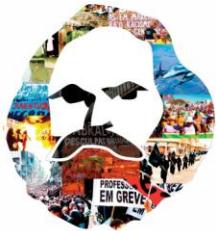
Angela Beatriz Coelho Santos

Juciara Noara Santana de Araújo Costa

Laís Michelle da Rocha Silva

Com a nova organização da política de assistência social, aprovada no ano de 2003, foi implantado o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, cuja característica principal é a promoção de ações efetivas abrangentes. Nesse novo formato, a política de assistência social subdivide-se em dois níveis de proteção: básica e especial. A Proteção Social Básica está direcionada à prevenção de situações de vulnerabilidade, objetivando potencializar os indivíduos e suas famílias. A Proteção Social Especial engloba os serviços de média e alta complexidade, relacionando-se à proteção de indivíduos e famílias que estão em vivenciando situação de risco pessoal e social. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a instituição responsável pela proteção especial, onde são oferecidos os serviços de proteção e apoio aos indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que não houve o rompimento dos vínculos. Objetivando compreender o seu funcionamento, ações, atuação do psicólogo em tal espaço institucional, bem como as ferramentas teóricas-metodológicas que norteiam sua prática, além de propiciar reflexões sobre o papel do psicólogo na sociedade. Para que houvesse a coleta de informações, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com três psicólogos provenientes de três CREAS do município de João Pessoa/PB, após autorização da Coordenação Geral dos CREAS/JP, entre os meses de Outubro e Novembro de 2015. Por meio das entrevistas (relatos de experiência) foi possível ter uma maior dimensão do contexto que está inserido o psicólogo que exerce sua função em meio às políticas de Assistência Social, rompendo assim com a atuação tradicional individualizante e produtora de segregação. A práxis do psicólogo em tal contexto deve ser pautada na reflexão crítica, promovendo a conscientização dos sujeitos. A Psicologia Crítica fornece subsídios para a prática do psicólogo nas políticas públicas, pois amplia a discussão acerca das práticas dominantes e a colaboração destas para a permanência da discriminação e opressão em relação aos sujeitos que encontram-se em situação de vulnerabilidade. É necessário compreender as contradições da ideologia dominante e atuar de modo transformador. A partir do exposto, tem-se dentro da Psicologia Crítica as perspectivas da Psicologia Comunitária e a Psicologia Social da Liberação, que têm como princípio a participação ativa da população nos processos em que está inserida, buscando assim, junto com essa comunidade encontrar diferentes possibilidades para o enfrentamento de suas situações de vulnerabilidade. A partir dessa perspectiva, o profissional de psicologia no campo da política pública de assistência social rompe com as práticas diretivas e individualizantes, e assume um papel de compromisso com as reais causas do sofrimento da população, considerando todos os fatores que podem interferir nesse processo, sejam eles de cunho social, político ou econômico. Os princípios da Psicologia Comunitária e da Psicologia Social da Liberação podem ser ligados às propostas da PNAS, ao passo que ambas visam o desenvolvimento e a promoção social. Dessa forma, considera-se que tais perspectivas da Psicologia Crítica são as mais adequadas para atender às demandas de atuação do psicólogo no SUAS.

Palavras-chave: Psicologia crítica, Psicologia Comunitária, Psicologia Social da Liberação, CREAS



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

A expansão do curso de Serviço Social no sertão paraibano: determinantes e contradições

Maria Cláriça Ribeiro Guimarães (clarica.ribeiro@gmail.com)
Doniêgo Ferreira de Lima

A pesquisa tem como objeto de estudo o surgimento do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no contexto do processo de interiorização dos cursos de Serviço Social a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Sua relevância social, acadêmica e para a profissão justifica-se pelo fato de o curso de Serviço Social da UFCG, campus Sousa, criado apenas em 2009, como decorrência da adesão da universidade ao REUNI, consistir no mais recente espaço público e presencial de formação de assistentes sociais no estado da Paraíba, ofertado em um cenário no qual prevalecem cursos criados com natureza privada, inseridos em instituições não-universitárias e portanto não obrigadas à realização de pesquisa, acrescido do fato de as vagas oferecidas na modalidade à distância representarem praticamente o dobro daquelas na modalidade presencial. Com esse horizonte, a presente pesquisa desenvolve-se com o objetivo de delinear o perfil da política educacional brasileira a partir dos anos 1990 e principalmente no pós 2000; avaliar a concepção, objetivo e características do REUNI e identificar as principais determinações para a expansão e interiorização do curso de Serviço Social, em particular, no cenário paraibano. Para tanto, adotamos a perspectiva da totalidade inscrita no método em Marx, a qual nos parece a via possível para apreender o real em suas múltiplas determinações, articulando aparência e essência em sua relação dialética. Tal esforço teórico-metodológico demandou, como procedimento adotado, a ampla revisão bibliográfica, a exemplo do levantamento da produção teórica existente sobre o tema, particularmente no que se refere às categorias: Serviço Social, Universidade, Contrarreforma Educacional e Formação Profissional, além do recurso à pesquisa documental. O projeto, ainda em andamento, tem identificado dentre os principais resultados e “achados” de seu processo investigativo a linha tênue e contraditória entre o acesso e a precarização na qual se situa a chegada de cursos públicos de ensino superior no interior do país, uma realidade ainda recente em muitas localidades onde estes eram até então inexistentes ou exclusivamente pertencentes à rede privada de ensino. De um lado, verifica-se um importante enfrentamento à histórica desigualdade regional no acesso ao ensino superior no Brasil e, de outro, um quadro de muitas dificuldades de infraestrutura e garantia de qualidade na formação ofertada por esses cursos, criados sob a lógica do REUNI e de uma das características mais gritantes do programa mencionado: a intensificação e precarização do trabalho docente. Ademais, a pesquisa em questão tem apreendido também uma possível relação entre o aumento quantitativo de cursos de Serviço Social a partir de 2006 e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, o qual prevê a existência de pelo menos um (a) assistente social em cada CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Outra possível explicação com a qual temos nos deparamos em nossa pesquisa no que diz respeito às principais determinações para a expansão e interiorização do curso de Serviço Social, em particular, no cenário paraibano, é o suposto baixo custo que o curso exige, pois não requer gastos com a construção de laboratórios ou compra de equipamentos de alta tecnologia para sua manutenção e funcionamento.

Palavras-chave: Serviço Social, Universidade, Contrarreforma educacional, Formação profissional.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

Práxis e Serviço social: reflexões a partir do estágio supervisionado

Monny Mirelle de Carvalho Araujo (monnymirelle@gmail.com)

Luana Alves da Silva

Franqueline Terto dos Santos

O presente resumo foi elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Os estudantes do curso de Serviço Social reproduziam discursos, já apontados pela autora Yolanda Guerra, que dicotomizam a unidade teoria e prática, tratando da atuação profissional do assistente social enquanto prática desvinculada das teorias apreendidas em sala de aula. Mas como se deu a apreensão da práxis profissional após as duas fases da formação profissional (debate teórico e estágio supervisionado) compreendidas por Marilda Iamamoto enquanto unidades de um mesmo processo? Essas falas sofreram modificações ou encontraram arcabouço teórico na prática do estágio supervisionado? Nessa orientação, o objetivo dessa pesquisa é apreender o significado da práxis do Serviço Social para esses estudantes. Para alcançar os objetivos propostos recorremos aos pressupostos teóricos da teoria social crítica que fundamenta o Serviço Social na contemporaneidade, por meio de pesquisa bibliográfica, principalmente das categorias analíticas “práxis”, “formação profissional” e “estágio supervisionado”. Além da pesquisa bibliográfica, utilizamo-nos da pesquisa de campo de natureza qualitativa, em que por meio de entrevista fizemos o levantamento sobre a apreensão da relação teoria-prática com 23 estudantes estagiários do 8º período do curso de Serviço Social noturno da FRM, campus Maceió. Na maioria das entrevistas houve avaliação negativa, por diversas razões: alguns estudantes avaliaram negativamente os espaços ocupacionais que, de acordo com os mesmos, limitavam as ações dos assistentes sociais e não condiziam com o aprendido no curso, invalidando-o; a insuficiência ou mesmo a ausência da articulação entre as teorias acadêmicas e as ações dos campos de estágios nas supervisões acadêmicas... A partir das nossas análises, constatamos equívocos nas interpretações sobre a teoria marxiana, pois é esperado um suporte técnico-operativo e uma orientação para a atuação profissional, quando na verdade esta teoria fornece subsídios para o esclarecimento sobre os fundamentos da sociedade burguesa e suas contradições e como se dão as relações que configuram a sociedade de classes. As entrevistas apontaram que algumas dificuldades na apreensão dos estudantes sobre o cotidiano profissional referem-se às lacunas ao acionarem o acervo teórico, histórico e metodológico apreendido (se apreendido) durante a formação acadêmica no curso. E assim, sentem dificuldade de discernir os limites do profissional e os limites do espaço ocupacional, impactados pelas dinâmicas do capitalismo, seus reflexos danosos na exploração do trabalho, nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, bem como no retraimento das políticas sociais, reflexo do Estado neoliberal. Fica para o supervisor acadêmico o papel pedagógico de construir estratégias e instrumentos que proporcionem a observação do cotidiano profissional e a problematização dos aspectos observados à luz da reflexão crítica. Sobre essa questão, identificamos que, outro fator preocupante que predomina nas respostas dos entrevistados refere-se a algumas supervisões acadêmicas de estágio definidas como ausentes de aprofundamento dos debates teóricos. Nessa falta dos debates nas supervisões acadêmicas, os entrevistados afirmaram que os conteúdos das disciplinas da matriz curricular foram cruciais para o entendimento sobre as atribuições privativas do Serviço Social, a postura ética e o conhecimento acerca das políticas sociais e as relações sociais.

Palavras-chave: Serviço Social, Práxis, Estágio supervisionados Formação profissional, Marxismo.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

A categoria pobreza na formulação das políticas sociais no contexto latino americano

Monny Mirelle de Carvalho Araujo (monnymirelle@gmail.com)
Maria Adriana da Silva Torres

O presente artigo faz uma análise sobre a configuração assumida pela Política Social no cenário sócio histórico da América Latina, e seu desenrolar a partir da crise de 1970 até os anos 1990 quando atribui a focalização na pobreza às suas formulações basilares como resposta ao aumento do desemprego e da população pobre local. O nosso objetivo é: identificar os fundamentos ontológicos da política social; sua função no desenvolvimento e inserção da América Latina no imperialismo; como os autores avaliam o seu impacto nas camadas sociais e, a partir da perspectiva de universalidade e direitos sociais, identificar como se desenvolveram as suas formulações no processo histórico e dinâmico do capitalismo. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica nas produções teóricas marxistas, especificamente de autores latino americanos, sob a perspectiva da dependência, além de consultarmos dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para conhecimento dos dados relacionados à realidade local. Em nossa pesquisa, observamos que a partir dos anos 1970, em resposta à crise global, o Estado passa por uma reconfiguração no seu papel atingindo de forma direta e grave as políticas sociais, o que afeta diretamente as condições de vida da classe trabalhadora em todo o globo. Nesse contexto, a América Latina sofreu mudanças no cenário social, como o redirecionamento dos modelos de desenvolvimento. Os anos de 1980 foram marcados por modificações estruturais na liberação da economia e reforma estatal, alguns países periféricos tiveram como avanço a extensão das políticas sociais atendendo amplamente toda a sociedade, por meio da adoção do princípio da universalização, principalmente no que tange as políticas de educação, previdência e saúde. Porém, o aumento das demandas deparou-se com o déficit na infraestrutura de distribuição dos benefícios, isso, em razão dos problemas fiscais no continente neste período, o que prejudicou o direcionamento de recursos públicos para as políticas sociais e a qualidade dos serviços prestados. Em decorrência dos ajustes fiscais promovidos pela política econômica, a década de 1990 foi marcada por desemprego e pobreza social generalizados, um processo de desmonte das políticas sociais e de contra reforma do Estado e ressurgimento das iniciativas de caráter setorial e emergencial focalizadas na ajuda social. As respostas do Estado se deram através dos programas sociais focalizados, programas de transferência de renda, em uma lógica neoliberal, que atuam a partir de reformas e combate à pobreza, condições necessárias para o ajuste da realidade latino americana ao capitalismo mundial. Concluímos que, as políticas sociais são revestidas de um caráter compensatório, tornando-se concessão de benefícios e não de direitos sociais legais. Os recursos destinados são cada vez mais reduzidos, ficando para os governos uma pequena parte para o enfrentamento da “Questão Social”. Tais políticas possuem efeitos limitados, que não resolvem os problemas da concentração e transferência de renda, com valores que apenas reproduzem o lugar desses cidadãos na miserabilidade, além do que as necessidades atendidas são as do consumo, e os seus beneficiários ficam reféns do próprio governo sem muitas perspectivas de sucesso. O maior favorecido é o capital portador de juros que transfere a distribuição desses recursos públicos entre as instituições bancárias, estas por sua vez são pagas pelo Estado por cada operação feita.

Palavras-chave: Política Social, Neoliberalismo, Dependência, Categoria pobreza, América Latina.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

Serviço Social e Teoria Marxista: a relevância da categoria trabalho para a profissão, da ruptura à contemporaneidade

Lilliane de Lima Andrade do Nascimento (lilla_ssocial@hotmail.com)

O artigo trata da importância que assume a categoria trabalho no processo de construção do Serviço Social no Brasil e para o enfrentamento dos desafios que se põem na realidade contemporânea do exercício profissional e para reafirmação do Projeto Ético-Político da profissão. A discussão é relevante para dar notoriedade e ratificar o lugar da categoria trabalho no interior do Serviço Social, possibilitando análise das questões contemporâneas, em face do contexto de crise estrutural e do processo de flexibilização/precarização do trabalho. O estudo se destaca ainda por ressaltar o necessário debate e enfrentamento às teorias que apontam o fim da centralidade do trabalho na contemporaneidade. É também importante para conhecimento dos demais conjuntos profissionais acerca das discussões travadas pelo Serviço Social ao longo de sua história e nos dias atuais. Para tanto, foi empreendida pesquisa bibliográfica, com revisão de literatura, em que nos debruçamos sobre as obras Maria Lúcia Silva Barroco, que contribui para a compreensão da construção ética do Serviço Social com seu livro “Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos”; Marilda Villela Iamamoto, de quem destacamos os livros “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”, “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” e “Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social”, para tratar da relevância da categoria trabalho para a profissão; e Maria Ozanira da Silva e Silva, coordenadora da publicação intitulada “O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura”, a partir de que pontuamos o processo de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. As discussões concernentes à teoria marxista e à categoria trabalho foram delineadas com base nas elaborações de Georg Lukács, a partir do texto “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem” e de sua obra “Para uma ontologia do ser social I”, alicerçados em que sintetizamos as bases ontológicas da categoria trabalho; reportamo-nos também a Karl Marx, por meio do Livro I de sua obra “O capital: crítica da economia política”, o qual nos dá aporte para a compreensão do trabalho sob o domínio capitalista; além de Ricardo Antunes, com seus livros “Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, “Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I” e “Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II”, cuja contribuição assenta-se nas discussões atuais que envolvem o mundo do trabalho e, logo, a categoria trabalho. Assim, traçamos, além de um breve histórico da relação estabelecida entre o conjunto profissional e a teoria marxista, uma breve explanação acerca da categoria trabalho, em sua concepção ontológica, e das transformações que o trabalho assume sob o domínio do sistema do capital, inclusive em tempos de crise estrutural. Tais explanações confluem, seguidamente, para a discussão da premência da reflexão crítica acerca dessa categoria para a compreensão da totalidade social e do conflito capital-trabalho e para a sustentação do Projeto Ético-Político Profissional em hegemonia no Serviço Social, além do desvelamento das (re)configurações do mundo do trabalho e dos espaços de atuação do assistente social em tempos atuais, com vistas a confrontar, aos ditames do capital, estratégias de atuação alinhadas aos interesses da classe trabalhadora.



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social, Teoria Marxista, Categoria trabalho; Trabalho na contemporaneidade, Projeto Ético-Político do Serviço Social



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

Uma visão crítica acerca da produção acadêmica entre: educação popular e serviço social

Maria da Guia da Silva Monteiro (daguia.monteiro17@gmail.com)

Karina karla de souza Bastos

Aline Maria Batista Machado

Este trabalho tem o intuito de apresentar os resultados do plano de trabalho de iniciação científica (PIBIC/CNPq) intitulado, “Balanço das dissertações e teses do estado dos estados da Bahia, Ceará e Piauí nas áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010)”. O qual surge a partir do Projeto de pesquisa “O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO NORDESTE: Serviço Social e Educação (1980- 2010)”. O projeto vem sendo desenvolvido desde 2011, com a finalidade de realizar um estudo acerca da produção acadêmica sobre educação popular nas pós-graduações públicas (stricto-sensu) de Serviço Social e Educação na região Nordeste entre os anos de 1980 e 2010. No plano um, especificamente, teve como objetivo central realizar um estudo acerca da produção acadêmica sobre educação popular nas pós-graduações públicas (stricto-sensu) de Serviço Social e Educação nos estados da Bahia, Ceará e Piauí, entre os anos de 2000 e 2010, a fim de fazer o estado da arte dessa temática na região Nordeste. Metodologicamente, o trabalho é do tipo exploratório e bibliográfico, cuja forma de abordagem é quali-quantitativa, fundamentado no referencial teórico crítico, ou seja, uma perspectiva marxista e freireana abordando a visão da emancipação dos sujeitos na sociedade. A pesquisa foi desenvolvida entre agosto de 2014 a agosto de 2015, tendo como fontes principais de pesquisa os sites das próprias universidades dos estados investigados e o Banco de Teses do portal da CAPES, porém foi atualizado não disponibilizando produções anteriores a 2010. Na fase da análise dos dados tomamos por base a técnica análise de conteúdo. Assim, os resultados revelaram um total de 23 produções, o que foi pouco, visto que foram duas áreas pesquisadas. No entanto, isso nos revela a disparidade entre ambas as áreas ainda nesses estados. Pois, segundo os resultados obtidos, 100% das produções foram em Educação, 100% são dissertações de mestrado. Fato este, que pode ser justificado devido os doutorados surgirem geralmente após a consolidação dos mestrados. Concluímos que apesar do tema Educação Popular ser escasso nas pós-graduações investigadas (principalmente na de serviço social), na pós de educação ela vem crescendo ao longo dos anos, em que no ano de 2006, já podemos observar que a quantidade de produções começa a crescer bastante até 2010. Se somarmos as produções dos cinco primeiros anos, 2000 a 2005 teremos um total de 13% das produções, ao passo que quando somarmos as produções de 2006 a 2010 temos 87% do total, inclusive reforçando a perspectiva freireana, que aborda esse tipo de educação de forma crítica.

Palavras-chave: Educação popular, Serviço social, Produção do conhecimento

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

Um estudo sobre educação popular, movimentos sociais e serviço social

Karina Karla de Souza Bastos (karina_karla@hotmail.com)

Maria da Guia da Silva Monteiro

Aline Maria Batista Machado

O presente artigo tem o intuito de apresentar o cruzamento do balanço das dissertações e teses dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e Alagoas nas áreas de Serviço Social e Educação (2000-2010). O qual surge a partir do projeto de pesquisa PIBIC, intitulado **O ESTADO DA ARTE SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR NA PÓS-GRADUAÇÃO DO NORDESTE: Serviço Social e Educação (1980- 2010)**. Metodologicamente, o trabalho é do tipo exploratório e bibliográfico, cuja forma de abordagem é quali-quantitativa, fundamentado no referencial teórico crítico do materialismo histórico dialético. Utilizamos como fonte de pesquisa dois relatórios de PIBIC, ligados ao mesmo projeto de pesquisa que o nosso e uma monografia de graduação que também fez parte do referido projeto. Para a análise dos dados nos baseamos na técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), organizado em três pólos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Ao desenvolver este estudo, nossa intenção é conhecer as temáticas e abordagens dominantes e emergentes na área da educação popular; identificar e analisar os objetivos, o referencial teórico, a metodologia e conclusões dessas pesquisas; assim como o perfil dos discentes que assumem tal temática. Nossa principal objetivo, neste artigo, é expor os dados analisados das produções referente a educação popular, pesquisada nos programas de pós-graduação nos campos de Serviço Social e Educação à nível de mestrado e doutorado, considerando os desafios impostos a produção do conhecimento e o vínculo da educação popular com os movimentos sociais enquanto instrumentos pedagógicos de luta e organização da classe trabalhadora. É preciso atentar que as mudanças operadas no mundo do trabalho, sobretudo após os anos 1990, trouxeram alterações no perfil dos trabalhadores e dos discentes, resultando em provocações ao desenvolvimento da pesquisa e da produção do saber, visto que, a reestruturação do capital e a flexibilização econômica intensifica a precarização do trabalho e o processo de desmobilização e desarticulação do trabalhador como força política. É nesse aspecto que destacamos a importância da educação popular em consonância com uma perspectiva emancipatória, preocupada com a formação de sujeitos críticos que venham contribuir com a práxis transformadora. Os nossos estudos revelam que o estado da Paraíba se destaca 55% das produções que apresenta a temática da Educação Popular, em último lugar temos o Maranhão com 4%. Os resultados demonstram que 100% das produções pesquisadas são da área de Educação e nenhuma da área de Serviço Social, embora possua em algumas de suas pós-graduações linhas que envolvem o tema dos Movimentos Sociais, este tema não tem se articulado ao da Educação Popular em nosso recorte temporal. A pesquisa revela que 72,5% das produções que envolvem a Educação Popular advêm de mulheres, enquanto que, apenas 27,5% advêm de homens. Ademais, no período de 2006 a 2010, houve um avanço nas produções dessa temática. E a Organização, movimento popular e movimentos sociais é a segunda categoria que mais se destaca. Embora a produção do conhecimento nesta temática seja incipiente no Serviço Social, no debate teórico profissional, ela se faz presente no



II Seminário
MARX HOJE
pesquisa e transformação social

06-08
Abril 2016
UFRN Natal

trabalho de campo. Assim, compactuamos com a necessidade de retomar este debate para que venha auxiliar no processo de luta e ruptura com as amarras do sistema capitalista.

Palavras-chave: Educação Popular, Movimentos sociais, Serviço Social, Pós-graduação, Produção do Conhecimento.

Financiamento/Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

Estado e a Política de Saúde no contexto de crise estrutural: inflexões para atuação do (a) Assistente Social

Angely Diasda Cunha (gelly.cunha@hotmail.com)

Jéfitha Kaliny dos Santos

Lucivânia de Fátima Silva

O presente artigo é oriundo de pesquisas desenvolvidas na pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem como objetivo analisar as tendências da política de saúde no Brasil e suas inflexões para o exercício profissional dos (as) assistentes sociais nesta área, mediante contexto atual de redução e cortes financeiros no papel do Estado diante dos direitos sociais e transferência de responsabilidade para sociedade civil. A partir de levantamentos bibliográficos e uma análise documental com base nas produções de Raquel Soares, Ana Maria Vasconcelos, Elaine Behring, Karl Marx entre outros, essa pesquisa se pauta em uma abordagem qualitativa, fundamentada no método crítico dialético cujas categorias usadas perpassam pela mediação, historicidade e a totalidade. Diante disso, parte-se do pressuposto de que o capitalismo brasileiro caracterizado pelo Estado conduzido por uma ideologia neoliberal com aspectos “neodesenvolvimentistas”, em meio a uma crise estrutural iniciada em 1970 que se perdura até os dias atuais, vem investido na desconstrução de direitos sociais, com fortes implicações para a política de saúde, a qual tem aprofundando algumas tendências como a mercantilização, o sucateamento, a privatização e a focalização, com o privilégio de programas básicos de saúde voltados para os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Logo, tem inflexionado a intervenção profissional do(a) assistente social neste âmbito, impondo enormes desafios para a materialização do projeto ético-político da profissão. Os resultados alcançados com o estudo demonstram que apesar da concepção ampliada de saúde está presente nas principais legislações referentes à política de saúde o trabalho do(a) assistente social tem se realizado preponderantemente na esfera da assistência, principalmente na alta e média complexidade. Além das demandas tradicionais que já conferem no cotidiano do(a) assistente social um conteúdo emergencial, há tendências de práticas pragmáticas, burocráticas, implementadas sob a lógica dos novos modelos de gestão da saúde, as quais poderão estar contribuindo para o revigoramento dos traços do passado conservador da profissão.

Palavras-chave: Estado, Crise Estrutural, Política de Saúde, Serviço Social



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

Crise Contemporânea e Valores Culturais: desafios para formação profissional em serviço social

Angely Dias da Cunha (gelly.cunha@hotmail.com)

Jéfitha Kaliny dos Santos

Flávio José

O presente estudo é fruto de pesquisas voltadas para o Serviço Social e os valores culturais, em um contexto de crise contemporânea junto à pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o objetivo central é analisar a relação entre valores culturais e formação em Serviço Social e os objetivos específicos são: analisar de que forma valores culturais, fomentados pelo atual contexto de crise da sociedade capitalista, inflexionam a formação em Serviço Social; refletir sobre as transformações societárias contemporâneas e os rebatimentos dos seus valores culturais sobre esta formação que se expressam no Serviço Social na atualidade. A perspectiva histórico-crítica é aqui adotada na tentativa de alcançar os objetivos propostos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, cuja metodologia envolveu uma revisão bibliográfica em torno da produção teórico-crítica do Serviço Social com foco nas obras de José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Marx, Motta, entre outros, na busca de elementos próprios do desenvolvimento da profissão e de suas vinculações com a disseminação de valores culturais datados historicamente. O método crítico dialético é aqui adotado no intuito de traçar essa pesquisa na historicidade e nas contradições próprias de um modo de produção marcado por disputas antagônicas entre duas classes sociais, burguesia e o proletariado, que constroem valores e culturas que rebatem no Serviço Social. É mediante essa disputa de projetos societários que a cultura da exploração burguesa encontram as expressões da questão social como finalidade. Dessa forma, pode-se afirmar que esse contexto tem ligação direta com o Serviço Social, por compreender que as expressões da questão social é objeto de estudo e de intervenção do(a) Assistente Social, diante de uma cultura burguesa que se utiliza da sua força hegemônica para introduzir no proletariado, vulgo classe explorada a cultura do consenso, dos fluídos, da fragmentação e do conformismo. Esse conjuntura tem flexionamentos para formação profissional do Serviço Social, tendo em vista o projeto ético-político da categoria que é contrário aos interesses da classe burguesa. Sendo assim, os resultados preliminares dessa pesquisa apontam que a profissão se encontra, então, tensionada pela presença de tendências teórico-culturais divergentes: uma de raiz crítico-progressista e democrática e outra de origem conservadora, atrelada à ética liberal-burguesa. A tensão coloca a atualidade da intenção de ruptura, enquanto permanente processo a ser perseguido pelo segmento profissional comprometido com a luta contra a exploração do capital sobre o trabalho.

Palavras-chave: Serviço Social, Formação profissional, Valores culturais. Crise contemporânea.



TRABALHOS APRESENTADOS

Eixo: Desafios da formação, pesquisa e atuação nos diversos campos profissionais: Serviço Social

Na defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social tempos de investidas neoliberais

Amanda Railany Kalary Rodrigues Tinoco (amandarailany@yahoo.com.br)

O presente trabalho pretende discutir os dilemas das investida neoconservadoras na profissão, realizando um apanhado histórico, entendendo a constituição da perspectiva crítica marxista e como relevante para os enfrentamentos postos para os/as profissionais. Inicialmente faremos um breve relato da historicidade da profissão e sua relação inicial com perspectiva conservadora, posteriormente, pontuaremos a transformação teórica e política do Serviço Social para a perspectiva marxista sustentada até hoje. Já a alguns décadas, o Serviço Social sofre investidas neoconservadoras, advindas do ideário neoliberal, na defesa da deslegitimação da teoria social crítica que norteia a intervenção profissional num discurso de crise do Projeto Ético-Político, em resposta a tais investidas se constituem diversos trabalhos enfatizando a relevância do Projeto Ético-Político de vertente marxista e marxiana, apontando para uma reflexão mais aprofundada acerca da atuação do Serviço Social e das ameaças das perspectivas neoliberais. A discussão central deste trabalho pauta o desafio da afirmação do Projeto Ético-Político profissional frente as investidas do neoliberalismo, que interfere diretamente na afirmação da identidade profissional do assistente social. Este trabalho parte do levantamento de referências bibliográficas e de debates realizados em disciplinas do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de problematizações da prática profissional. Neste sentido, este debate tem o objetivo de somar às reflexões sobre a relevância do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social e a validação da perspectiva dialética no Serviço Social partindo de autores(as) referenciados na corrente marxiana, sendo eles Abreu (2004), Silveira (2007), Tinoco (2015), Texeira e Braz (2009) entre outros situados no debate acerca da teoria social crítica da profissão. No decorrer da discussão apresentada, evidencia-se o desafio de lutar pela legitimação da teoria marxista que orienta o Projeto Ético-Político da profissão em tempos de sérias investidas tanto no campo de atuação profissional quanto em sua formação acadêmica. É de intensa relevância para o Serviço Social uma teoria crítica que auxilie no exercício da compreensão do movimento da sociedade, pautando a construção de um outro projeto de vida que atente para a emancipação dos sujeitos nos âmbitos político, econômico e social, e esta teoria dar-se atualmente sob a ótica da dialética marxista.

Palavras-chave: Serviço Social, Projeto Ético-Político, Neoliberalismo